



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
www.florestal.gov.br

Plano Anual de Outorga Florestal 2009



Junho 2008

Versão Preliminar para Consulta Pública

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva
Vice-Presidente da República

Carlos Minc
Ministro do Meio Ambiente

Izabella Monica Teixeira
Secretária Executiva

Tasso Rezende de Azevedo
Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro

Ficha Técnica

Coordenação
Luiz Carlos Estraviz Rodriguez

Pesquisa, Análise e Redação
Luiz Carlos Estraviz Rodriguez
José Mauro Magalhães Ávila Paz Moreira
Ewandro Andrade Moreira

Revisão
Claudia Azevedo-Ramos
José Natalino Macedo Silva
Luiz Carlos de Miranda Joels
Tasso Rezende de Azevedo

Cadastro Nacional de Florestas Públicas e Figuras
Gustavo Chaves Machado
Luiz Pacheco Motta

Equipe Técnica de Especialistas

Ana Paula Melo
Anna Fanzeres
Fernando Ludke
José Ivan Mayer de Aquino
Jefferson Amaro
Marilú Milanez Alves

SUMÁRIO

1	RESUMO EXECUTIVO	1
2	INTRODUÇÃO.....	7
2.1	A concessão de florestas públicas.....	7
2.2	O PAOF no contexto da gestão de florestas públicas	8
2.3	O manejo florestal e as políticas nacionais	8
2.4	Escopo e Objetivos deste PAOF	10
2.5	Base Legal.....	10
2.5.1	<i>Lei 11.284/2006.....</i>	<i>11</i>
2.5.2	<i>Decreto 6.063/2007</i>	<i>12</i>
2.5.3	<i>Resoluções do Serviço Florestal.....</i>	<i>13</i>
2.5.4	<i>Instruções Normativas do MMA</i>	<i>13</i>
3	AS FLORESTAS PÚBLICAS BRASILEIRAS	14
3.1	Distribuição das florestas públicas no Brasil	14
3.2	As florestas públicas federais e sua destinação.....	18
3.3	Florestas públicas federais destinadas a Unidades de Conservação	20
3.4	Florestas públicas federais destinadas para uso comunitário.....	21
3.5	Florestas públicas federais arrecadadas e não destinadas	23
3.6	Florestas públicas federais com contrato de transição.....	24
3.7	Florestas públicas em processo de concessão.....	27
4	FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA CONCESSÃO	28
4.1	Metodologia utilizada para seleção das áreas	28
4.2	Florestas públicas federais passíveis de concessão.....	34
4.2.1	<i>Caracterização das macro-regiões com FPF passíveis de concessão florestal.....</i>	<i>36</i>
4.2.1.1	Macro-região do Distrito Florestal Sustentável da BR163.....	38
4.2.1.2	Macro-região do Purus-Madeira.....	45
4.2.1.3	Macro-região da Calha Norte.....	51
4.2.1.4	Macro-região Amazônia Leste	57
4.2.1.5	Macro-região Nordeste	63
4.2.1.6	Macro-região Sul e Sudeste	67
4.2.2	<i>Convergência com área de fronteira</i>	<i>80</i>
4.2.3	<i>Potencial de produção esperada.....</i>	<i>80</i>
4.2.4	<i>Mecanismos de acessibilidade.....</i>	<i>81</i>
5	ATIVIDADES PREVISTAS PARA 2009	83
6	RECURSOS PARA IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES 2009.....	86
7	ANEXOS.....	88
7.1	Adequação institucional das entidades federativas à Lei de Gestão de Florestas Públicas ...	88
7.2	Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP).....	91
7.3	Referência ao PAOF na Lei 11.284/2006	95
7.4	Referências ao PAOF no Decreto nº 6.063/2007	96
7.5	Lista dos contratos de transição	97
7.6	Lista de FPF passíveis de concessão (Tipo A)	98
7.7	Lista de FPF passíveis de concessão (Tipo B)	99
7.8	Área de FPF passíveis de concessão por município.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Florestas públicas federais passíveis de concessões florestais no PAOF 2009	3
Quadro 2:	Florestas públicas incluídas no PAOF 2009	4
Quadro 3:	Classes de tamanho de Unidades de Manejo Florestal a serem consideradas no PAOF 2009.....	5
Quadro 4:	Fatores definidos pela Lei 11.284 para consideração durante a elaboração do PAOF 11	
Quadro 5:	Área de florestas públicas do Brasil, por bioma e por região, identificadas até junho de 2008	15
Quadro 6:	Florestas públicas federais por estado e categoria de destinação.....	18
Quadro 7:	Florestas públicas federais destinadas a Unidades de Conservação (ha)	20
Quadro 8:	Florestas públicas federais destinadas às comunidades locais (em hectares)	22
Quadro 9:	Distribuição das áreas arrecadadas não destinadas com florestas públicas	23
Quadro 10:	Planos de manejo florestal sustentável cadastrados no Serviço Florestal Brasileiro .	24
Quadro 11:	Volume movimentado e valores arrecadados nos contratos de transição monitorados pelo Serviço Florestal Brasileiro.	26
Quadro 12:	Características do movimento de madeira autorizado para os planos de manejo florestal sustentável nos contratos de transição.....	26
Quadro 13:	Florestas públicas federais consideradas passíveis de concessão florestal no PAOF 2007-2008 em colocadas em processo de concessão no ano de 2008.....	27
Quadro 14:	Florestas públicas federais passíveis de concessão em 2009 por estado da federação 35	
Quadro 15:	Florestas públicas e potenciais concessões florestais em 2009 (ha).....	35
Quadro 16:	Área das florestas públicas federais passíveis de concessão em 2009 por macro-região	37
Quadro 17:	Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região do DFS da BR163	39
Quadro 18:	Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região da BR 163 que abrigam as florestas públicas passíveis de concessão em 2009.	41
Quadro 19:	Pólos de Produção Florestal na Macro Região da BR 163	42
Quadro 20:	Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008	43
Quadro 21:	Distribuição das empresas na Macro-região da BR 163 de acordo com o porte.....	44
Quadro 22 :	Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região Purus-Madeira 46	
Quadro 23:	Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região Purus-Madeira que abrigam as florestas públicas passíveis de concessão em 2009.....	47
Quadro 24:	Pólos de Produção Florestal na Macro-Região do Purus Madeira	48
Quadro 25:	Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008	49
Quadro 26:	Distribuição das empresas na Macro-região Purus-Madeira de acordo com o porte .	50
Quadro 27 :	Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região Calha Norte ...	52
Quadro 28:	Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região Calha Norte que abrigam as florestas públicas passíveis de concessão em 2009.....	53
Quadro 29:	Pólos de Produção Florestal da Macro-Região da Calha Norte	55
Quadro 30:	Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008	56
Quadro 31:	Distribuição das empresas na Macro-região Calha Norte de acordo com o porte.....	56

Quadro 32:	Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região Amazônia Leste	58
Quadro 33:	Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região Amazônia Leste que abrigam as florestas públicas passíveis de concessão em 2009.....	59
Quadro 34:	Pólos de Produção Florestal do Leste Amazônico.....	60
Quadro 35:	Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008	62
Quadro 36:	Distribuição das empresas na Macro-região Amazônia Leste de acordo com o porte.....	62
Quadro 37:	Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região Nordeste	64
Quadro 38:	Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região Nordeste que abrigam as florestas públicas passíveis de concessão em 2009.	64
Quadro 39:	Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008	66
Quadro 40:	Distribuição das empresas na Macro-região Nordeste de acordo com o porte	66
Quadro 41:	Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região Sul e Sudeste	68
Quadro 42:	Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região Sul e Sudeste que abrigam as florestas públicas federais passíveis de concessão em 2009.	71
Quadro 43:	Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008	79
Quadro 44:	Distribuição das empresas na Macro-região Sul e Sudeste de acordo com o porte ..	79
Quadro 45:	Classes de tamanho de Unidades de Manejo Florestal a serem consideradas no PAOF 2009.....	82
Quadro 46:	Instituições Públicas Federais envolvidas nas atividades do PAOF 2009 em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro	86
Quadro 47:	Estimativa de recursos financeiros necessários para implementar as ações previstas no PAOF 2009.	87
Quadro 48:	Florestas públicas federais passíveis de concessão (Tipo A).....	98
Quadro 49:	Florestas públicas federais passíveis de concessão Tipo B.	99
Quadro 50:	Áreas por município incidente em florestas públicas federais passíveis de concessão, inseridas no PAOF 2009.	101

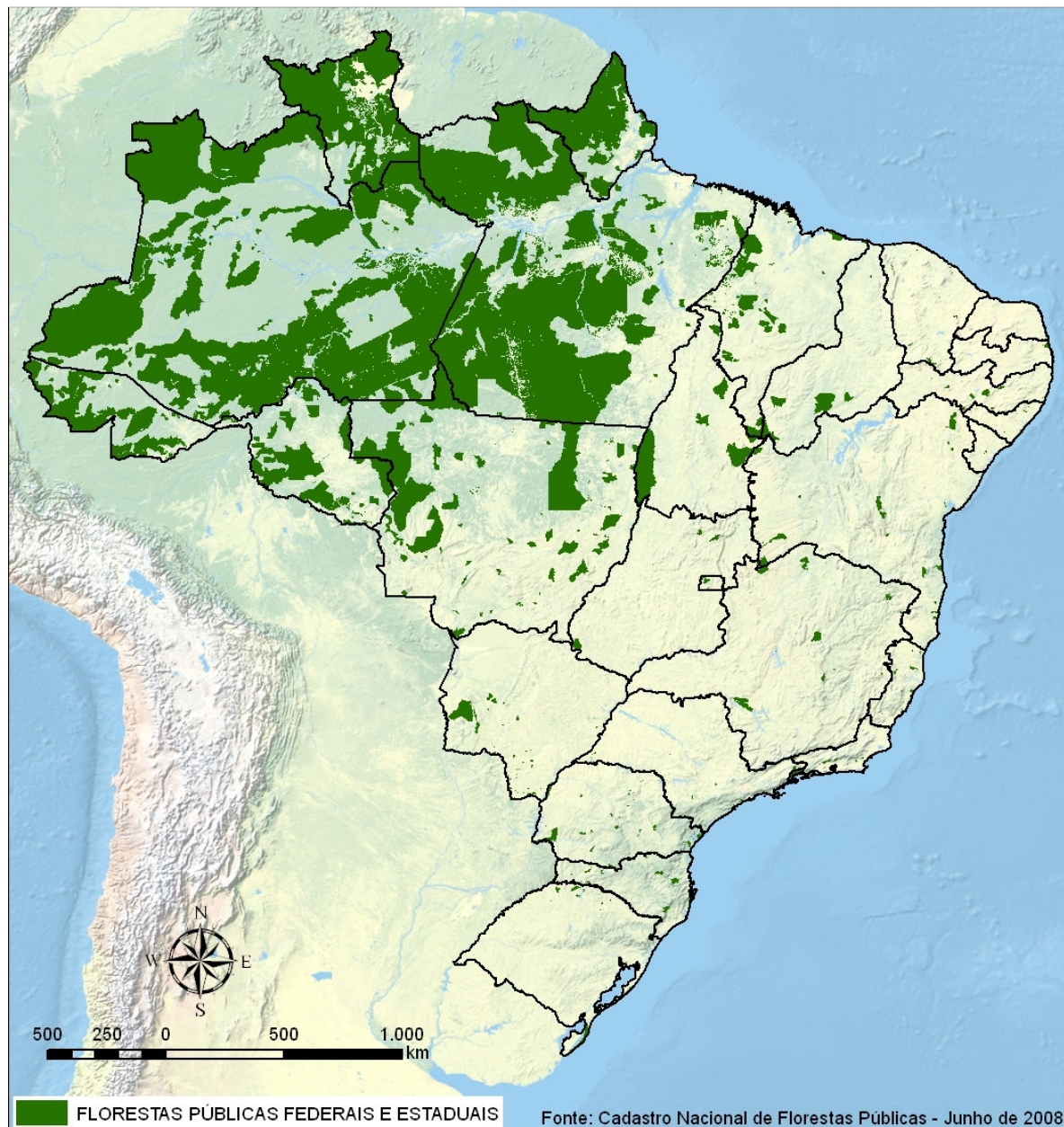
LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Conjunto de florestas públicas para efeito deste PAOF 2009.	2
Figura 2:	Distribuição da área (ha) com florestas públicas inseridas no CNFP pertencentes aos Estados e a União.	15
Figura 3:	Florestas públicas em processo de identificação no Cadastro Geral de Florestas Públicas da União (junho 2008).	17
Figura 4:	Distribuição da área (ha) com florestas públicas federais segundo sua classificação de destinação.	19
Figura 5:	Localização dos Planos de Manejo Florestal Sustentável que pleitearam a celebração de contratos de transição.	25
Figura 6:	Filtros de seleção das florestas aptas para concessão em 2009.	29
Figura 7:	Florestas públicas legalmente aptas e florestas públicas passíveis de concessão em 2009.	30
Figura 8:	Filtros de seleção das florestas passíveis de concessão em 2009.	31
Figura 9:	Florestas públicas passíveis de concessão em 2009.	33
Figura 10:	Florestas públicas passíveis de concessão em 2009 por macro-região.	37
Figura 11:	Florestas públicas federais da macro-região do DFS da BR 163 passíveis de concessão em 2009.	38
Figura 12:	Florestas públicas federais da macro-região Purus-Madeira passíveis de concessão em 2009.	45
Figura 13:	Florestas públicas federais da macro-região da Calha Norte passíveis de concessão em 2009.	51
Figura 14:	Florestas públicas federais da macro-região da Amazônia Leste passíveis de concessão em 2009.	57
Figura 15:	Florestas públicas federais da macro-região Nordeste passíveis de concessão em 2009.	63
Figura 16:	UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno das florestas públicas passíveis de concessão em 2009 na macro-região Nordeste.	65
Figura 17:	Florestas públicas federais da macro-região Sul e Sudeste passíveis de concessão em 2009.	67
Figura 18:	UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno das florestas nacionais de Ipanema e Capão Bonito.	72
Figura 19:	UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno da floresta nacional de Assungui.	73
Figura 20:	UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno da floresta nacional Mario Xavier.	74
Figura 21:	UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno das florestas nacionais Caçador, Chapecó e Três Barras em Santa Catarina.	75
Figura 22:	UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno das florestas nacionais de Passo Fundo, Canela e São Francisco de Paula no Rio Grande do Sul.	76
Figura 23:	UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno da floresta nacional de Rio Preto no Espírito Santo.	77

SIGLAS E ABREVIATURAS

ALAP – Área com Limitação Administrativa Provisória
APA – Área de Proteção Ambiental
APL – Arranjo Produtivo Local
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
BR-163 – Rodovia BR-163 de ligação entre Cuiabá(MT) e Santarém(PA)
CENSIPAN – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CF – Concessão Florestal
CGFLOP – Comissão de Gestão de Florestas Públicas
CGFPU – Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União
CNFP – Cadastro Nacional de Florestas Públicas
CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
DFS – Distrito Florestal Sustentável
DFS BR-163 – Distrito Florestal Sustentável da BR-163
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FLONA – Floresta Nacional
FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FPF – Floresta Pública Federal
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAF – Projeto de Assentamento Florestal
PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAOF – Plano Anual de Outorga Florestal
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PMFS – Plano de Manejo Florestal Sustentável
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
REBIO – Reserva Biológica
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS – Refúgio de Vida Silvestre
SBF – Secretaria de Biodiversidade e Floresta
SEDR – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SFB – Serviço Florestal Brasileiro
SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
TI – Terra Indígena
UC – Unidade de Conservação
UMF – Unidade de Manejo Florestal
UPA – Unidade de Produção Anual
VAF – Valor Adicionado Fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

As Florestas Públicas Brasileiras (2009)



O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (versão Jun/2008) registra a existência de 210.870.585 hectares de florestas públicas. Essas florestas estão distribuídas em terras indígenas (51,4%), unidades de uso sustentável ou de uso comunitário (15,6%), unidades de proteção integral (15,1%), terras arrecadadas pela União ainda não destinadas (12,1%) e florestas estaduais nos estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará (5,9%).

APRESENTAÇÃO DO MINISTRO

[a ser inserido na versão final]

...

1 RESUMO EXECUTIVO

Este é o segundo **Plano Anual de Outorga Florestal**, documento instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas para divulgar a descrição de todas as florestas públicas que podem ser submetidas ao processo de concessão para exploração de recursos madeireiros, não-madeireiros e serviços.

O PAOF 2009 é dividido em cinco sessões contendo: (i) contextualização, escopo e objetivos do PAOF; (ii) atualização do universo de florestas públicas já inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas; (iii) descrição da metodologia de seleção das florestas que estarão passíveis de concessão florestal em 2009; (iv) descrição das florestas que estarão passíveis de concessão florestal; (v) condições de acesso e outras condições especiais para as concessões florestais em 2009 e (vi) atividades planejadas para gestão de florestas públicas em 2009 e estimativa de recursos para sua implementação.

Escopo do PAOF 2009

Este PAOF 2009 detalha e aprimora as informações apresentadas no PAOF 2007-2008 focando nas Florestas Públicas Federais e leva em consideração o PAOF do Estado do Amapá, o primeiro PAOF estadual finalizado e encaminhado ao Serviço Florestal.

Universo de florestas públicas já inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) aponta em junho de 2008 um total de 210.870.585 de hectares de florestas públicas cadastradas, sendo 12.354.307 de hectares em florestas públicas estaduais (AM, PA, AC e AP). Assim as Florestas Públicas representam quase 25% do território brasileiro.

Em todos os estados brasileiros existem florestas públicas cadastradas, mas a Amazônia Legal detém hoje 97,28% das florestas públicas cadastradas. Apenas Pará e Amazonas respondem por mais de 70% de todas as áreas de florestas públicas já cadastradas.

Do total de florestas públicas, 58,7% encontram-se destinadas ao uso comunitário, 15,1% são unidades de proteção integral, 14% são áreas de uso sustentável e outros 12,1% são glebas de florestas públicas da União ainda não destinadas, ou seja, ainda sem um gestor específico definido.

As florestas públicas consideradas como de uso comunitário são as reservas de desenvolvimento sustentável (RDS), os projetos de desenvolvimento sustentável (PDS), os projetos de assentamento florestal (PAF), os projetos de assentamento extrativistas (PAE), as reservas extrativistas (RESEX) e as terras indígenas (TI). Para as áreas consideradas de uso comunitário, RDS, PDS, PAF, PAE, RESEX e TI representam, respectivamente, 0,6%, 1,5%, 0,1%, 1,1%, 9,2% e 87,6%.

As florestas públicas identificadas no CNFP como unidades de conservação de proteção integral, incluem Estações Ecológicas – ESEC, Parques Nacionais – PARNA, Reservas Biológicas – REBIO ou Refúgio de Vida Silvestre – RVS.

As florestas públicas identificadas no CNFP como de uso sustentável referem-se às seguintes unidades de conservação: Área de Proteção Ambiental – APA, Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, Floresta Nacional – FLONA, Floresta Estadual - FLOTA, PDS, RDS e RESEX.

Em processo de concessão florestal já existem aproximadamente 81 mil hectares na modalidade contrato de transição previsto nos art. 70 e 71 a Lei de Gestão de Florestas Públicas, 96 mil hectares na Flona de Jamari no estado de Rondônia, e 221 mil hectares na Flona de Saracá-Taquera no estado do Pará.

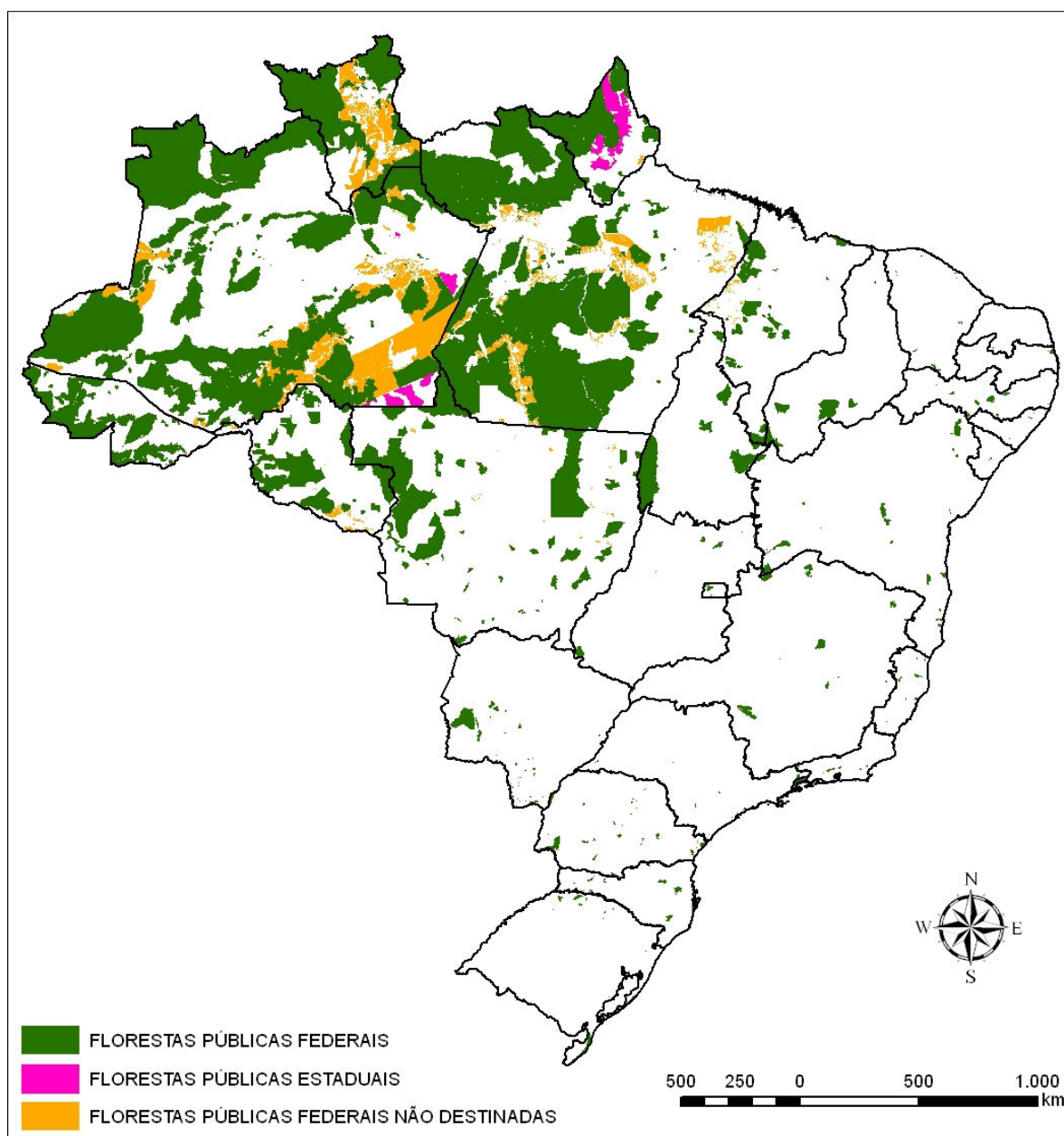


Figura 1: Conjunto de florestas públicas para efeito deste PAOF 2009.
Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

Metodologia de seleção das florestas que estarão passíveis de concessão florestal

No caso das florestas públicas da União, a metodologia para a seleção daquelas passíveis de concessão pode ser resumida à aplicação de duas baterias de filtros. A primeira bateria exclui as áreas não aptas para o processo de concessão florestal (por exemplo, unidades de proteção integral e terras indígenas), e inclui as restantes no grupo das **florestas legalmente aptas**. Em seguida, as florestas legalmente aptas passam por uma nova bateria de filtros que seleciona as **florestas passíveis** de concessão, ou seja, aquelas que apresentam potencial para terem seus planos de manejo ou licenciamento aprovados durante o período de vigência deste PAOF e que não foram destinadas para uso especial ou comunitário.

Após a aplicação das duas baterias de filtros de seleção, identificaram-se neste PAOF aproximadamente 42,9 milhões de hectares de florestas legalmente aptas, dos quais 10,8 milhões de hectares são passíveis de processos de concessão florestal e 320 mil hectares já se encontram em processo de licitação nas Flonas de Jamari e Saracá-Taquera. O grupo de florestas passível de processos de concessão em 2009 representa aproximadamente 5,4 % do total das florestas públicas brasileiras, conforme ilustrado no Quadro 1. A área total das Flonas Jamari e Saracá-Taquera (663.646 ha) não foi contabilizada na área total disponível por já apresentarem concessões em andamento.

Quadro 1: Florestas públicas federais passíveis de concessões florestais no PAOF 2009

Tipo	Total	Legalmente aptas para concessão	Passíveis de concessão	Previsão de área de concessões até final de 2009	
				Concessões PAOF 2007-2008**	Concessões PAOF 2009***
FP em áreas destinadas	173.101.615	17.473.093	8.078.038	320.000	4.000.000
FPF em áreas não destinadas*	25.414.662	25.414.662	2.713.859		
Total	198.516.277	42.887.756	10.791.898		
% das florestas públicas	100%	21,60%	5,39%	2,02%	

* Áreas arrecadadas pela União mas ainda não destinadas / ** Área em unidades de manejo florestal nas Flonas de Jamari e Saracá-Taquera / *** Inclui as áreas concedidas nos anos anteriores.

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

A essas áreas somam-se 2.371.165 de hectares que o Estado do Amapá incluiu em seu PAOF como áreas passíveis de concessão florestal estadual em 2009.

Florestas que estarão passíveis de concessão florestal;

A lista contendo as florestas públicas passíveis de concessão do PAOF 2009 são apresentadas no Quadro 2.

Para manter a coerência entre planos, este documento faz referência às mesmas macro-regiões definidas no PAOF 2007-2008, quais sejam: Purus-Madeira, DFS BR-163, Calha Norte, Leste da Amazônia, Nordeste-Centro-Oeste e Sul-Sudeste. As macro-regiões na Amazônia Legal continuam representando a absoluta maioria (mais de 99%) das florestas públicas passíveis de concessão.

As florestas federais passíveis de concessão localizadas na macro-região Sul-Sudeste envolvem 11 florestas nacionais e representam apenas 0,3% da área total disponibilizada. O manejo dessas florestas, além das atividades de reflorestamento e manejo de florestas plantadas, permite também o manejo de nativas para a produção de erva-mate e sementes, por exemplo.

Na região Nordeste e Centro-Oeste, apenas a Floresta Nacional Contendas do Sincorá na Bahia, com uma área aproximada de 11,2 mil hectares, é listada como passível de concessão. A Flona do Araripe-Apodi, no estado do Ceará, foi retirada da lista de florestas passíveis de concessão florestal apresentada no PAOF anterior pelo seu atual papel no atendimento às necessidades de projetos envolvendo as comunidades locais.

Quadro 2: Florestas públicas incluídas no PAOF 2009

UF	NOME	Área (hectares)
AC	FLONA do Macauã	176.148
AM	FLONA de Humaitá	461.339
AP	FLONA do Amapá	459.220
BA	FLONA Contendas do Sincorá	11.199
ES	FLONA do Rio Preto	2.804
PA	Apa do Tapajós	1.641.139
	FLONA de Altamira	761.232
	FLONA de Carajás	393.331
	FLONA de Itaituba I	220.223
	FLONA de Itaituba II	421.027
	FLONA do Amana	542.620
	FLONA do Crepori	742.197
	FLONA do Jamanxim	1.301.390
	FLONA do Tapirapé-Aquiri	191.933
	FLONA do Trairão	250.406
	Terras Não Destinadas	2.713.859
PR	FLONA de Assungui	548
RJ	FLONA Mário Xavier	485
RO	FLONA de Jacundá	220.784
RR	FLONA de Anauá	259.728
RS	FLONA de Canela	541
	FLONA de São Francisco de Paula	1.609
	FLONA Passo Fundo	1.289
SC	FLONA de Caçador	708
	FLONA de Chapecó	1.603
	FLONA de Três Barras	4.451
SP	FLONA Capão Bonito	4.728
	FLONA de Ipanema	5.355
Total Geral		10.791.898

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

Uma descrição mais detalhada de cada uma das macro-regiões e das respectivas florestas públicas passíveis de concessão permite conhecer melhor o potencial para o uso comunitário e para produção madeireira e não madeireira nos municípios que abrigam essas florestas.

Estima-se neste PAOF que no fim de 2009, quatro milhões de hectares constituirão unidades efetivas de manejo.

Nas concessões voltadas para a exploração madeireira e aproveitamento energético de resíduos, estima-se uma produção anual de aproximadamente 2,44 milhões de m³ de madeira em tora e 2,68 milhões de m³ de resíduos madeireiros, incluídas as sobras do manejo florestal. A renda bruta mínima estimada como resultante desse processo de produção é de 480 milhões de reais por ano e a geração de mais de 34.400 postos de trabalho.

Condições de acesso e outras condições especiais para as concessões florestais em 2009

Neste PAOF, a orientação é de que pelo menos uma unidade de manejo pequena e outra na categoria média ou grande em cada floresta sejam submetidas ao processo de licitação. Ou seja, nos editais de licitação para concessão florestal realizados em 2009, o lote de concessão deverá conter pelo menos dois tamanhos de unidade de manejo sendo que uma necessariamente deverá ser pequena. Para efeito de classificação das unidades de manejo, é mantida a mesma definição utilizada no PAOF 2007-2008 e reproduzida no Quadro 3.

Quadro 3: Classes de tamanho de Unidades de Manejo Florestal a serem consideradas no PAOF 2009.

Categoria	Aplicável na Amazônia em projetos envolvendo produção de madeira.	Todos os outros casos, incluindo concessão de florestas plantadas.
Pequenas	até 20.000 ha	Até 500 ha
Médias	20.000 a 40.000 ha	500 a 1.000 ha
Grandes	acima de 40.000 ha	Acima de 1.000 ha

O PAOF apresenta também restrições e condicionantes específicos para as concessões florestais em áreas de fronteira. Seguindo as recomendações do Conselho de Defesa Nacional, devem ser observadas as seguintes orientações, que deverão ser consideradas e incluídas no respectivo edital de licitação: participantes de processos licitatórios em terras de fronteira devem ser empresas brasileiras com maioria de capital nacional, assim como gerência e controle de brasileiros; as áreas concedidas para manejo florestal deverão permitir obras de infra-estrutura para a integração Sul-Americana e serão deduzidas dos contratos com o Serviço Florestal Brasileiro; o acesso das Forças Armadas e da Polícia Federal à área licitada deverá ser garantida, inclusive para a instalação de unidades militares; e o Conselho de Defesa Nacional deverá ser informado sobre eventual invasão estrangeira, ou interferências ilegais feitas por qualquer indivíduo ou grupo de pessoas na área licitada.

Atividades planejadas para gestão de florestas públicas em 2009 e estimativa de recursos para sua implementação.

Este PAOF apresenta também as atividades previstas para o período de sua vigência e os recursos necessários para a sua implantação. Grande parte dessas atividades já se tornou rotina no Serviço Florestal Brasileiro, nos seus principais parceiros e nos órgãos de gestão florestal dos estados. Destacamos entre essas atividades a delimitação e a demarcação das Florestas Públicas, a elaboração dos Relatórios Ambientais Preliminares, os lançamentos de editais de concessão e o desenvolvimento do sistema de monitoramento das Florestas Públicas, incluindo as auditorias independentes. O orçamento estimado para implementação destas atividades é de R\$ 78 milhões

2 INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Outorga Florestal é o documento instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (lei 11.284 de 2 de março de 2006) para descrever todas as florestas públicas que podem ser submetidas ao processo de concessão para exploração de recursos madeireiros, não-madeireiros e serviços.

O PAOF permite que a sociedade conheça com antecedência as florestas públicas passíveis de concessão florestal no período de sua vigência, os mecanismos utilizados para essa escolha e, conseqüentemente, possa interferir no processo através de consultas públicas. Além disso, os interessados em concorrer no processo de concessão, bem como os municípios que abrigarão futuras concessões podem se preparar também com antecedência. Portanto, o PAOF é, em última instância, um instrumento de transparência e diálogo com a sociedade.

Para desempenhar com qualidade essa função, o PAOF deve descrever as florestas públicas cadastradas, avaliar a demanda por produtos florestais, procurar sinergismos com outras políticas setoriais e determinar, através de metodologia objetiva, as florestas públicas passíveis de concessão. Ao fazê-lo, deve ainda prever acesso democrático às concessões florestais federais, as formas de monitoramento e controle, e os recursos humanos e financeiros necessários para o desempenho dessas atividades.

As florestas, naturais ou plantadas, passíveis de concessão florestal citadas neste plano podem ser encontradas em diversos biomas brasileiros. A seleção dessas florestas se faz a partir do conjunto de florestas sob domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou de entidades da administração indireta.

No processo de seleção das florestas públicas federais passíveis de concessão florestal é levado em conta também os PAOFs estaduais desta forma harmonizando a estratégia de gestão de florestas públicas da união e dos entes federados. Serão plenamente considerados os PAOFs estaduais finalizados até o dia 30 de junho de 2008.

2.1 A concessão de florestas públicas

A lei 11.284 estipula três modelos de gestão de florestas públicas. O primeiro é a destinação a populações tradicionais e outros grupos humanos que, por gerações sucessivas, caracterizam um estilo de vida relevante para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica local.

No segundo, aplicável às florestas nacionais, o gestor público pode realizar a gestão direta, contratando ou não serviços de terceiros. O terceiro modelo ocorre quando o órgão gestor público disciplina e conduz processos de concessão do direito a uma pessoa jurídica ou a um consórcio que, mediante licitação, demonstra capacidade de praticar manejo florestal sustentável por sua conta e risco, dentro de um prazo determinado numa unidade de manejo.

Pela relevância e importância estratégica para a gestão integrada das florestas públicas, no PAOF são identificadas, primeiramente, as florestas públicas destinadas às comunidades. As reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável (Lei 9.985 de 18/07/2000) são exemplos dessas áreas previstas em lei, assim como os projetos de assentamento florestal e de desenvolvimento sustentável ou similar previstos no Artigo 189 da Constituição Federal e nas diretrizes do Programa Nacional de Reforma Agrária. Nessas áreas, a destinação das florestas públicas é feita de forma não onerosa aos beneficiários. As terras indígenas e as áreas ocupadas por comunidades locais ficam também excluídas dos processos de concessão. Tampouco são consideradas para fins de concessão as unidades de conservação de proteção integral e as áreas de interesse para criação de unidades de conservação integral.

Neste plano são identificadas e descritas as demais florestas públicas passíveis de concessão, integrantes ou não das unidades já protegidas por lei. O PAOF também descreve os critérios de acessibilidade destinados a garantir o acesso de micro, pequenos, médios e grandes produtores.

2.2 O PAOF no contexto da gestão de florestas públicas

A Lei 11.284/2006 criou uma série de instrumentos para gestão das florestas públicas incluindo (i) o Cadastro Nacional de Florestas Públicas; (ii) o Plano Anual de Outorga Florestal; (iii) o Sistema Nacional de Informações Florestais; (iv) o Serviço Florestal Brasileiro; (v) a Comissão de Gestão de Florestas Públicas e (vi) a Concessão Florestal.

Esses instrumentos são aplicados considerando uma série de outras políticas e instrumentos já existentes que complementam a gestão das florestas públicas, incluindo a políticas de ordenamento territorial (ex. reforma agrária, ZEE) e os mecanismos de assentamentos humanos sustentáveis, a política nacional de áreas protegidas, a política nacional de florestas, a política de conservação da biodiversidade e a política nacional de recursos hídricos.

O Plano Anual de Outorga Florestal se insere neste contexto, propondo o planejamento de atividades de uso sustentável das Florestas Públicas, em especial da aplicação do mecanismo de concessão florestal.

2.3 O manejo florestal e as políticas nacionais

Aproveitando o momento de estabilidade e previsibilidade da economia brasileira, que se reflete no cumprimento de metas de inflação, na obtenção de superávits comerciais, de acumulação de divisas, de redução do endividamento público e na melhoria da distribuição de renda, o governo federal tem estimulado, através de programas estruturantes em diversos setores, as condições necessárias para um processo de crescimento sustentável.

Entre esses programas, as seguintes iniciativas têm grande valor estratégico: Plano de Aceleração do Crescimento – PAC; Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE; Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação – PACT I; Programa Mais Saúde, Programa Luz para Todos, Política de Desenvolvimento Produtivo, Programa Amazônia Sustentável - PAS, Programa

Nacional de Florestas - PNF, Programa de Revitalização de Bacias, Programa Nacional de Biocombustíveis, Programa Territórios da Cidadania e os Distritos Florestais Sustentáveis.

Todos estes programas tem interações com as áreas de florestas públicas que representam 25% do território nacional. Durante o processo de elaboração do PAOF é feito um esforço para garantir que as ações de gestão de florestas públicas não contradigam e, sempre que possível, interajam de forma simbiótica com iniciativas destas políticas e programas setoriais.

Especificamente vale destacar a interação com as metas do Programa Nacional de Florestas de ampliar de 3 para 15 milhões de hectares a área de florestas naturais manejadas sustentavelmente até 2011. As concessões florestais e a promoção do manejo florestal comunitário devem contribuir decisivamente para o alcance desta meta.

Da mesma forma a implantação do Distrito Florestais Sustentáveis prevê a promoção do desenvolvimento de um território baseado na economia dos produtos florestais. No Distrito Florestal da BR 163, o primeiro a ser implantado, o desenvolvimento de uma economia florestal passa pela gestão das florestas públicas que representam quase 80% do território de 19 milhões de hectares.

Vale igualmente um destaque para o Plano Amazônia Sustentável, uma vez que mais de 96% das florestas públicas cadastradas estão na Amazônia. O PAS procura a articulação social e institucional para tratar das interações antagônicas com os demais programas, especialmente aqueles que prevêem fortes investimentos como o PAC. Sua orientação se manifesta essencialmente na regulação de ações que têm impacto na distribuição da população e das atividades produtivas, com grande potencial para provocar mudanças de tendências e interferir no uso dos atuais territórios ocupados por populações tradicionais.

Resumidamente, o PAS apresenta os seguintes objetivos: (i) promoção do ordenamento territorial e a gestão ambiental que possibilitem combate à grilagem, resolução de conflitos fundiários, destinação das terras públicas, controle sobre a exploração ilegal e predatória de recursos naturais e proteção dos ecossistemas regionais; (ii) fomento ao uso sustentável dos recursos naturais com tecnologias, agregação de valor, valorização da biodiversidade geração de empregos e maior competitividade em mercados regionais, nacionais e internacionais; (iii) subsídio ao planejamento, execução e manutenção das obras de infra-estrutura, energia e transportes que proporcionem maximização dos benefícios socioeconômicos e minimização dos impactos negativos; e (iv) fortalecimento da inclusão social e da cidadania por meio de processos participativos de gestão nas políticas públicas.

Dentre as orientações estratégicas do plano com forte interface com o PAOF podemos citar o combate a grilagem; assegurar às populações tradicionais os direitos à terra e acesso a recursos naturais; priorizar as áreas críticas com conflitos sociais e degradação ambiental; criar e implementar Distritos Florestais Sustentáveis (DFS); integrar os diferentes instrumentos, ZEEs, criação e implementação de UCs e assentamentos, regularização fundiária, concessão de florestas públicas; e fortalecer os sistemas georreferenciados de informação e o intercâmbio entre as instituições públicas e o acesso aos dados pela sociedade. Além disso, O PAS estimula a estruturação de cadeias produtivas que permitam o uso eficiente dos recursos naturais e a agregação de valor, com a geração de emprego e outros benefícios locais; e incentivar atividades

produtivas que garantam a manutenção de serviços ambientais, com benefícios nas escalas local, nacional e global.

Em síntese, e no amplo contexto de todos os programas citados, a Lei de Gestão de Florestas Públicas surge como promotora do re-ordenamento institucional necessário para a integração de vários dos elementos envolvidos na coordenação e desenvolvimento das políticas públicas e se consolida como instrumento central que valoriza a floresta por meio de incentivos ao manejo, à preservação e ao uso sustentável.

2.4 Escopo e Objetivos deste PAOF

Este PAOF abrange as florestas públicas federais, conforme determina o §1º do art. 11 da Lei 11.284 e o §1º do art. 23 do Decreto 6063/2007.

- (i) Descrever as florestas públicas passíveis de concessão florestal, considerando seu status e realidade socioeconômica do entorno; e
- (ii) Identificar, entre elas, as florestas públicas passíveis de ter unidades de manejo licitadas para contrato de concessão florestal no período de janeiro a dezembro de 2009.

As florestas dos estados que puderam divulgar até 30 de junho de 2008 os seus respectivos PAOF também tem suas áreas consideradas.

2.5 Base Legal

O PAOF se apóia em dois instrumentos legais: a Lei 11.284 de 2 de março de 2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas) e o Decreto 6.063 de 20 de março de 2007, que a regulamenta.

Até 2005, as florestas brasileiras, naturais ou plantadas, localizadas em terras públicas¹, não tinham um marco regulador que garantisse a sua gestão como um bem de todos os brasileiros. Teve início então um amplo processo de consulta e tramitação no Congresso Brasileiro que resultou na aprovação, em 2 de março de 2006, da Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Além de criar um marco para a gestão das Florestas Públicas, a Lei criou o Serviço Florestal Brasileiro, para geri-las, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, para desenvolver a assistência técnica, a recuperação de áreas degradadas, o controle e o monitoramento das atividades florestais nessas áreas.

O objetivo principal da Lei 11.284 é proteger as florestas pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios, regulamentando o acesso e gerando benefícios sociais e ambientais. Essas florestas ocupam expressiva área do território brasileiro e, a partir da promulgação da Lei, não podem mais ser convertidas para outras formas de uso e ocupação do solo.

¹ Terras sob domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta.

A Lei estabelece que, para gerar os benefícios previstos, a floresta pública deve ser gerida como uma unidade de conservação ou ser destinada ao uso comunitário ou ainda ser destinada a concessão florestal por prazo definido, por meio de licitação.

Para o terceiro caso, a Lei estabelece que o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) deve identificar todas as florestas públicas a serem submetidas a processos de concessão no ano em que vigorar. A publicação do presente documento atende especificamente a essa disposição da Lei e segue também a regulamentação prevista no Decreto 6.063/2007, detalhado na seção 3.2.

2.5.1 Lei 11.284/2006

A Lei 11.284, no seu artigo 10, cria e define o PAOF como o documento que conterá a descrição de todas as florestas públicas que podem ser submetidas a processos de concessão no ano em que vigorar. Em outras palavras, só haverá concessão em floresta pública incluída no PAOF, mas estar no PAOF não significa, necessariamente, que haverá concessão naquela área.

O PAOF deve ser elaborado pelo órgão gestor (art. 10 e 53/ Lei 11.284) que na esfera federal é o Serviço Florestal Brasileiro (art. 55 / Lei 11.284) e aprovado e publicado pelo poder concedente, que na esfera federal é o Ministério do Meio Ambiente (art. 49). A Lei determina também os fatores e os passos que devem ser observados durante a sua elaboração. O Quadro 4 faz referência a esses temas.

Quadro 4: Fatores definidos pela Lei 11.284 para consideração durante a elaboração do PAOF

<i>Tema</i>	<i>Referência na Lei</i>
Políticas setoriais	Art. 11
Zoneamento Ecológico Econômico	
Áreas Protegidas (UCs, TI etc)	
Concessões em outros setores (ex. minas, água etc.)	
Faixa de fronteira e áreas indispensáveis à defesa do território nacional	
Políticas públicas estaduais e municipais	
Consultas à Comissão de Gestão de Florestas Públicas, à Secretaria de Patrimônio da União e ao Conselho de Defesa Nacional.	Art. 10 e 51
Autorização do Gestor da Unidade de Conservação no caso de inclusão de florestas nacionais	Art. 48

Os art. 33 e 34 da Lei 11.284 estabelecem as diretrizes para que o PAOF garanta o acesso democrático de micro, pequenos e médios produtores ao processo de concessão florestal assim como mecanismos para evitar concentração econômica.

Art. 33. *Para fins de garantir o direito de acesso às concessões florestais por pessoas jurídicas de pequeno porte, micro e médias empresas, serão definidos no PAOF, nos termos de regulamento, lotes de concessão, contendo várias unidades de manejo de tamanhos diversos, estabelecidos com base em critérios técnicos, que deverão considerar as condições e as necessidades do setor florestal, as peculiaridades regionais, a estrutura das cadeias produtivas, as infra-estruturas locais e o acesso aos mercados.*

Art. 34. *Sem prejuízo da legislação pertinente à proteção da concorrência e de outros requisitos estabelecidos em regulamento, deverão ser observadas as seguintes salvaguardas para evitar a concentração econômica:*

- I - em cada lote de concessão florestal, não poderão ser outorgados a cada concessionário, individualmente ou em consórcio, mais de 2 (dois) contratos;*
- II - cada concessionário, individualmente ou em consórcio, terá um limite percentual máximo de área de concessão florestal, definido no PAOF.*

Parágrafo único. O limite previsto no inciso II do caput deste artigo será aplicado sobre o total da área destinada à concessão florestal pelo PAOF e pelos planos anuais de outorga em execução aprovados nos anos anteriores.

2.5.2 Decreto 6.063/2007

Desde a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, cinco atos normativos foram editados para regulamentá-la: um decreto geral de regulamentação da Lei (Decreto 6.063 de 20 de março de 2007); duas instruções normativas do CONAMA sobre gestão florestal compartilhada (Resoluções 378 e 379, de 19 de outubro de 2006), e duas instruções normativas do MMA sobre contratos de transição aplicáveis para Planos de Manejo aprovados até 2003 (IN 02/2006 e IN 01/2007).

O Decreto 6.063 de 20 de março de 2007 regulamenta a Lei de Gestão de Florestas Públicas e determina o conteúdo mínimo do PAOF no seu artigo 20.

Art. 20 O PAOF terá o seguinte conteúdo mínimo:

- I - identificação do total de florestas públicas constantes do Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União;*
- II - área total já submetida a concessões florestais federais e previsão de produção dessas áreas;*
- III - identificação da demanda por produtos e serviços florestais;*
- IV - identificação da oferta de produtos e serviços oriundos do manejo florestal sustentável nas regiões que abranger, incluindo florestas privadas, florestas destinadas às comunidades locais e florestas públicas submetidas à concessão florestal;*
- V - identificação georreferenciada das florestas públicas federais passíveis de serem submetidas a processo de concessão florestal, durante o período de sua vigência;*
- VI - identificação georreferenciada das terras indígenas, das unidades de conservação, das áreas destinadas às comunidades locais, áreas prioritárias para recuperação e áreas de interesse para criação de unidades de conservação de proteção integral, que sejam adjacentes às áreas destinadas à concessão florestal federal;*
- VII - compatibilidade com outras políticas setoriais, conforme previsto no art. 11 da Lei no 11.284, de 2006;*
- VIII - descrição da infra-estrutura, condições de logística, capacidade de processamento e tecnologia existentes nas regiões por ele abrangidas;*
- IX - indicação da adoção dos mecanismos de acesso democrático às concessões florestais federais, incluindo:*
 - a) regras a serem observadas para a definição das unidades de manejo;*
 - b) definição do percentual máximo de área de concessão florestal que um concessionário, individualmente ou em consórcio, poderá deter, relativo à área destinada à concessão florestal pelos PAOF da União vigente e executados nos anos anteriores, nos termos do art. 34, inciso II e parágrafo único, da Lei no 11.284, de 2006;*
- X - descrição das atividades previstas para o seu período de vigência, em especial aquelas relacionadas à revisão de contratos, monitoramento, fiscalização e auditorias; e*
- XI - previsão dos meios necessários para sua implementação, incluindo os recursos humanos e financeiros.*

O art. 19 do Decreto especifica que somente as florestas públicas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas poderão ser incluídas no PAOF. Especifica também as políticas e instrumentos que devem ser observados quando da elaboração do PAOF, em consonância com as previsões do art. 11 da Lei 11.284/2006, incluindo: (i) recomendações de uso definidas no Decreto 5.092/2004 para áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade (art. 21); (ii) contratos de concessão, autorizações, licenças e outorgas para mineração, petróleo, gás, estradas, linhas de transmissão, geração de energia, oleodutos, gasodutos e para uso de água (art. 22).

O Decreto determina ainda que o PAOF da União deve ser concluído até o dia 31 de julho do ano anterior à sua vigência, considerando em sua elaboração os PAOFs de Estados e Municípios recebidos até o dia 30 de junho (art. 23).

O Anexo I apresenta as partes da Lei 11.284/2006 e do Decreto 6.063/2007 que fazem referência ao Plano Anual de Outorga Florestal.

2.5.3 Resoluções do Serviço Florestal

RESOLUÇÃO 02/2007, DE 06 DE JULHO DE 2007 - Regulamenta o Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

RESOLUÇÃO 03/2007, DE 05 DE OUTUBRO DE 2007 - Regulamenta os indicadores a serem utilizados no julgamento da melhor proposta técnica e bonificadores para concessão florestal.

2.5.4 Instruções Normativas do MMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 25 DE JUNHO DE 2008 - Disciplina a elaboração, análise e aprovação do Relatório Ambiental Preliminar utilizado para o licenciamento prévio das Unidades de Manejo Florestal destinadas a concessão florestal fora de Florestas Nacionais.

3 AS FLORESTAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Para efeito da Lei 11.284/2006 são consideradas florestas públicas aquelas florestas naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, que estejam em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta (art. 3º, Inciso I).

Essa definição inclui florestas em todo o Brasil, em diferentes situações em relação aos objetivos e modalidades de gestão previstos na Lei 11.284/2006. As florestas podem estar em áreas protegidas ou de uso especial, em áreas destinadas ao uso comunitário ou em áreas já arrecadadas pela União, Estados e Municípios, mas que ainda não tiveram destinação específica.

As Florestas Públicas são incluídas no Cadastro Geral de Florestas Públicas da União (parte integrante do Cadastro Nacional de Florestas Públicas²) com a indicação de sua situação atual. Esses dados são considerados na elaboração do PAOF, tanto para a sua possível inclusão como área passível de concessão, como também para a indicação da finalidade mais adequada de uso dos recursos florestais, seja para a produção de bens madeireiros e não-madeireiros, serviços ou mesmo de combinações entre eles.

Este capítulo tem por objetivo prover uma visão geral sobre as Florestas Públicas Federais que foram consideradas durante o processo de elaboração do PAOF 2009, de modo a facilitar a compreensão da metodologia adotada para a seleção das áreas passíveis de concessão nele incluídas.

Aqui serão apresentadas também as Florestas Públicas já destinadas para áreas protegidas bem como as áreas destinadas ao uso comunitário e as áreas vinculadas a contratos de transição (previstos no art. 70 da lei 11.284/2006).

3.1 Distribuição das florestas públicas no Brasil

As florestas públicas do Brasil inseridas no Cadastro Geral de Florestas Públicas da União (CGFPU) compreendem uma área de aproximadamente 210,8 milhões de hectares, o que representa 24,8% do território nacional, e incluem aproximadamente 12,4 milhões de hectares de florestas estaduais.

A Figura 2 apresenta a distribuição das florestas públicas brasileiras inseridas no CNFP pertencentes aos Estados e a União.

² O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) foi regulamentado pela Resolução no 2/2007 do Serviço Florestal Brasileiro. A primeira versão do CNFP encontra-se acessível pelo site www.florestal.gov.br. No anexo III encontra-se uma descrição do CNFP.

Distribuição das Florestas Públicas Nacionais entre Estados e União (Total 210.870.585 hectares)

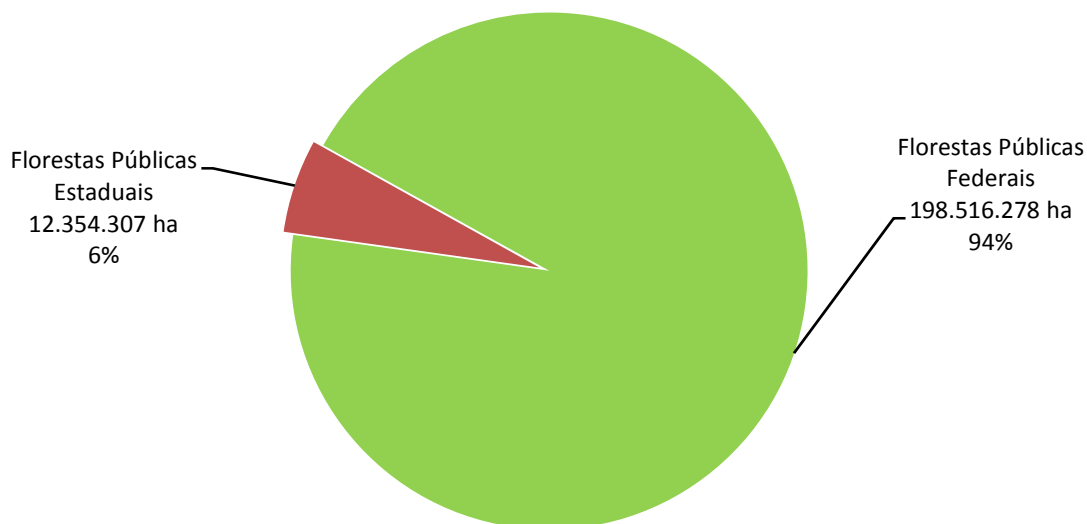


Figura 2: Distribuição da área (ha) com florestas públicas inseridas no CNFP pertencentes aos Estados e a União.

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

As florestas cadastradas distribuem-se nos diferentes biomas e regiões do país, no entanto a maior parte (92,68%) encontra-se na Amazônia (Quadro 5).

Quadro 5: Área de florestas públicas do Brasil, por bioma e por região, identificadas até junho de 2008

Bioma / Região	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total geral
AMAZÔNIA	9.687.747	1.809.739	183.931.663			195.429.149
CAATINGA		938.631		4.971		943.602
CERRADO	5.948.324	2.514.867	3.331.389	574.545		12.369.125
MATA ATLÂNTICA	115.960	255.930		397.554	802.390	1.571.835
PAMPA					147.509	147.509
PANTANAL	409.365					409.365
Total geral	16.161.397	5.519.167	187.263.053	977.069	949.899	210.870.585

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

O Cadastro ainda está incompleto. Não foram inseridas, por exemplo, as glebas públicas federais arrecadadas e não destinadas localizadas fora da Amazônia Legal. Existem também glebas que não foram consideradas por não estarem disponíveis na forma georreferenciada. Por fim, não constam as Florestas Públicas pertencentes às Universidades Federais e outras instituições da administração indireta.

Atualmente, o cadastro identifica florestas públicas em 831 municípios, sendo que os cinco municípios com a maior área são Altamira/PA (14,6 milhões de ha), São Gabriel da Cachoeira/AM (9,5 milhões de ha), Oriximiná/PA (7,1 milhões de ha), Atalaia do Norte/AM (6,8 milhões) e São Felix do Xingu/PA (5,2). Esses cinco municípios juntos detêm aproximadamente 20% de todas as florestas públicas brasileiras. E são 53 os municípios com mais do que um milhão de hectares com florestas públicas.

Se considerados os cinco maiores estados em termos de florestas públicas, temos o Amazonas (79,8 milhões de ha), o Pará (63,6 milhões de ha), Roraima (16,5 milhões de ha), Mato Grosso (15,0 milhões de ha) e Amapá (9,4 milhões de ha), que juntos concentram 87,3% de todas as florestas públicas brasileiras cadastradas.

O Mapa das Florestas Públicas (federais e estaduais) em processo de identificação no Cadastro Geral de Florestas Públicas da União (junho 2008) é mostrado na Figura 3. Explica-se no Anexo 7.2, como foi construído esse mapa e o CGFPU.

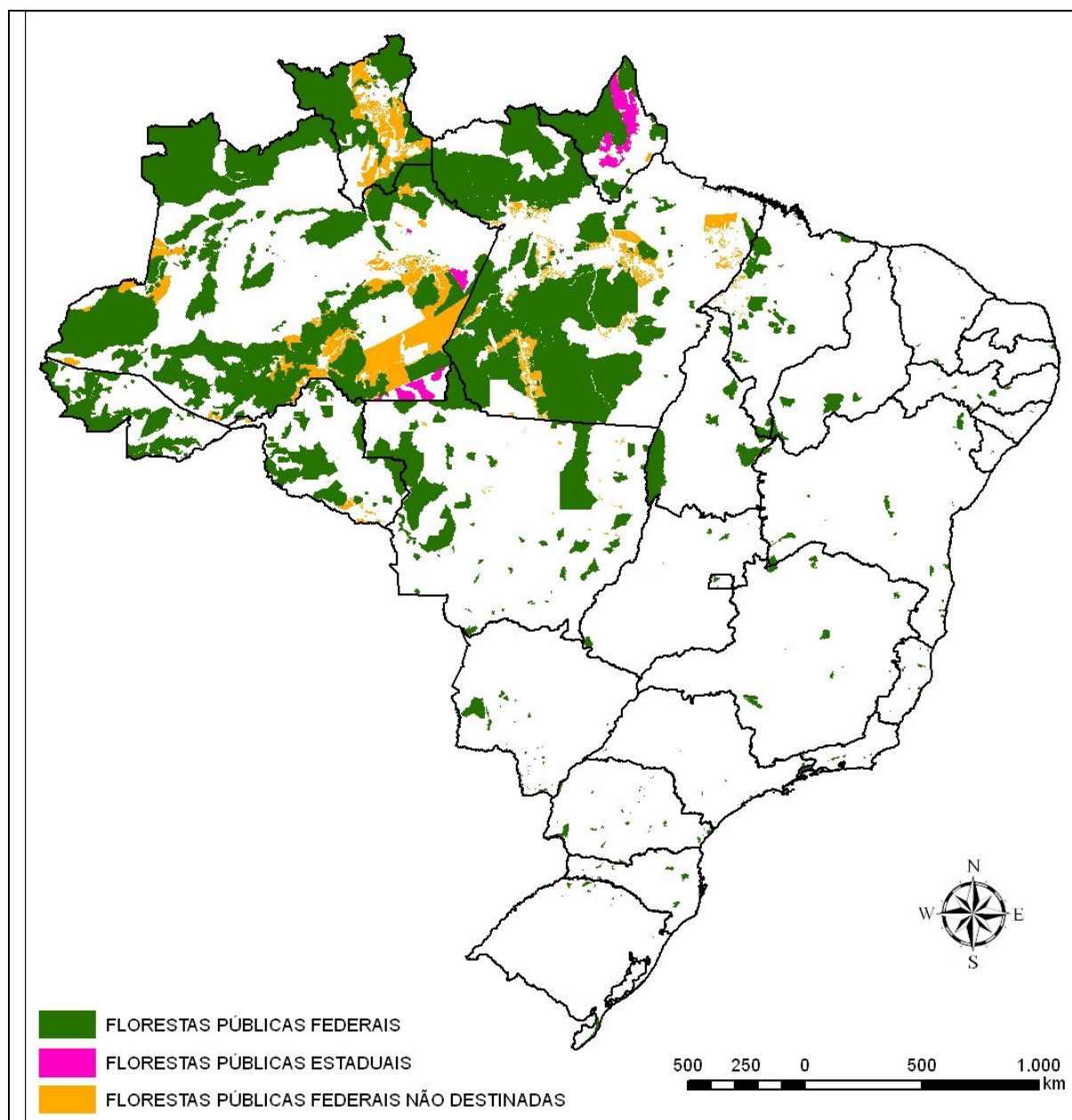


Figura 3: Florestas públicas em processo de identificação no Cadastro Geral de Florestas Públicas da União (junho 2008).

Fonte: CNFP/ Serviço Florestal Brasileiro

3.2 As florestas públicas federais e sua destinação

As florestas públicas federais (FPF) no Brasil podem estar preliminarmente em duas situações: destinadas ou não destinadas. As florestas destinadas (TIPO A) são aquelas para as quais a União já definiu uma utilização para o cumprimento de uma função social, tais como a conservação ambiental ou o uso comunitário por grupos sociais. As florestas não destinadas (TIPO B) são aquelas situadas em terras arrecadas, mas ainda sem destinação definida.

Quadro 6: Florestas públicas federais por estado e categoria de destinação

REGIÃO	UF	Floresta Pública Destinada (TIPO A)	Floresta Pública Não-Destinada (TIPO B)	TOTAL
Centro-Oeste	DF	56.211		56.211
	GO	267.370		267.370
	MS	863.697		863.697
	MT	14.796.212	177.908	14.974.120
Subtotal		15.983.489	177.908	16.161.397
Nordeste	AL	20.077		20.077
	BA	897.970		897.970
	CE	87.453	1.020	88.473
	MA	2.971.231	204.446	3.175.676
	PB	41.649		41.649
	PE	192.001		192.001
	PI	1.087.749		1.087.749
	RN	1.471		1.471
	SE	14.101		14.101
Subtotal		5.313.701	205.466	5.519.167
Norte	AC	6.618.167	38.416	6.656.583
	AM	64.568.179	13.708.115	78.276.295
	AP	6.919.316	92.727	7.012.043
	PA	49.566.318	6.009.997	55.576.315
	RO	7.204.637	413.141	7.617.779
	RR	11.704.745	4.768.882	16.473.626
	TO	3.296.095	10	3.296.105
Subtotal		149.877.457	25.031.289	174.908.746
Sudeste	ES	102.745		102.745
	MG	659.446		659.446
	RJ	138.635		138.635
	SP	76.243		76.243
Subtotal		977.069		977.069
Sul	PR	472.866		472.866
	RS	261.932		261.932
	SC	215.101		215.101
Subtotal		949.899		949.899
TOTAL		173.101.616	25.414.662	198.516.278

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

Existem também as florestas públicas localizadas em áreas que ainda não foram arrecadadas (TIPO C) e, portanto, não têm o domínio claramente definido. Essas áreas são chamadas de devolutas e em geral são florestas públicas estaduais. Na primeira versão do Cadastro Nacional de

Florestas Públicas foram incluídas apenas FPFs dos Tipos A e B. O Quadro 6 apresenta as FPFs por estado e por Tipo (A/B).

As florestas públicas federais podem ser destinadas para diversas finalidades. De forma geral, as destinações podem caracterizar florestas nas quais o uso direto não é permitido, como as Unidades de Conservação de Proteção Integral (Lei 9485/2000 – SNUC), e as florestas onde pode haver alguma forma de utilização dos recursos naturais, como as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e as florestas destinadas às comunidades locais.

Do total de 198,5 milhões de hectares em fase de identificação no CNFP, 87% são florestas públicas destinadas e 13% (25,4 milhões de hectares) são florestas públicas não destinadas (Figura 4). Essas estão em terras já arrecadadas pelo Incra e são potencialmente passíveis de concessão florestal, como previsto no Artigo 7º, da Lei 11.284/2006, de forma onerosa e por meio de processo de licitação.

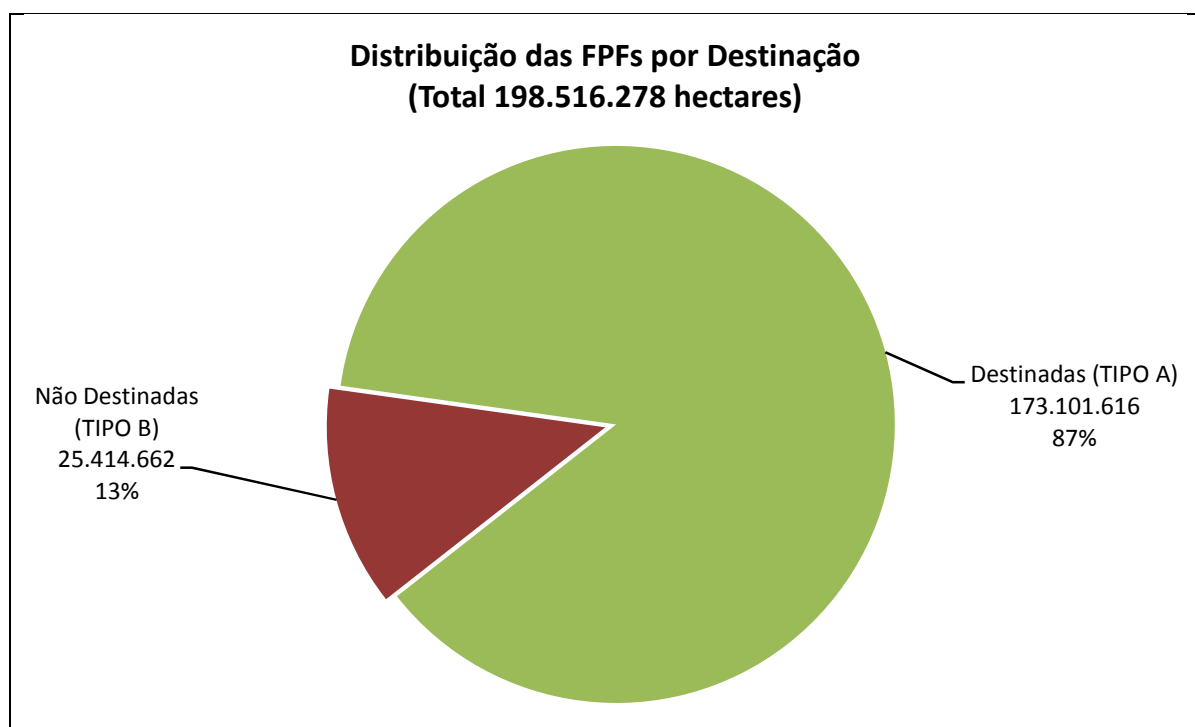


Figura 4: Distribuição da área (ha) com florestas públicas federais segundo sua classificação de destinação.

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

3.3 Florestas públicas federais destinadas a Unidades de Conservação

Das florestas públicas federais incluídas na fase de identificação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, 61,4 milhões de hectares são Unidades de Conservação (UCs), sendo 31,8 milhões em UCs de proteção integral e 29,5 milhões em UCs de uso sustentável. Em geral as Unidades de Conservação Federais são incluídas sumariamente no CNFP, com exceção daquelas unidades de conservação que por sua natureza admitem a existência de propriedade privada como RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural, APA- Área de Proteção Ambiental, ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico, RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável e RVS – Refúgio de Vida Silvestre. Nestes casos somente a parcela incidente sobre terras públicas é inserida no cadastro.

No Quadro 7 são apresentadas as FPFs que estão destinadas a UCs no Brasil. É importante frisar que nos biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa, a totalidade das FPFs inseridas no CNFP até junho de 2007 refere-se exclusivamente à Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Quadro 7: Florestas públicas federais destinadas a Unidades de Conservação (ha)

CATEGORIA	Proteção Integral (hectares)	Uso Sustentável (hectares)
Estação Ecológica (ESEC)	7.001.369	
Parque Nacional (PARNA)	21.253.775	
Reserva Biológica (REBIO)	3.388.325	
Reserva da Vida Silvestre (RVS)	168.884	
Área de Proteção Ambiental (APA)		1.641.139
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)		35.719
Floresta Nacional (FLONA)		15.831.954
Reserva Extrativista (RESEX)		11.353.456
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)		689.590
Total geral	31.812.354	29.551.858

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

Várias unidades de conservação estão sobrepostas com Terras Indígenas (TI). Neste caso, prevalecem as TI no CNFP, resultando em uma área de 15,8 milhões de hectares de Florestas Nacionais sem sobreposição. Nas UCs de proteção integral não é possível a realização de atividades de manejo florestal. Nas UCs de uso sustentável é possível o manejo da floresta para produtos e serviços sendo que para cada categoria de UCs existem condições específicas que precisam ser observadas. As concessões florestais são aplicáveis no caso de FPF incidentes em Florestas Nacionais e Áreas de Proteção Ambiental.

O manejo florestal é permitido nas Florestas Nacionais que tenham Plano de Manejo (PM) aprovado. Um esforço concentrado está sendo realizado pelo ICMBio em parceria com apoio do Serviço Florestal Brasileiro para preparar os PMs de Florestas Nacionais.

3.4 Florestas públicas federais destinadas para uso comunitário

As florestas públicas podem ser destinadas às comunidades locais de diferentes formas. Além das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como as Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), onde um dos principais objetivos é beneficiar as populações tradicionais, há também as áreas destinadas a projetos de assentamento, incluindo os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), os Projetos de Assentamento Florestal (PAF) e os Projetos de Assentamentos Especiais Quilombolas. Para efeito do CNFP, Terras Indígenas também são consideradas áreas destinadas à comunidade local.

Cada uma destas categorias tem um órgão público responsável pela gestão da área e a interação direta com a comunidade. Nas Terras Indígenas este papel é exercido pela FUNAI, nas Reservas Extrativistas e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais é o ICMBio, enquanto que nas diferentes categorias de projetos de assentamento federal este papel é cumprido pelo INCRA.

As Unidades de Conservação e as Terras Indígenas são criadas pelo Presidente da República e os assentamentos pelo INCRA.

Os Projetos de Assentamento Especiais Quilombolas são áreas que tendem a ter titulação coletiva em nome da associação, portanto, passando a ser considerada área privada, ou seja, fora do domínio da União. Os trabalhos de identificação, reconhecimento e titulação das áreas de remanescente de quilombos são realizados em parceria entre INCRA, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Fundação Cultural Palmares.

As florestas públicas federais destinadas às comunidades podem ser utilizadas para a produção florestal, tanto madeireira como de produtos não madeireiros, desde que consideradas regras de utilização estabelecidas em cada modalidade e que haja o envolvimento das comunidades. A destinação de florestas públicas ao uso comunitário é feita de forma não-onerosa e antes da realização das licitações para concessão florestal.

No Quadro 8 são apresentadas as FPFs classificadas nas categorias Terras Indígenas, assentamentos em Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projetos de Assentamento Florestal (PAF) e Unidades de Conservação de Uso Sustentável onde populações tradicionais podem utilizar os recursos florestais (RDS e RESEX). Cerca de 123 milhões de hectares de florestas públicas federais estão destinadas ao uso comunitário, das quais 87,6% são Terras Indígenas e 92,1% estão localizadas no bioma Amazônia.

Quadro 8: Florestas públicas federais destinadas às comunidades locais (em hectares)

BIOMA	TI	RESEX	PDS *	PAE	RDS	PAF	Total geral
AMAZÔNIA	98.881.186	11.230.236	1.835.162	1.324.184	689.590	137.141	114.097.499
CAATINGA	209.933	1.203					211.135
CERRADO	8.574.626	89.180					8.663.806
MATA ATLÂNTICA	511.815	32.837		1.833			546.485
PAMPA	2.404						2.404
PANTANAL	259.119						259.119
Total geral	108.439.084	11.353.456	1.835.162	1.326.017	689.590	137.141	123.780.450

* No CNFP estão incluídos apenas PDS do Estado do Pará para os quais se encontram disponíveis dados georeferenciados. (**Fonte:** CNFP / Serviço Florestal Brasileiro)

No caso dos Assentamentos, a Lei 11.284 prevê a destinação das florestas públicas apenas para os projetos baseados no uso sustentável da floresta como os PDS e os Projetos de Assentamento Florestal - PAFs. Os PAF e os demais PDS deverão ser incorporados ao Cadastro Nacional de Florestas Públicas no decorrer de 2008 e 2009. As áreas florestadas em assentamentos não consolidados (não titulados) também serão incorporadas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas

3.5 Florestas públicas federais arrecadadas e não destinadas

Dos 198,51 milhões de hectares de florestas públicas federais em identificação do CNFP, cerca de 13% são FPFs não destinadas (Tipo B). Elas representam 25,41 milhões de hectares, sendo que mais de 75% se encontram nos estados do Amazonas (54%) e Pará (23%). Das FPFs não destinadas inseridas no CDFP, 99,7% encontram-se no bioma Amazônico, e o restante no Cerrado e na Caatinga.

A destinação das FPFs arrecadadas inclui o processo de regularização fundiária de posses de até 500 ha com processos anteriores a 2004. Muitas áreas incluídas no CNFP poderão se tornar inativas à medida que estas posses venham a ser reconhecidas definitivamente como propriedades privadas.

O Quadro 9 mostra a distribuição das FPFs não destinadas por cada Estado da Federação. A larga maioria das áreas não destinadas está nos estados da Região Norte, sendo que os Estados do Amazonas, Pará e Roraima detêm 96,35% da área de FPFs não destinadas.

Quadro 9: Distribuição das áreas arrecadadas não destinadas com florestas públicas

Estado	Área de florestas públicas federais em terras arrecadadas não destinadas (ha)	Proporção do total de FPFs em terras arrecadadas e não destinadas (%)
Amazonas (AM)	13.708.115	53,94
Pará (PA)	6.009.997	23,65
Roraima (RR)	4.768.882	18,76
Rondônia (RO)	413.141	1,63
Maranhão (MA)	204.446	0,80
Mato Grosso (MT)	177.908	0,70
Amapá (AP)	92.727	0,36
Acre (AC)	38.416	0,15
Ceará (CE)	1.020	0,00
Tocantins (TO)	10	0,00
TOTAL	25.414.662	100,00

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

3.6 Florestas públicas federais com contrato de transição

Um dos mecanismos de transição previstos na Lei de Gestão de Florestas Públicas (Artigos 70 e 71) é a possibilidade de continuidade de execução de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) localizados em áreas públicas, que tenham sido aprovados e operados até a edição da Lei 11.284/2006. A inclusão transitória exige regularidade técnica e fundiária mediante vistoria pelos órgãos, ambiental e fundiário e a assinatura de contrato de transição entre o detentor dos Planos de Manejo e o Ministério do Meio Ambiente, representado pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Os Contratos de Transição prevêm, entre outros aspectos, as seguintes regras:

- O valor a ser pago pelo uso das florestas é determinado com base nos produtos a serem explorados;
- O detentor do plano de manejo deve efetuar o pagamento de um valor de caução em garantia pelo cumprimento do contrato;
- As atividades de exploração florestal devem ser paralisadas durante o período de chuvas de modo a reduzir os impactos sobre a floresta manejada;
- Rígida obediência às normas técnicas de manejo florestal sustentável, determinadas pelo IBAMA.

Até o momento, o Serviço Florestal Brasileiro assinou 11 Contratos de Transição dos planos de manejo florestal sustentável (PMFS) aptos conforme a Instrução Normativa N° 002 de 2006 do Ministério do Meio Ambiente, os quais podem ser observados no Quadro 10. Os detalhes sobre cada um dos processos estão disponíveis na página eletrônica do Serviço Florestal (www.florestal.gov.br).

Quadro 10: Planos de manejo florestal sustentável cadastrados no Serviço Florestal Brasileiro

Detentor	Município	UF	Área Efetiva do PMFS (ha)
Hélio Dallagnol	Altamira	PA	500
Lino Pelegriane	Altamira	PA	396
José Leocir Finatto Valério Neto	Novo Progresso	PA	459
Leocir Antônio Spinelli Valério	Novo Progresso	PA	1.443
Precious Woods Belém Ltda	Portel	PA	39.000
Júlia Rosa de Jesus	Novo Progresso	PA	2.497
L.F. Timbers Ltda	Portel	PA	2.460
Adelar de Souza	Rurópolis	PA	556
Nilton Lourenço de Resende Jr.	Trairão	PA	450
Cláudio José Ferreira de Almeida	Uruará	PA	2.415
Ivan dos Santos Lira	Uruará	PA	2.325
Total			52.501

Fonte: Gerência de Monitoramento / Serviço Florestal Brasileiro

A localização desses PMFS cadastrados é apresentada na Figura 5. Não há modificação em relação ao PAOF 2007-2008 e todas as informações pertinentes estão disponíveis na página eletrônica do Serviço Florestal Brasileiro (www.florestal.gov.br).

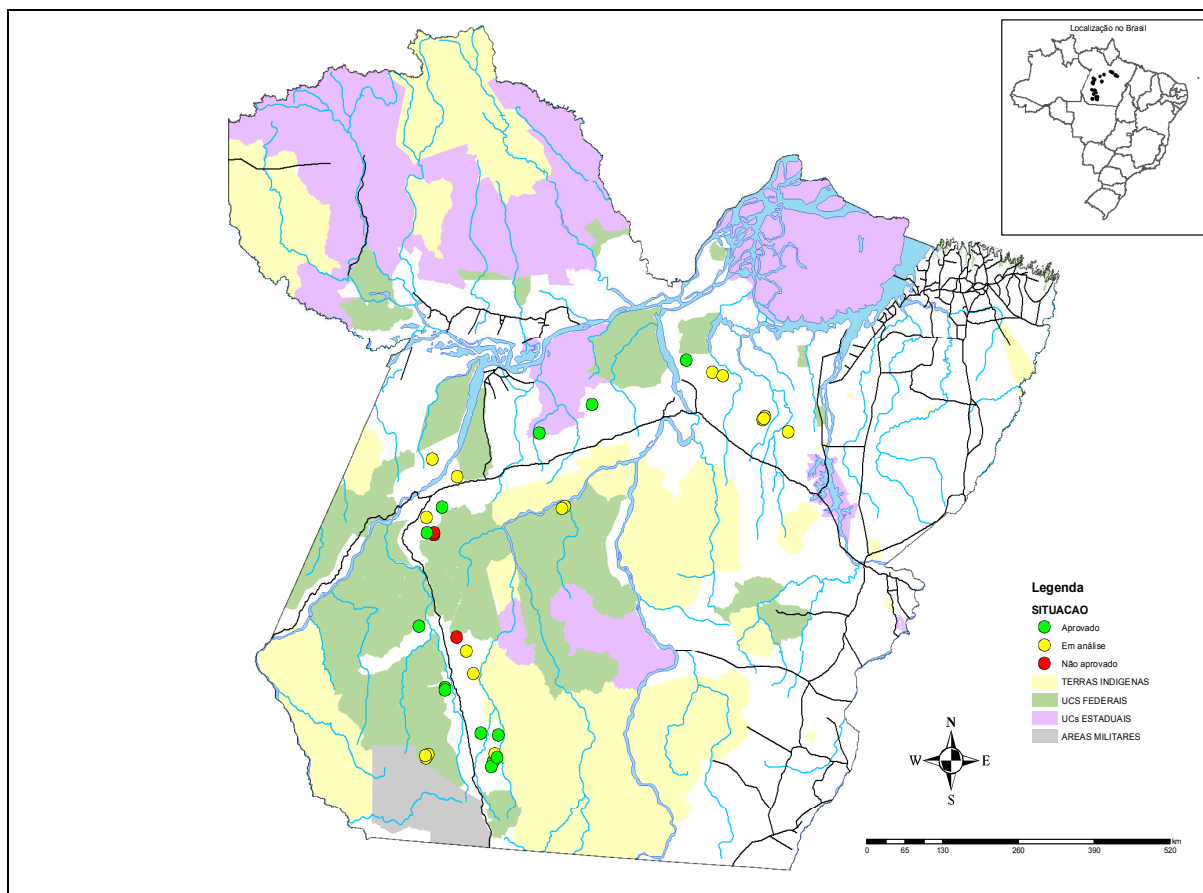


Figura 5: Localização dos Planos de Manejo Florestal Sustentável que pleitearam a celebração de contratos de transição.

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

Uma observação importante é a correlação positiva entre as previsões do PAOF 2007-2008, em especial, arrecadação à União superior a estimada. Esta constatação foi possível a partir das informações sobre a movimentação de madeira baseadas no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará-CEPROF, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Outro aspecto relevante é a ocorrência de movimentos com destino para o próprio município de origem, fato que fortalece coerentemente o princípio da Lei de Gestão de Florestas Públicas que prevê a necessidade de agregação de valor aos produtos em seu local de origem.

Sobre os aspectos de produção e monetário, observa-se a implementação do mecanismo de remuneração pela utilização de Floresta Pública com significativo volume movimentado. Os valores recolhidos à União totalizaram R\$ 1.000.443,00 e foram determinados pela estimativa de produção anual do recurso florestal a ser explorado.

Os valores declarados em nota e as taxas recolhidas junto ao Serviço Florestal Brasileiro são apresentados no **Quadro 11**.

Quadro 11: Volume movimentado e valores arrecadados nos contratos de transição monitorados pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Município de Origem	Município de Destino	Volume de Madeira em Tora Movimentado (m³)	Valor Declarado na Nota de Compra e Venda (R\$)	Arrecadação SFB (R\$)
Novo Progresso/PA	Altamira/PA	553	21.382	
	Novo Progresso/PA	13.917	559.129	
Subtotal:		14.470	580.511	176.181
Portel/PA	Ananindeua/PA	9.166	1.130.417	
	Baião/PA	1.859	116.470	
	Benevides/PA	516	56.863	
	Breves/PA	529	73.818	
	Goianesia do Para/PA	340	15.912	
	Moju/PA	1.631	225.802	
	Portel/PA	36.295	3.433.212	
	São Miguel do Guama/PA	987	137.420	
Subtotal:		51.323	5.189.913	824.262
Total:		65.793	5.770.424	1.000.443

Esta tabela se refere aos três contratos em transição, dois em Novo Progresso e um em Portel, que extraíram e transportaram madeira entre o período de janeiro de 2007 a maio de 2008.

Fonte: Gerência de Monitoramento - Serviço Florestal Brasileiro

Do ponto de vista ambiental e de monitoramento e controle das atividades realizadas nas florestas públicas manejadas de acordo com contratos de transição, consideram-se positivos os resultados até agora analisados, demonstrando viabilidade econômica, observância aos padrões de manejo florestal sustentável e com pleno atendimento às cláusulas dos contratos de transição firmados.

Sob o aspecto de uso e manutenção da cobertura florestal, os contratos de transição assinados entre a União e os detentores de plano manejo possibilitaram a regularização das atividades numa área de significativa proporção, totalizando 52.501 hectares (Quadro 12).

Quadro 12: Características do movimento de madeira autorizado para os planos de manejo florestal sustentável nos contratos de transição.

Município/U F	Volume Autorizado (m³)	Área da Unidade de Produção Anual (UPA) (ha)	Volume Médio autorizado por UPA (m³/ha)	Área Total do Plano de Manejo Florestal Sustentado (PMFS) (ha)
Altamira/PA	9.576,58	*845,30	21,50	896,00
Novo Progresso/PA	14.911,14	*1.983,26	28,01	4.399,00
Portel/PA	74.745,32	*3.377,85	22,31	41.460,00
Rurópolis/PA	8.237,36	473,59	17,39	556,00
Trairão/PA	12.819,95	450,00	28,49	450,00
Uruará/PA	32.134,61	987,07	32,55	4.740,00
Total	152.424,96	**8.117,07	25,97	52.501,00

Dados de oferta de madeira autorizada para os PMFS sob contratos de transição, por município.

* Foram desconsiderados 400,00, 1.451,06 e 397,65 hectares respectivamente para cálculo do volume médio por ainda não haver volumetria autorizada por AUTEX para estas áreas.

** O total somado, 2248,71ha nessas áreas, também foi desconsiderado para cálculo da média geral.

Fonte: Gerência de Monitoramento - Serviço Florestal Brasileiro

3.7 Florestas públicas em processo de concessão

Além dos contratos de transição descritos na seção anterior, somam-se à área com florestas públicas sob concessão os processos iniciados pelo Serviço Florestal Brasileiro em 2008. O **Quadro 13** apresenta essas florestas que já se encontram em processo de concessão. A área total dessas florestas não aparece contabilizada na área total passível de concessões em 2009 por corresponder a unidades de uso sustentável que já se encontram contribuindo para o processo de manejo florestal sustentável através do mecanismo de concessões gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Quadro 13: Florestas públicas federais consideradas passíveis de concessão florestal no PAOF 2007-2008 em colocadas em processo de concessão no ano de 2008.

Floresta Pública	Estado	Município	Área Total	Área c/ UMF
Flona Jamari	RO	Candeias do Jamari, Cujubim e Itapuã do Oeste	222.299 ha	96.361 ha
Flona Saracá Taquera	PA	Faro, Oriximiná e Terra Santa	441.148 ha	220.000 ha
Área total em concessão:				316.361 ha

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

4 FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA CONCESSÃO

4.1 Metodologia utilizada para seleção das áreas

O processo de seleção de florestas públicas aptas para concessão é regido por critérios definidos na Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/2006) e pelo decreto 6.063/2007 que a regulamenta. Basicamente esse processo pode ser dividido em duas etapas descritas a seguir.

Na primeira etapa, verificou-se se as florestas públicas federais que constam no Cadastro Nacional de Florestas Públicas estão aptas para o processo de concessão. Nessa fase, são consideradas florestas públicas inaptas aquelas já destinadas para o uso de comunidades tradicionais e unidades de conservação de proteção integral e algumas unidades de conservação de uso sustentável. As áreas excluídas do PAOF 2009 já no primeiro critério de seleção foram: as Terras Indígenas (108 milhões de ha), as Unidades de Conservação de Proteção Integral (31,8 milhões de ha), as unidades de uso comunitário (PAE – 1,3 milhões ha; PAF – 137 mil ha; PDS – 1,8 milhão ha) e alguns tipo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (ARIE – 36 mil ha; RDS – 689,6 mil ha; RESEX – 11,3 milhões ha) por terem como prioridade a destinação para o uso sustentável por comunidades tradicionais.

Cabe aos estados determinar quais Florestas Estaduais estarão passíveis de concessão, de acordo com os seus Planos Anuais de Outorga Florestal (PAOFs).

Uma área superior a 42,8 milhões de ha, divididas em Florestas Nacionais (15,8 milhões ha), Áreas de Proteção Ambiental (1,64 milhões ha) e Florestas Públicas ainda não destinadas (25,4 milhões ha), passou para a segunda etapa de classificação para inserção no PAOF 2009.

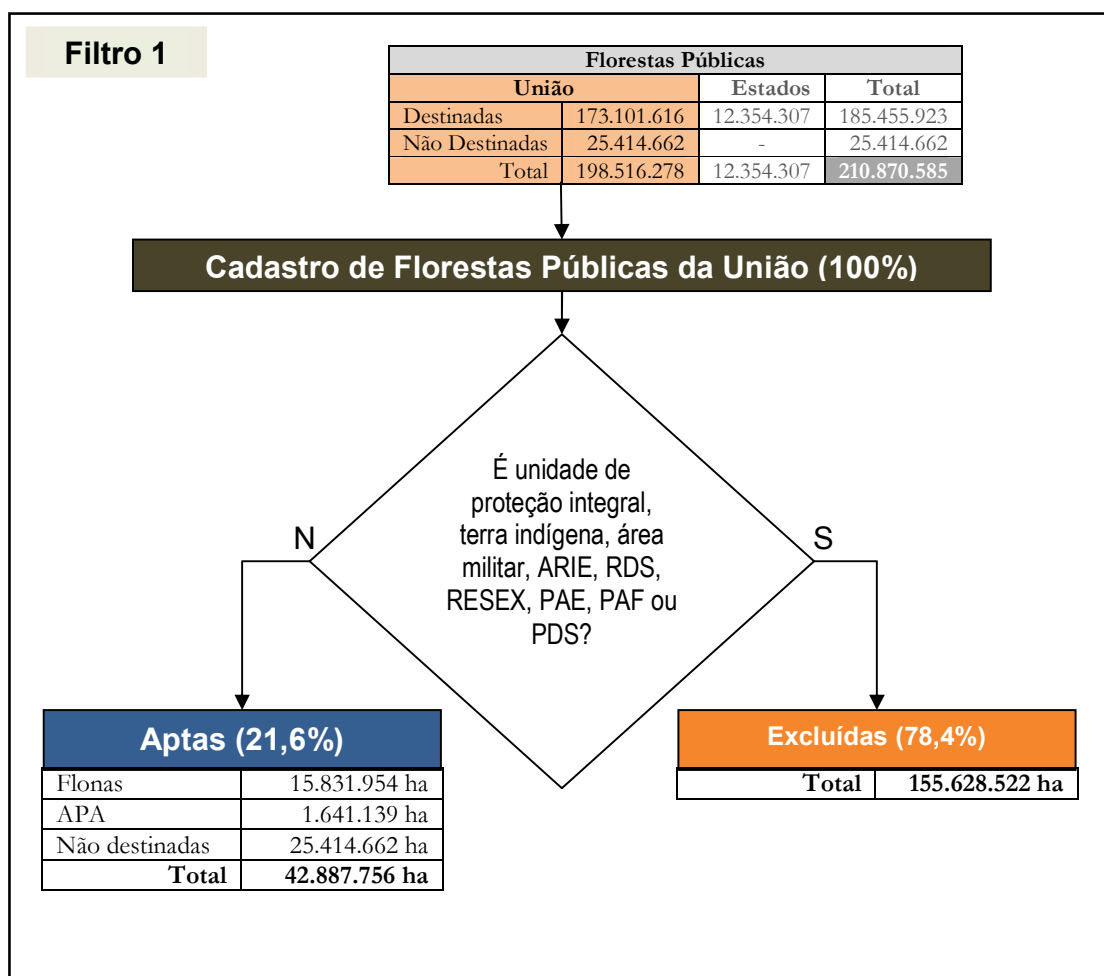


Figura 6: Filtros de seleção das florestas aptas para concessão em 2009

A segunda etapa levou em consideração apenas as florestas consideradas aptas na primeira fase como o seu universo inicial, e o seu objetivo é avaliar dentre as FPF aptas a concessão, quais são aquelas que apresentam ou tem condições de apresentar um plano de manejo sustentado (FLONAS) ou uma licença ambiental aprovada (APA e Terras não arrecadadas) durante o período de vigência desse PAOF, que não sejam de interesse comunitário e estejam localizadas próximas a mercados e pólos de produção florestal. O processo iniciou-se com a verificação se a FPF é uma Floresta Nacional, caso afirmativo, questionou-se se a FLONA já possui plano de manejo aprovado ou se há condições de elaborar e aprovar o plano de manejo da Floresta em questão dentro do período de vigência do PAOF 2009. Para as áreas onde isso foi possível, averiguou-se se existe demanda para que a área seja de uso específico da comunidade, ou se ela se encontrava remota e distante dos mercados formais. As Florestas Nacionais consideradas aptas a participar do PAOF (resposta negativa as duas últimas perguntas) passaram a compor o grupo das florestas passíveis de concessão florestal. Caso a FPF em questão não fosse de uma Floresta Nacional, verificou-se se a área apresenta potencial para destinação de usos especiais. Caso negativo, verifica-se se a floresta tem potencial para a produção de bens e serviços florestais. Caso afirmativo, verificou-se se as FPF já possuem ou tem condições de aprovar o licenciamento das áreas no período de vigência do PAOF. Por último utilizou-se os dois filtros restantes para verificar se há demanda para uso exclusivo comunitário ou se as áreas encontram-se distantes

dos mercados florestais. As áreas florestais, que não se enquadram nas categorias de florestas nacionais, e que passaram por todos os critérios de seleção da segunda etapa, passaram a fazer parte das áreas florestais passíveis de concessão no PAOF de 2009.

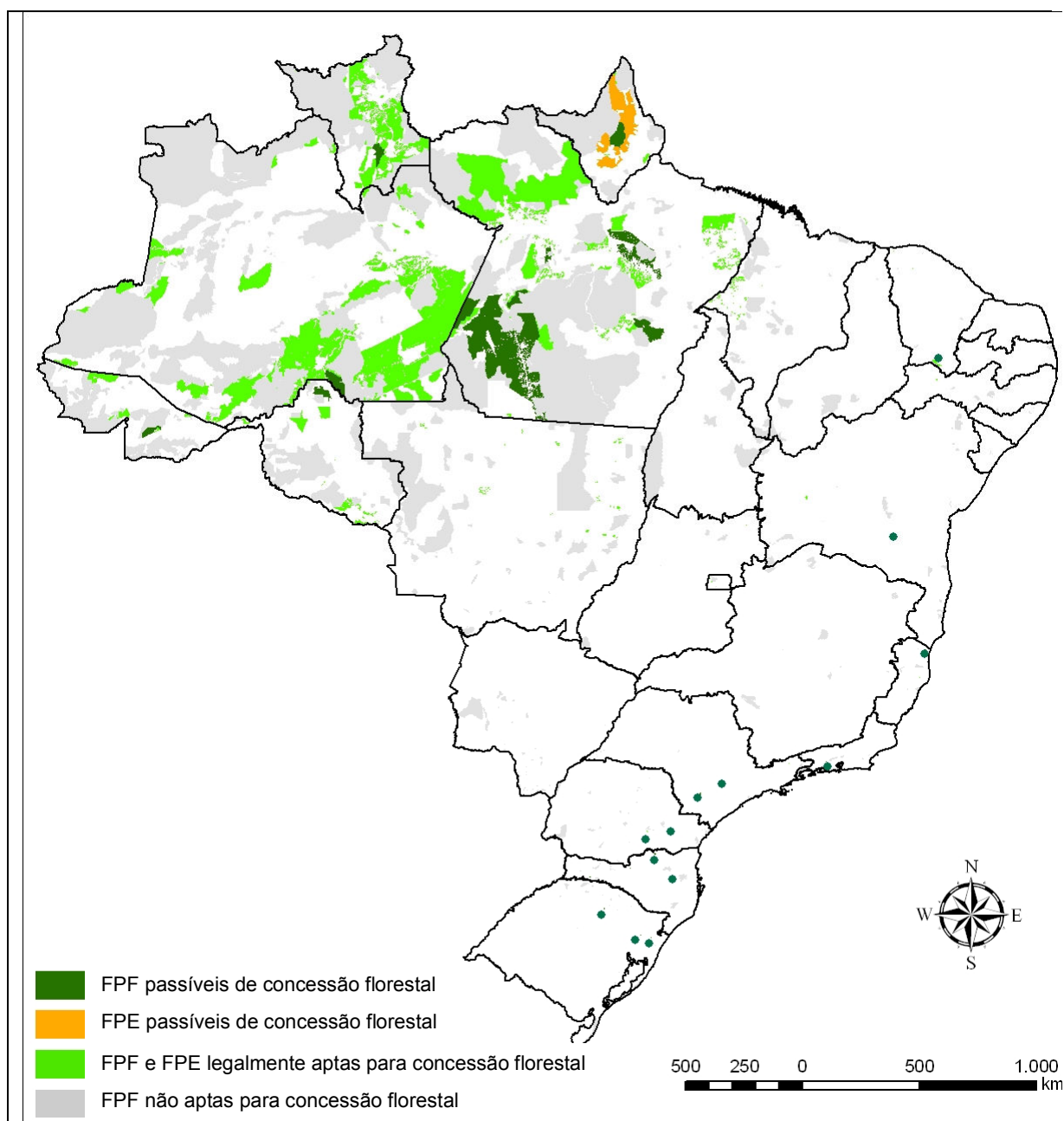


Figura 7: Florestas públicas legalmente aptas e florestas públicas passíveis de concessão em 2009.
Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

A Figura 7 apresenta as florestas públicas federais inseridas no CNFP, indicando-se as áreas legalmente aptas e as passíveis de concessão florestal, além das florestas estaduais passíveis de concessão de acordo com os PAOFs dos Estados.

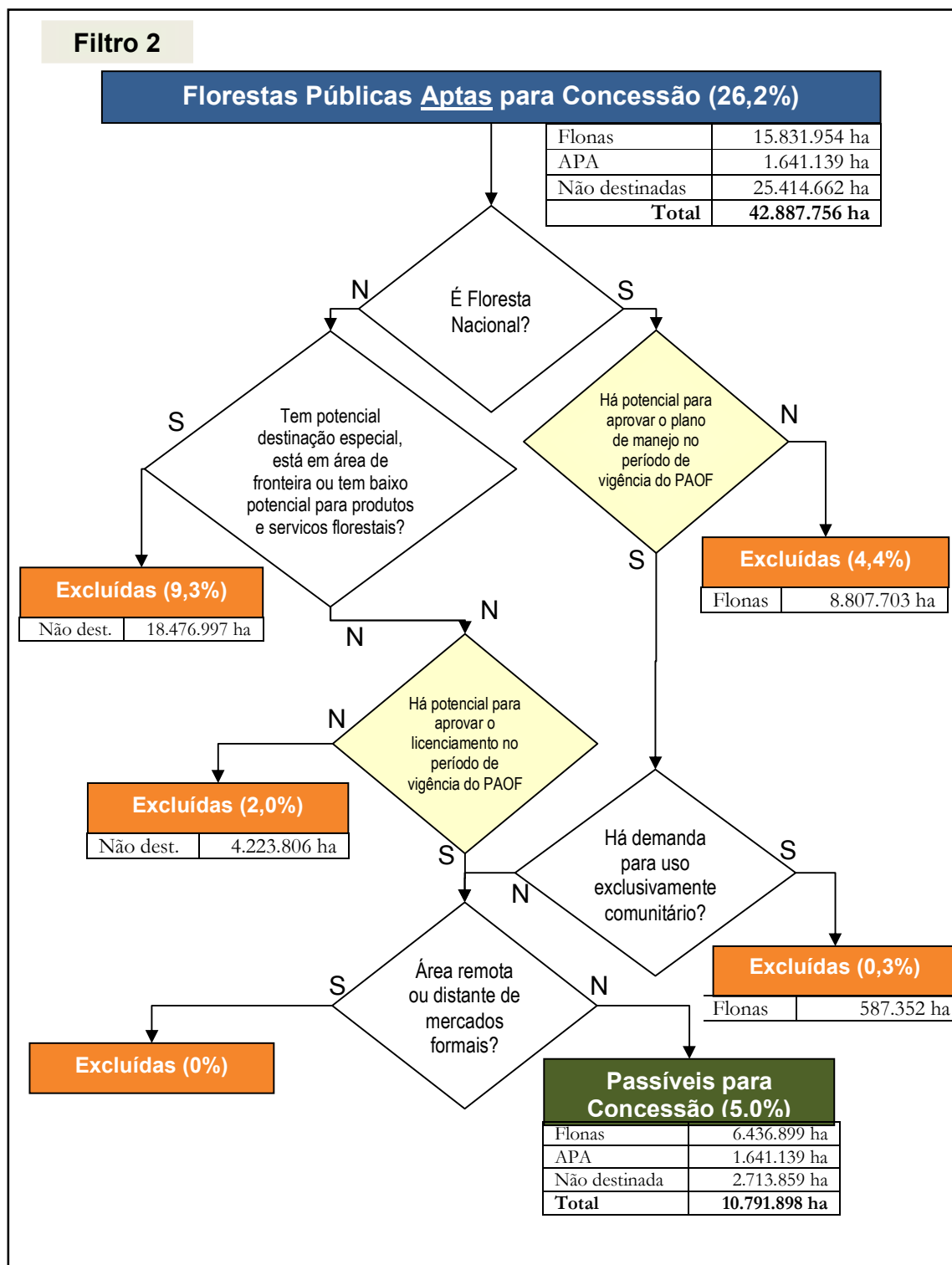


Figura 8: Filtros de seleção das florestas passíveis de concessão em 2009

Na segunda etapa, foram excluídos aproximadamente 9,4 milhões de hectares de Flonas, sendo 8,8 milhões devido a ausência dos planos de manejo dessas unidades de conservação e 587 mil hectares devido a demanda para uso exclusivamente comunitário (Flonas Araripe-Apodi e

Tapajós), além de 22,7 milhões de hectares dos 25,3 milhões considerados aptos para concessão por se situarem na faixa de fronteira (5,10 milhões ha), apresentarem baixo potencial florestal (1,5 milhão ha) ou por encontrarem-se sob análise em diferentes instâncias federais e estaduais visando a sua destinação para usos especiais (11,8 milhões ha). Após a aplicação da segunda etapa de critérios, restaram aproximadamente 10,8 milhões de hectares de florestas públicas federais passíveis de o processo de concessão florestal no PAOF de 2009. As florestas públicas federais passíveis de concessão florestal nesse PAOF podem ser observadas na Figura 9, juntamente com as florestas públicas estaduais passíveis de concessão em 2009.

Após a seleção inicial das florestas públicas federais passíveis de concessão, cruzaram-se as informações divulgadas pelo PROBIO (Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira) e pelo DNPM³ (Departamento Nacional de Produção Mineral) com as áreas das florestas públicas federais passíveis de concessão.

Verificou-se se havia sobreposição de florestas passíveis de concessão com áreas classificadas pelo PROBIO como prioritárias para criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Apenas 285 hectares foram encontrados sobre áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral, sendo 21 ha em FLONAs e os 264 ha restantes em terras arrecadadas não destinadas. Essas áreas sobrepostas apareceram devido a resíduos gerados pelo cruzamento das informações entre as duas bases de dados georreferenciadas, provocados por razão da escala usada nas duas bases. Considera-se, portanto, que as áreas classificadas como passíveis de concessão no PAOF 2009 não apresentam conflito de destinação com as áreas do PROBIO.

Na mesma linha, verificou-se também se havia sobreposição de florestas passíveis de concessão com terras identificadas em processos de requerimento de lavra no DNPM. Observa-se que 41,6% das florestas passíveis de concessão (aproximadamente 4,5 milhões de hectares) já despertaram algum tipo de interesse entre os empreendedores da área de mineração⁴. Entretanto, com licença de lavra já concedida⁵, essa área cai para apenas 35,7 mil hectares (0,33%). Considera-se, dessa forma, que a área com operações de mineração é inexpressiva para afetar a disponibilidade de florestas para concessão divulgada neste PAOF, e que cada licitação representará uma oportunidade de conciliação dos interesses minerais e ambientais para a coexistência de ambas as concessões.

³ O Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM é o órgão responsável pelo estabelecimento de critérios para o licenciamento ambiental de atividades de pesquisa e lavra mineral e para a recuperação de áreas degradadas por mineração, (§ 2º do art. 225 da Constituição Federal). Basicamente é uma organização que tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral, supervisionar as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, e controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional.

⁴ Corresponde a um processo qualquer em tramitação no DNPM.

⁵ Corresponde a uma das seguintes fases definidas pelo DNPM: *concessão de lavra, lavra garimpeira, licenciamento* ou *registro de extração*.

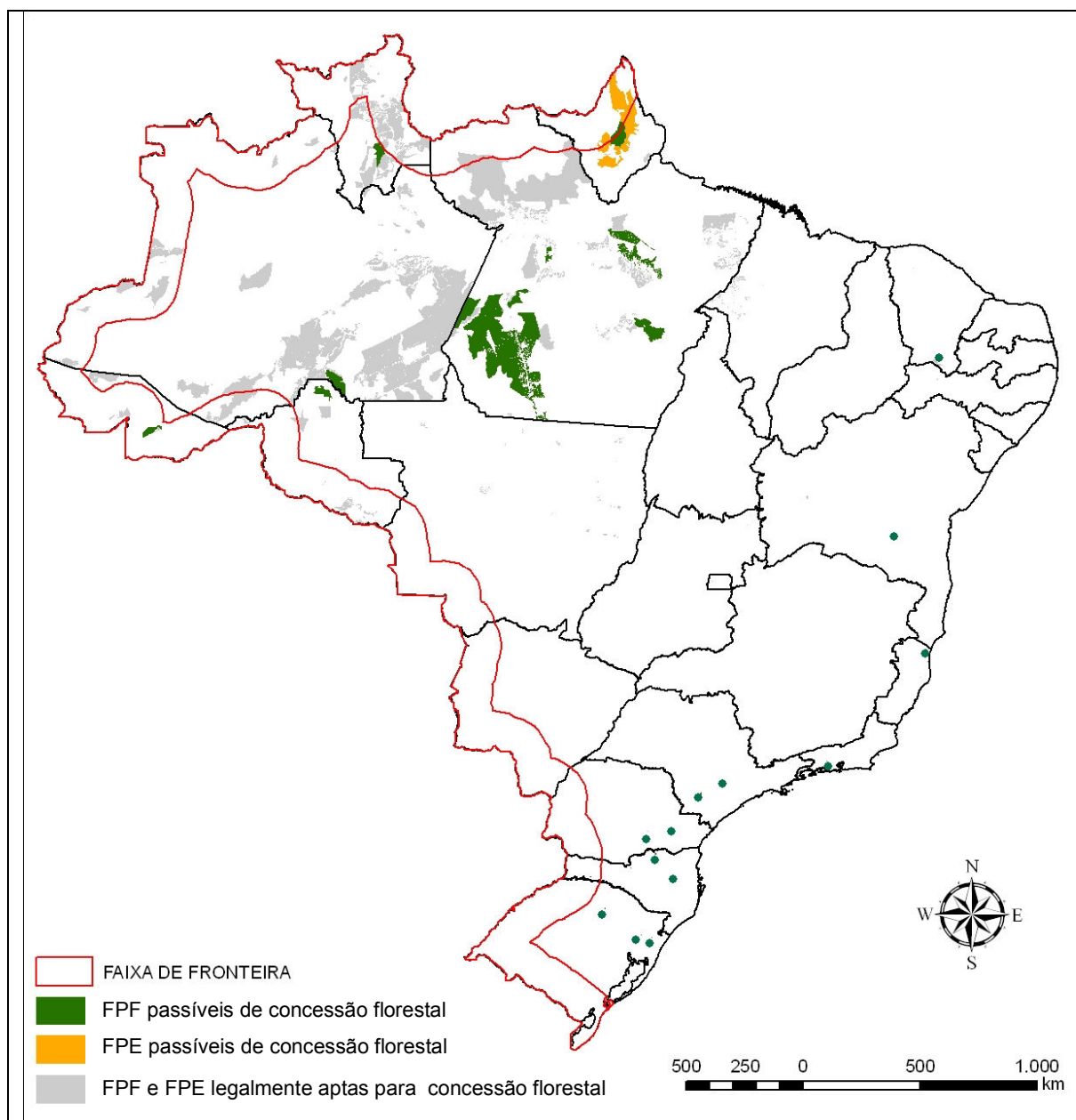


Figura 9: Florestas públicas passíveis de concessão em 2009
Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

4.2 Florestas públicas federais passíveis de concessão

Este Plano Anual de Outorga Florestal contém todas as florestas passíveis de concessão no período de janeiro a dezembro de 2009.

Do total de 198,5 milhões de hectares com florestas públicas federais inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, 42,9 milhões (21,6 %) são legalmente aptas para concessões florestais: estas são as Florestas Nacionais, as FPF localizadas em áreas arrecadadas não destinadas e as FPF em APA. Os 78,4% restantes não são legalmente aptas para concessão florestal. Essas florestas são Terras Indígenas (54,6%), Unidades de Conservação de Proteção Integral (16,3%), RESEX (5,7%) e unidades de uso comunitário (7,8% em ARIE, PAE, PAF, PDS, RDS e RESEX).

Quase a totalidade das florestas públicas federais legalmente aptas para concessão florestal está localizada no bioma Amazônico (99,6%). O mesmo pode se dizer quando considerada a Amazônia Legal (99,7%). Os demais biomas (Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica) com FPF legalmente aptas detêm 181,3 mil hectares, dos quais 109,5 mil hectares são Florestas Nacionais, e 72 mil hectares são terras arrecadadas não destinadas.

Do total de FPF legalmente aptas para concessão, foram identificados 10,7 milhões de hectares onde unidades de manejo florestal poderão ser licitadas para concessão florestal no período janeiro a dezembro de 2009. Essas áreas representam 5,4% do total de florestas públicas federais e 25,2% das FPF legalmente aptas para concessão.

As florestas públicas federais estão passíveis de concessão em seis macro-regiões que foram identificadas em função de outras políticas públicas, do mercado de produtos florestais, do potencial para a produção florestal e da sensibilidade ambiental. Em seguida, este documento caracteriza essas macro-regiões e apresenta as florestas públicas passíveis de concessão. A Figura 10 apresenta um mapa com a localização dessas florestas passíveis de concessão florestal.

O Quadro 14 apresenta a distribuição entre estados das florestas federais passíveis de concessão. O estado do Pará detém 85% dessas florestas. O segundo estado com maior participação é o estado do Amapá (4,26%).

O PAOF do estado do Amapá classifica quatro módulos da Floresta Estadual do Amapá como passíveis de concessões em 2009, totalizando aproximadamente 2,37 milhões de hectares. Se os quatro módulos estaduais forem realmente disponibilizados, o estado do Amapá apresentará aproximadamente 2,83 milhões de hectares de florestas públicas passíveis de concessões em 2009. Essa determinação, entretanto, aguarda orientação do Conselho Nacional de Segurança que poderá recomendar a não disponibilização em pelo menos dois módulos localizados na faixa de fronteira.

Quadro 14: Florestas públicas federais passíveis de concessão em 2009 por estado da federação

Estado	APA	FLONA	Terras Não Destinadas	Total	% do Total
AC		176.148		176.148	1,63%
AM		440.316		440.316	4,08%
AP		459.220		459.220	4,26%
BA		11.199		11.199	0,10%
ES		2.804		2.804	0,03%
PA	1.641.139	4.824.253	2.713.859	9.179.251	85,06%
PR		548		548	0,01%
RJ		485		485	0,00%
RO		241.912		241.912	2,24%
RR		259.728		259.728	2,41%
RS		3.440		3.440	0,03%
SC		6.762		6.762	0,06%
SP		10.083		10.083	0,09%
Total geral	1.641.139	6.436.899	2.713.859	10.791.896	100,00%

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

Em dezembro de 2009, consideradas as concessões lançadas nesse ano e os editais de licitação concluídos em 2008, estima-se que quatro milhões de hectares deverão estar delimitados e concedidos para o manejo florestal sustentável, sendo conduzidas pelos vencedores dos processos de concessão. O Quadro 15 faz um resumo do cenário previsto para esse período.

Quadro 15: Florestas públicas e potenciais concessões florestais em 2009 (ha)

Tipo	Total	Aptas para CF	Passíveis de CF
Flonas	15.831.954	15.831.954	6.436.899
Florestas Estaduais	12.354.307	12.354.307	2.371.165
FPF em APA	1.641.139	1.641.139	1.641.139
FPF em Áreas destinadas	185.455.923	29.827.400	10.449.204
FPF em Áreas não destinadas	25.414.662	25.414.662	2.713.859
	210.870.585	55.242.063	13.163.063

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

4.2.1 Caracterização das macro-regiões com FPF passíveis de concessão florestal

As florestas públicas inseridas no PAOF foram agrupadas em seis macro-regiões, a saber:

1. Purus-Madeira
2. Distrito Florestal Sustentável da BR 163
3. Calha Norte
4. Amazônia Leste
5. Nordeste
6. Sul e Sudeste

A Figura 10 ilustra a localização das regiões.

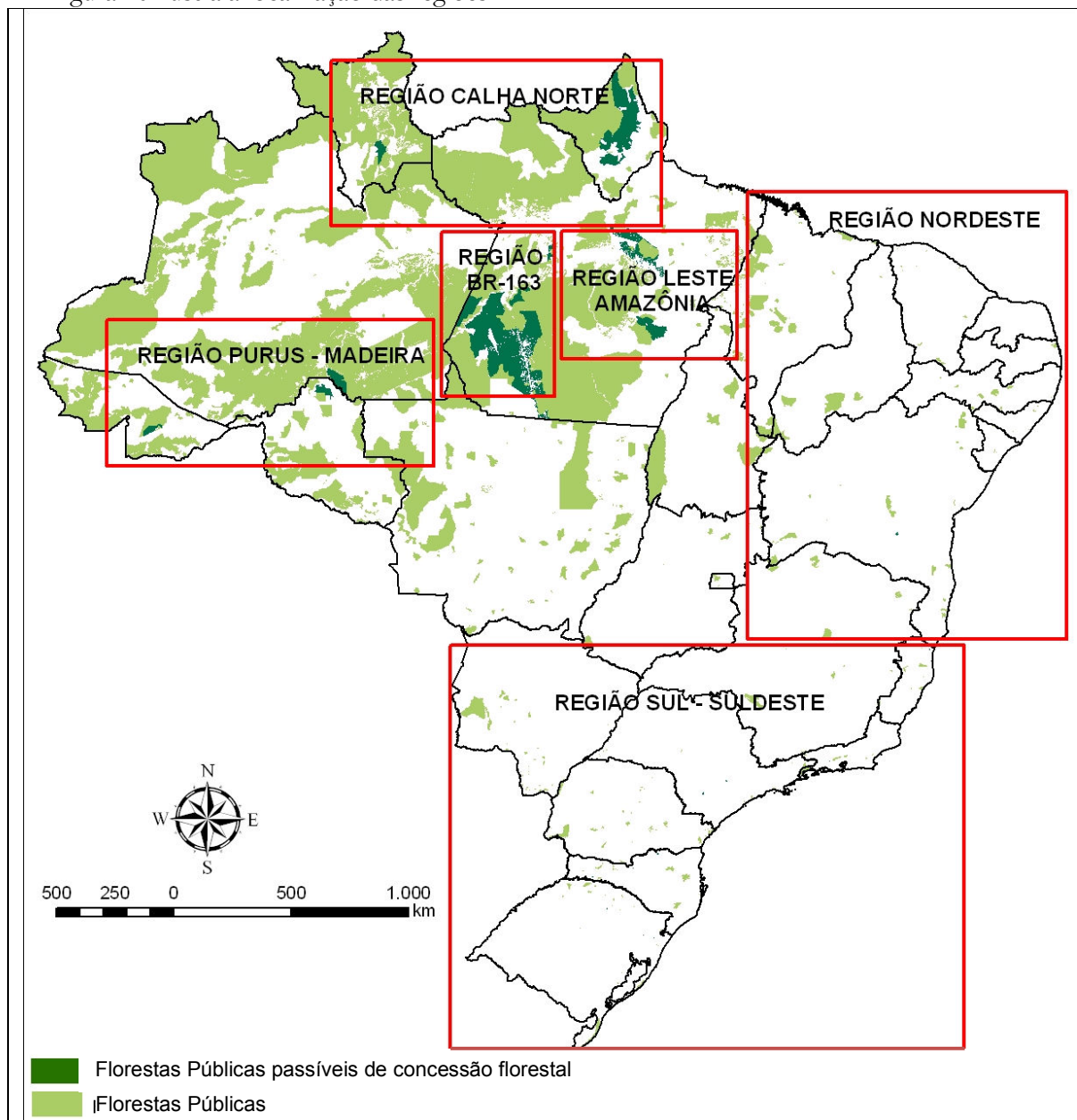


Figura 10: Florestas públicas passíveis de concessão em 2009 por macro-região
Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

A área com florestas públicas federais passíveis de concessão em cada macro-região é apresentada no Quadro 16. Observa-se uma alta concentração dessas florestas no estado do Pará (68,6%) e na macro-região Amazônia Leste (16,5%). A intensificação das atividades florestais verificada recentemente nessas regiões justifica essa concentração, não apenas porque se busca estabelecer um marco referencial de manejo florestal sustentável através das concessões geridas pelo Serviço Florestal Brasileiro, mas também porque essas concessões gerarão uma oferta regular de madeira legal e de origem comprovada para o abastecimento dos empreendimentos que ali permanecerem instalados.

Quadro 16: Área das florestas públicas federais passíveis de concessão em 2009 por macro-região

Macro-região	APA	FLONA (TIPO A)	Áreas arrecadadas não destinadas (TIPO B)	Área Total
DFS da BR-163	1.641.139	4.239.094	1.520.179	7.400.413
Calha-Norte		718.948		718.948
Amazônia Leste		585.264	1.193.681	1.778.945
Nordeste		11.199		11.199
Purus-Madeira		858.271		858.271
Sul e Sudeste		24.122		24.122
Total geral	1.641.139	6.436.899	2.713.859	10.791.898

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

A seguir são caracterizadas as regiões onde se encontram as florestas públicas federais passíveis de concessão inseridas no PAOF 2009.

4.2.1.1 Macro-região do Distrito Florestal Sustentável da BR163

A. Mapa da macro-região do DFS da BR163

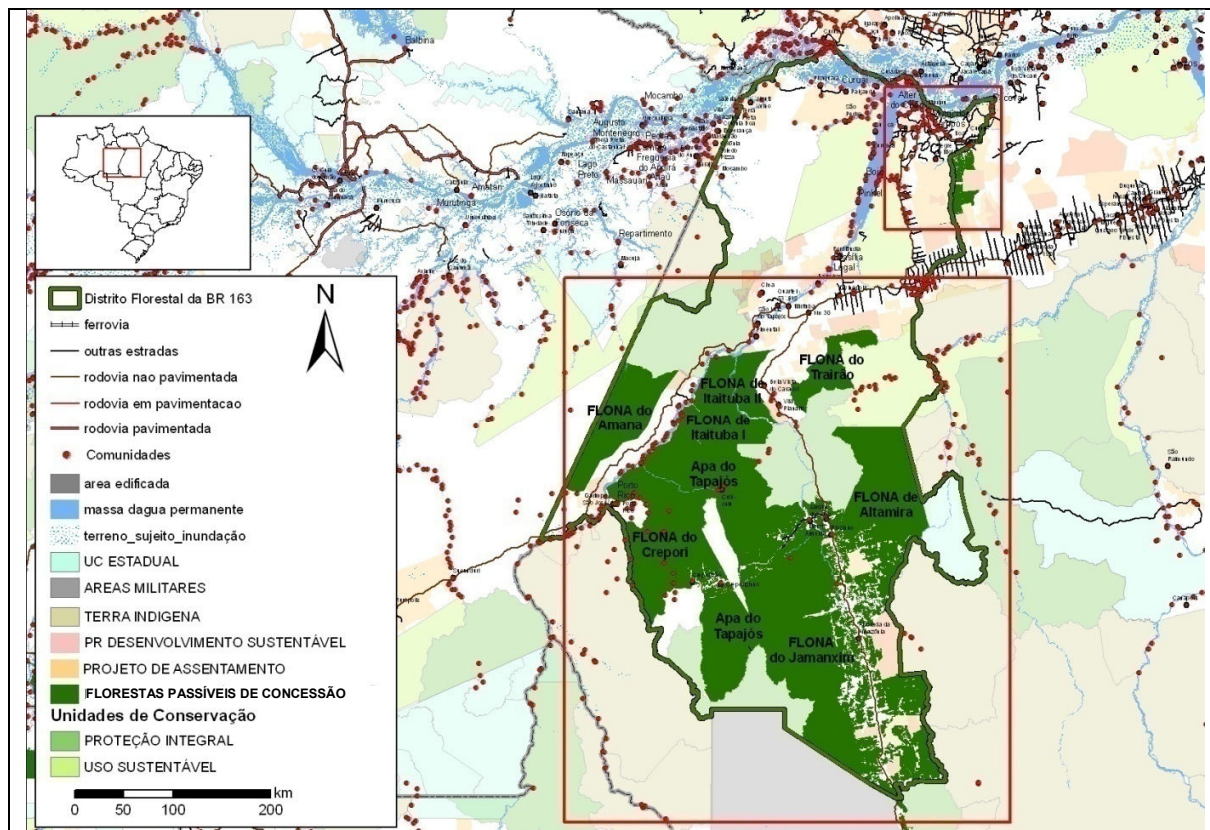


Figura 11: Florestas públicas federais da macro-região do DFS da BR 163 passíveis de concessão em 2009

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

B. Florestas Públicas na macro-região do DFS da BR163

- Número de Florestas Públicas: 75, além de 4.038.131 ha de FP não destinadas.
- Florestas legalmente aptas para concessão: 12, sendo 10 Florestas Nacionais, 1 APA e 2 Florestas Estaduais.

As florestas públicas federais passíveis de concessão florestal na macro-região do DFS da BR163 são listadas no Quadro 17.

Quadro 17: Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região do DFS da BR163

Tipo de FPF	Floresta	Estado	Município	Área (ha)
FLONAS	Amana	PA	Itaituba e Jacareacanga	542.620
	Crepuri	PA	Jacareacanga e Itaituba	742.197
	Jamanxin	PA	Novo Progresso e Itaituba	1.301.390
	Itaituba I	PA	Trairão e Itaituba	220.223
	Itaituba II	PA	Trairão e Itaituba	421.027
	Altamira	PA	Altamira, Itaituba e Trairão	761.232
	Trairão	PA	Rurópolis, Trairão, Itaituba	250.406
APAS	APA Tapajós	PA	Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão	1.641.139
Terras não destinadas	12 FPFS	PA	Altamira, Itaituba, Novo Progresso, Placas, Satarém, Uruará	1.694.565
Total Geral				7.574.799

Fonte: CNEP / Serviço Florestal Brasileiro

C. Descrição das florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região do DFS da BR163

Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II, Altamira e Trairão.

Essas quatro Flonas estão localizadas no Distrito Florestal Sustentável da BR-163, área prioritária para as concessões florestais. O acesso às Flonas é feito por estradas de terra, que precisam de manutenção regular. As Flonas Itaituba I e II têm acesso fluvial pelo Rio Tapajós e seus afluentes, principalmente o Rio Jamanxim. A vegetação predominante compreende Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Aberta.

Com uma área total de 1.652.888 ha, elas estão estrategicamente localizadas para atender a demanda da indústria instalada em Itaituba e Trairão, que em 2004 consumiu 350 mil m³ de madeira em tora, atendendo ainda o distrito de Moraes de Almeida. Parte significativa dessa atividade utilizava madeira de origem ilegal. Com as ações de controle do Governo Federal naquele ano e nos anos subseqüentes, a indústria madeireira da região entrou em declínio, causando alto índice de desemprego na região. A oferta de madeira de origem legal e sustentável poderá reverter esse quadro.

O ICMBio e o IBAMA consideram como prioridade a implantação dessas Flonas e vêm trabalhando com afino no desenvolvimento de seus Planos de Manejo com o apoio de uma série de organizações. Os estudos necessários aos Planos de Manejo estão em curso, a constituição dos Conselhos Consultivos deverá ser concluída ainda em julho de 2007 e, recentemente, foram contratados funcionários para trabalhar nas Flonas.

Área de Proteção Ambiental do Tapajós

A APA Tapajós está situada na porção oeste do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 abrangendo aproximadamente 1,6 milhões de ha. A Estrada Transgarimpeira corta a APA no

sentido leste-oeste e constitui seu melhor acesso. A vegetação predominante na APA é a Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Aberta.

A APA Tapajós foi identificada como prioritária para concessão em função dos estoques disponíveis de madeira em localização que permite atender à demanda do Município de Novo Progresso e do Distrito de Moraes de Almeida. Esses locais consumiram 640 mil m³ de madeira em tora em 2004, mas sua atividade industrial, como os demais pólos madeireiros da BR-163, entrou em declínio a partir daquele ano, em função do controle exercido sobre a madeira de origem ilegal. Em decorrência dessa situação, a região apresenta altíssimo nível de desemprego e decorrente tensão social, o que pode ser minimizado com a entrada em vigor de concessões florestais na APA Tapajós. Essas concessões seriam as primeiras a serem feitas fora de Florestas Nacionais.

Flona de Crepori

Possui 742.197 hectares. Não possui conselho gestor nem plano de manejo. Os municípios abrangidos pela flona são Itaituba e Jacareacanga. Os objetivos da Flona são o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. Existem várias mineradoras com títulos incidentes na Flona de Crepori, tanto em fase de autorização de pesquisa, como em fase de requerimento de lavra. Se encontra completamente inserida no bioma Amazônico, sendo 88,23% de Floresta Ombrófila Densa e apenas 11,77% de Floresta Ombrófila Aberta. Está totalmente inserida na Bacia Tapajós.

Flona de Amaná

Possui 542.620 hectares. Não possui conselho gestor nem plano de manejo. Os municípios abrangidos são Itaituba e Jacareacanga. Os objetivos da Flona são o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. Também há títulos minerários incidentes nesta flona e estão em fase de autorização de pesquisa, concessão de lavra, lavra garimpeira e requerimento de lavra. 94,91% desta flona é composta de Floresta Ombrófila Densa e 5,09% é de Floresta Ombrófila Aberta. Está localizada na Bacia Madeira (71,55 %) e na Tapajós (28,45%).

Flona de Jamanxim

Possui 1.301.390 hectares. Não possui conselho gestor nem plano de manejo. Os objetivos da flona são o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. Os municípios abrangidos são Itaituba e Novo Progresso. Há títulos minerários incidentes nesta flona e estão em fase de autorização de pesquisa e requerimento de lavra. 85,11% da flona tem composição de Floresta Ombrófila Aberta e o restante é Floresta Ombrófila Densa. Está localizada na Bacia Tapajós.

D. Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região do DFS da BR163

A área total do distrito florestal da BR163, de acordo com o Decreto de 13 de fevereiro de 2006 é de 19.022.363 ha. Os municípios nos quais se localizam as florestas passíveis de concessão em

2009 ocupam uma área de aproximadamente 36,1 milhões de hectares e abrigam uma população de 367,5 mil habitantes (Quadro 18).

Quadro 18: Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região da BR 163 que abrigam as florestas públicas passíveis de concessão em 2009.

Estado	Município	População	Área (1000 ha)	Densidade Demografica (hab/ha)
PA	Altamira	92.105	15.969,6	0,006
PA	Aveiro	18.830	1.707,4	0,011
PA	Belterra	12.707	439,8	0,029
PA	Itaituba	118.194	6.204,1	0,019
PA	Jacareacanga	37.073	5.330,3	0,007
PA	Novo Progresso	21.598	3.816,2	0,006
PA	Placas	17.898	717,3	0,025
PA	Rurópolis	32.950	702,1	0,047
PA	Trairão	16.097	1.199,1	0,013
		367.452	36.085,9	0,010

Fonte: IBGE

E. Áreas especiais e de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão

O mapa da Figura 11 permite avaliar a dispersão das comunidades identificadas pelo IBGE e a localização e distribuição de outras comunidades e áreas especialmente destinadas para uso comunitário no entorno das florestas públicas passíveis de concessão em 2009 na macro-região da BR163. Destacam-se:

- **Terra Indígena** - Mundurucu, Cayabim, Sai-Cinza, Coata-larajal, Andirá-marau, Cachoeira-seca, Xipaya, Kuruáya, Baú, Menkragnoti, Panará
- **REBIO Fed** - Nascentes da Serra do Cachimbo
- **PDS** - Nelson de Oliveira, Terra Nossa, Nova Esperança, Laranjal, Água-azul, Boa Vista do Caracol, Taboari, Pimental, Novo Mundo, Arthur Faleiro, Avelino Ribeiro, Castanheira, Água-preta, Irmã-Doroty, Igarapé do Anta, Ademir Federicce, Ouro Branco, Santa Clara, Vila Nova 1, Vila Nova 2, Renascer
- **RDS Estadual** - Barariti
- **PARNA** - Rio Novo, Jamanchim, Juruena, Amazônia, Serra do Pardo
- **APA-Estadual** - Santa Maria do Uruará e Triunfo do Xigu
- **Parque Estadual** – Sucunduri, Igarapés do Juruena
- **FLONA** – Jatuarana e Tapajós
- **Projeto de Assentamento Extrativista** - Moju 1, Moju 2, Ituqui, Aramanaí, Pindobal
- **Número de Projetos de Assentamento**- 38

F. Pólos de Produção Florestal na macro-região do DFS da BR163

As indústrias de base florestal localizadas na macro-região da BR 163 apresentavam, em 2006, uma demanda aparente de 1,4 milhões de m³ de madeira. Entretanto, as autorizações de manejo nesta região não atingiram 200 mil m³ anuais naquele período, resultando no abastecimento da indústria com mais de 1 milhão de m³ oriundos de fontes não sustentáveis.

Essa macro-região foi uma das mais afetadas pela suspensão de PMFS a partir de 2003, devido em parte a grande concentração de terras públicas nessa região. Entretanto, pode vir a ser uma das regiões mais beneficiadas pelo sistema de concessões florestais.

Atualmente, o Serviço Florestal Brasileiro monitora dois contratos de transição no município de Novo Progresso, com uma área sob PMFS de quase dois mil hectares, sendo que aproximadamente 530 ha foram explorados sob os contratos de transição, resultado em uma oferta autorizada de 15 mil m³ de madeira oriundas de fontes sustentáveis. O Serviço Florestal Brasileiro pretende aumentar de forma significativa a oferta de matéria-prima de origem sustentável com a inserção das florestas passíveis de contratos de concessão na esfera produtiva da macro-região, no caminho de abastecer os pólos industriais da região com matéria prima de fontes sustentáveis.

Quadro 19: Pólos de Produção Florestal na Macro Região da BR 163

Pólo	Localidade	Número de empresas	Produção anual de toras (m ³)	Empregos gerados (total)	Renda Bruta 2004 em US\$
Castelo dos Sonhos	Castelo dos Sonhos	31	279.020	3.778	32.084.747
	Vila Três de Maio	11	90.979	1.073	10.551.056
Itaituba	Itaituba	6	66.414	1.204	8.814.858
	Rurópolis	21	43.989	902	3.803.649
	Vila do Km 30	3	19.597	251	1.460.539
N. Progresso	Alvorada do Pará	10	53.385	752	6.069.239
	Moraes de Almeida	20	64.483	2.323	21.211.504
	N. Progresso	38	290.974	4.650	38.532.953
	Vila Km 1000	9	78.096	767	8.381.157
	Vila Sta Julia	6	53.061	532	5.695.097
Santarém	Santarém	25	167.599	4.490	22.985.317
Trairão	Bela Vista Caracol	5	31.954	517	3.645.820
	Trairão	14	100.331	1.198	11.204.527
	Vila Areia	1	22.049	718	2.405.339
	Vila Jamanxim	5	65.667	535	7.681.566
Total		215			

Fonte: Imazon 2006

Nesta região, encontram-se cinco pólos de produção, distribuídos em 15 localidades com 205 empresas e um total de 23,6 mil empregos com uma renda bruta estimada em US\$ 184 milhões. A palmeira de Açaí, especialmente o palmito, configura-se como o produto florestal não madeireiro presente na macro-região com a cadeia industrial melhor estruturada, mas as florestas

da região apresentam potencial para a exploração de óleos de copaíba e andiroba em menor escala pelas comunidades locais.

O entorno da BR 163 (Quadro 19) e a Calha Norte, juntamente com o restante da região oeste do estado do Pará, são as únicas áreas do Estado onde a floresta tem capacidade de suprir em bases sustentáveis a indústria de base florestal instalada, podendo inclusive atender a uma demanda maior (IMAZON, 2006 - relatório produzido para o Governo do Estado do Pará).

A movimentação de produtos e subprodutos florestais, registradas pelo Documento de Origem Florestal do IBAMA, permite a construção de um retrato da região, identificando quais são os principais tipos de produtos e os volumes movimentados entre a macro-região e os estados brasileiros, identificando os principais consumidores da produção das empresas de base florestal localizadas nos municípios componentes da macro-região da BR 163.

Cento e cinquenta e sete empresas, atuando em cinco dos municípios da macro-região do distrito florestal da BR 163, movimentaram produtos florestais entre janeiro e maio de 2008, de acordo com os dados do IBAMA baseados nos Documentos de Origem Florestal (DOF). A movimentação total de madeira processada da macro-região alcançou o volume de 71.485 m³ em cinco meses, sendo que aproximadamente 90% desse total destinaram-se aos estados do Pará (40%), Paraná (21%), Santa Catarina (13%), Rio Grande do Sul (11%) e São Paulo (5%). Os produtos não-madeireiros são representados basicamente pelo palmito industrializado e 100% da sua produção foi destinada para o estado de São Paulo. A produção de energéticos destinou-se integralmente ao estado do Mato Grosso, e 93% dos resíduos foram destinados aos estados do Paraná (60%), Santa Catarina (19%) e Mato Grosso do Sul (14%).

Quadro 20: Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008

Municípios	Empresas	Quantidade Movimentada	Valor (R\$)
ALTAMIRA – PA	46	-	13.875.224,46
Madeira Processada (m ³)	35	16.508,99	13.631.918,21
Resíduos (m ³)	11	1.042,20	243.306,25
ITAITUBA – PA	32	-	23.633.506,90
Energéticos (m ³)	3	401,12	56.573,35
Madeira Processada (m ³)	25	21.899,12	23.425.688,69
Não Madeireiros (kg)	2	25.094,00	104.090,00
Resíduos (m ³)	2	120,03	47.154,86
NOVO PROGRESSO - PA	58	-	15.730.546,41
Madeira Processada (m ³)	47	28.206,31	15.451.152,41
Resíduos (m ³)	11	1.331,98	279.394,00
RUROPOLIS – PA	8	-	1.918.856,82
Madeira Processada (m ³)	8	2.788,81	1.918.856,82
TRAIRAO – PA	13	-	1.567.650,48
Madeira Processada (m ³)	11	2.082,02	1.555.949,66
Resíduos (m ³)	2	60,32	11.700,82
Total geral	157	-	56.725.785,07

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

As categorias com maior representação dentro da Macro-região da BR 163 são as Microempresas e as empresas de Pequeno Porte (42% cada) e Empresas de Porte Médio (15%). Vale salientar

que o porte das empresas citadas nas tabelas com a distribuição das empresas foi o definido pelo próprio IBAMA, o qual difere das informações da Receita Federal.

Quadro 21: Distribuição das empresas na Macro-região da BR 163 de acordo com o porte

Categorias	Empresas	Valor Movimentado (R\$)	Valor Médio por Empresa (R\$)
Microempresa	65	12.676.959,02	195.030,14
Porte Pequeno	67	14.393.911,46	214.834,50
Porte Médio	24	18.309.220,67	762.884,19
Porte Grande	1	11.345.693,92	11.345.693,92
Total geral	157	56.725.785,07	361.310,73

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

4.2.1.2 Macro-região do Purus-Madeira

A. Mapa macro-região do Purus-Madeira

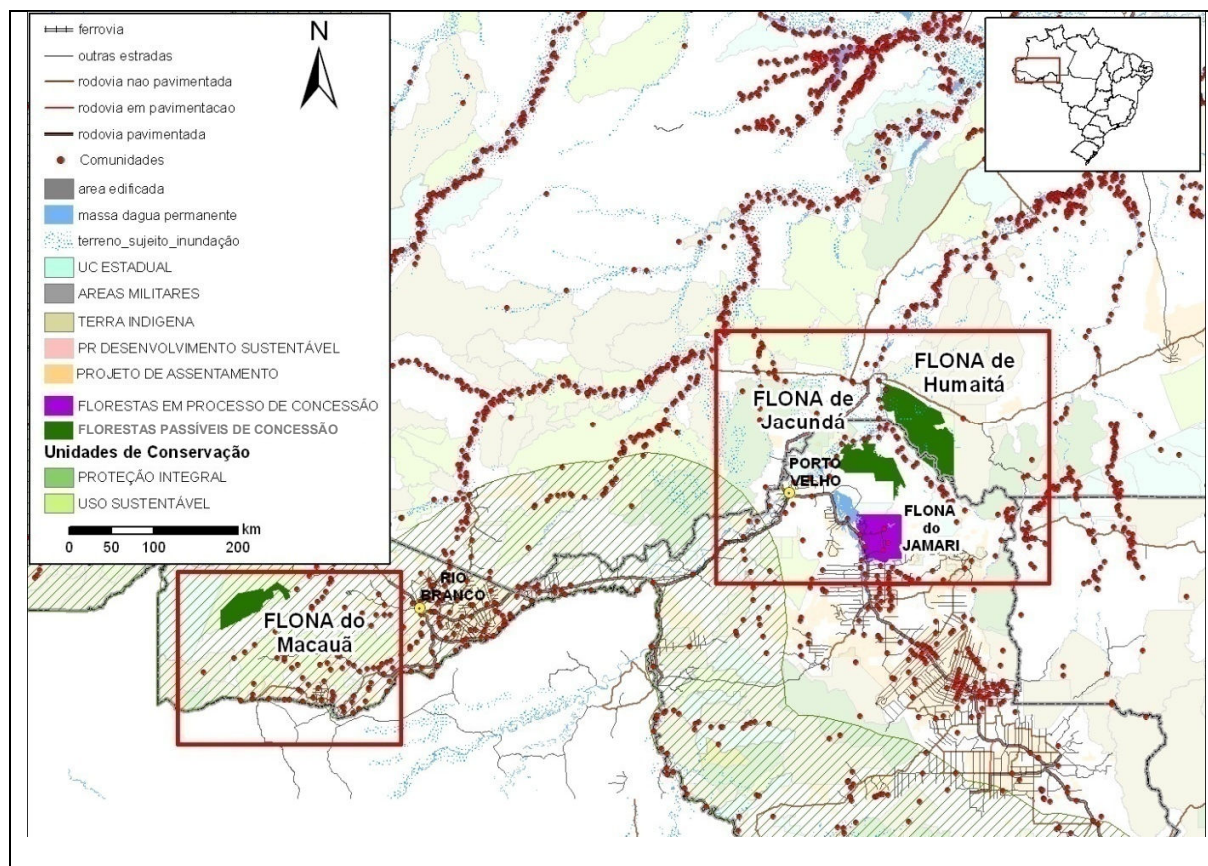


Figura 12: Florestas públicas federais da macro-região Purus-Madeira passíveis de concessão em 2009
 Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

B. Florestas Públicas na macro-região do Purus-Madeira

- Número de florestas públicas: 129, além de 3.559.654 ha de terras não destinadas.
- Florestas legalmente aptas para concessão: 12, onde 11 são Florestas Nacionais e uma é Floresta Estadual. Dentre estas Flonas, a de Jamari já está em processo de concessão.
- As florestas públicas federais passíveis de concessão no PAOF 2009, localizadas na Macroregião Purus-Madeira, são apresentadas no Quadro 22 .

Quadro 22 : Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região Purus-Madeira

Tipo de FPF	Floresta	Estado	Município	Área (ha)
Flonas	Jacundá	RO	Candeias do Jamari e Porto Velho	220.784
	Humaitá	AM e RO	Humaitá, Porto Velho e Machadinho d'oeste	461.339
	Macauã	AC	Sena Madureira	176.148
Total geral				858.271

Fonte: CNEP / Serviço Florestal Brasileiro

C. Descrição das florestas públicas passíveis de concessão na macro-região do Purus-Madeira

Flona de Jacundá

Possui 220.784 hectares. Possui conselho gestor, mas não possui plano de manejo. Os municípios abrangidos são Candeias do Jamari e Porto Velho. Os objetivos da Flona são o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. Possui alguns títulos minerários, todos em fase de autorização de pesquisa. A floresta tem em sua composição 86.65 % de Floresta Ombrófila Aberta e 13.35 % de Floresta Ombrófila Densa.

Flona de Humaitá

Tem uma extensão de 461.339 hectares. Não possui conselho gestor nem plano de manejo. O único município abrangente é Humaitá e a flona tem por objetivo o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. A vegetação predominante nesta flona é a Floresta Ombrófila Densa (94,19%), mas também é constituída por Contato Savana-Floresta Ombrófila (5,52%) e por Floresta Ombrófila Aberta (0,29%). Está localizada na Bacia Madeira. Há uma sobreposição com uma Terra Indígena denominada Diahui.

Flona de Macauã

Tem extensão de 176.148 hectares. Possui conselho gestor, mas não há plano de manejo. O município abrangente é Sena Madureira. A flona de Macauã foi criada com objetivos de manejo sustentável e o uso múltiplo dos recursos naturais, a implementação do ecoturismo e pesquisa florestal aplicada e ainda o desenvolvimento comunitário da população tradicional residente com base nas atividades extrativistas. Está localizada no rio Macauã e é a primeira área destinada à produção de madeira industrial (32.000 hectares) e a estimativa de produção é de 24.000m³ por ano. Há registros de caça para alimentação dos moradores da região e por caçadores profissionais para comércio. Espécies de jabutis, queixadas, macacos e aves (como o mutum-mergulhão) são utilizados como alimento pela população local, mas gato-maracajá, onça-pintada e jibóia são caçados para o comércio de couro. A vegetação é totalmente de Floresta Ombrófila Aberta e está na Bacia Purus. As pressões e ameaças desta flona são a caça e a pesca ilegais. Esta Flona está localizada em área de fronteira e o processo de concessão seguirá as orientações do Conselho Nacional de Defesa.

D. Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região do Purus-Madeira

Os municípios nos quais se localizam as florestas passíveis de concessão em 2009 nesta macro-região ocupam uma área de aproximadamente 11,6 milhões de hectares e abrigam uma população de 512,1 mil habitantes (**Quadro 23**).

Quadro 23: Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região Purus-Madeira que abrigam as florestas públicas passíveis de concessão em 2009.

Estado	Município	População	Área (1000 ha)	Densidade Demográfica (hab/ha)
RO	Candeias do Jamari	16.736	684,4	0,024
RO	Cujubim	13.857	386,4	0,036
AM	Humaitá	38.559	3.307,2	0,012
RO	Itapuã do Oeste	7.905	408,1	0,019
RO	Machadinho D'Oeste	31.475	850,9	0,037
RO	Porto Velho	369.345	3.408,2	0,108
AC	Sena Madureira	34.230	2.527,8	0,014
Total		512.107	11.573,0	0,044

Fonte: IBGE

E. Áreas especiais e de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão

O mapa da Figura 12 permite avaliar a dispersão das comunidades identificadas pelo IBGE e a localização e distribuição de outras comunidades e áreas especialmente destinadas para uso comunitário no entorno das florestas públicas passíveis de concessão em 2009 na macro-região do Purus Madeira. Destacam-se:

Região Oeste

- **Terra Indígena:** Kukina Igarapé do Paú, Kaxinauá, Nova Olinda, Jaminauá Envira, Riozinho do Alto Envira, Alto Rio Purús, Mamoadate, Cabeceira do Rio Acre, Igarapé Capana, Camicuã, Boca-do-Acre e Apuinã Km 124 BR 317
- **Parque Estadual:** Chandles
- **FLONA:** Santa Rosa do Purús, Mapiá-inauini e Purus
- **RESEX:** Cazumbá-Iracema, Chico Mendes e Arapixi
- **Estação Ecológica:** Rio Acre
- **ARIE:** Seringal Nova Esperança
- **Número de projetos de assentamento:** 32

Região leste

- **Terra Indígena:** Caititu, Juma, Ipixuna, Pirahã, Torã, Jamari, Ariramba, Sapoti, Rio Manicoré, Tenharim Marmelo, Dihauri, Nove de Janeiro, Tenharim do Igarapé Preto, Rio Pardo, Igarapé Lourdes, Uru-eu-Wau-Wau, Karipuna
- **Estação Ecológica:** Cuniã, Rio Roosevelt, Rio Madeirinha, Samuel, Serra dos Três Irmãos, Antônio Mujica Nave

- **RESEX Estadual**, do Guariba, Guariba Roosevelt, Rio Preto – Jacundá, Rio Jaci-Parana
- **Número de projetos de assentamento**: 80
- **Parques Nacionais**: dos Campos Amazônicos e dos Pacaas Novos
- **Florestas Nacionais**: Balata-tufari e Bom-Futuro
- **Parque Estadual**: Tucumã do Guariba e Guajará-mirim
- **Floresta Estadual**: Rio Madeira A, Rio Vermelho B
- **Reserva Biológica**: Jarú

F. Pólos de Produção Florestal na macro-região do Purus-Madeira

Quadro 24: Pólos de Produção Florestal na Macro-Região do Purus Madeira

Pólo	Localidade	Número de empresas	Produção anual de toras (m³)	Empregos gerados (total)	Renda Bruta 2004 em US\$
Rio Branco	Capixaba	2	29.066	222	3.791.269
	Boca do Acre	20	143.254	553	13.645.626
	Sena Madureira	2	19.931	77	1.542.269
	Rio Branco	25	204.111	939	21.030.724
	Guiomar	3	23.636	83	1.572.352
Humaita	Humaitá	4	51.186	4	10.702.820
Alto Paraíso	Alto Paraíso	25	222.022	2.482	18.475.375
	Itapuã do Oeste	7	37.978	670	3.002.498
Ariquemes	Ariquemes	55	530.000	9.253	61.228.802
Cujubim	Cujubim	19	190.000	2.583	14.981.942
Machadinho do Oeste	Machadinho do Oeste	20	139.053	2.675	17.894.567
	Vale do Anari	3	20.946	306	2.031.511
Nova Mamoré	Guajará Mirim	5	41.686	581	3.616.027
	Nova Mamoré	16	158.314	2.210	13.800.061
Porto Velho	Extrema de Rondônia	7	75.686	1.149	9.823.465
	Jaci Paraná	20	142.040	2.082	15.654.220
	Nova Califórnia	4	49.766	611	6.875.810
	Porto Velho	1	6.635	110	711.863
	Vista Alegre	13	195.871	1.920	22.906
Total		251	2.281.181	28.510	220.404.107

Fonte: Imazon 2006

A Macro-Região do Purus Madeira inclui duas realidades distintas. O Estado de Rondônia constitui a primeira realidade, uma fronteira antiga da atividade florestal, realizada em grande parte de forma insustentável. A segunda é composta pela região de Humaitá, no Sul do Amazonas, e pelo Acre, onde a atividade florestal é ainda inicial apresentando uma demanda aparentemente baixa.

Tanto o Acre como o sul do Amazonas tendem a receber a pressão migratória da atividade florestal vinda de Rondônia. Ao todo, na região há uma demanda aparente de 2,3 milhões de m³ sendo 80% dela concentrada nos pólos de Rondônia (Quadro 24).

A produção florestal nas Flonas de Humaitá, Jacundá e Jamari pode cumprir um papel importante de apoio ao ordenamento das atividades florestais em bases sustentáveis na interface entre Rondônia e o Sul do Amazonas. A Flona de Jamari já está em processo de concessão

florestal, com previsão de ofertar matéria-prima florestal de origem sustentável no período de vigência deste PAOF.

Duzentas e quarenta e três empresas, atuando em sete municípios da macro-região do Purus-Madeira, movimentaram produtos florestais entre janeiro e maio de 2008 (IBAMA – DOF). A movimentação total de madeira processada da macro-região alcançou o volume de 225.281 m³ em cinco meses, sendo que aproximadamente 90% desse total destinaram-se aos estados de São Paulo (26%), Minas Gerais (17%), Santa Catarina (9%), Paraná (8%), Goiás (8%), Rio Grande do Sul (7%), Pará (6%), Rio de Janeiro (5%) e Espírito Santo (4%). Praticamente 100% da madeira não processada (8.034 m³) oriunda da macro-região destinou-se ao estado do Amazonas, e a produção de energéticos (116 m³) abasteceu o estado do Pará. O carvão vegetal produzido na macro-região (1.974 mdc) abasteceu os mercados dos estados de Mato Grosso (45%), São Paulo (30%) e Minas Gerais (25%). Além disso, 89% dos resíduos foram destinados aos estados do Paraná (28%), Santa Catarina (26%), Mato Grosso do Sul (20%), São Paulo (7%), Sergipe (5%) e Acre (4%).

Conforme descrito no relatório do Imazon (2006), 91% da movimentação de madeira processada e praticamente 100% da movimentação de madeira não processada ocorrida nessa macro-região foi oriunda do estado de Rondônia. Os dados dos DOF não detectaram a movimentação de produtos florestais não madeireiros oriundos dessa macro-região. Entretanto, o Serviço Florestal detectou um forte potencial dessa região para a produção extrativista, incluindo castanha, borracha, óleo de copaíba e semente de jarina. Aparentemente esse potencial permanece inexplorado em uma primeira análise, fundamentada pelos dados do DOF.

Quadro 25: Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008

Municípios	Empresas	Quantidade Movimentada	Valor (R\$)
CANDEIAS DO JAMARI - RO	20	-	7.687.516,78
Carvão Vegetal (mdc)	1	110,00	4.400,00
Madeira Processada (m ³)	16	23.822,70	7.674.692,22
Resíduos (m ³)	3	23,68	8.424,56
CUJUBIM – RO	57	-	25.116.292,05
Carvão Vegetal (mdc)	2	1.763,65	66.449,50
Madeira Processada (m ³)	42	69.693,98	24.867.775,86
Resíduos (m ³)	13	829,65	182.066,69
HUMAITA – AM	17	-	4.065.512,10
Madeira Não Processada (m ³)	4	8.033,00	558.316,81
Madeira Processada (m ³)	13	18.026,71	3.507.195,29
ITAPUA DO OESTE – RO	15	-	3.576.296,61
Carvão Vegetal (mdc)	1	100,79	5.406,94
Madeira Processada (m ³)	11	7.881,59	3.547.436,88
Resíduos (m ³)	3	150,74	23.452,79
MACHADINHO D'OESTE - RO	34	-	7.780.850,67
Madeira Processada (m ³)	27	20.812,66	7.687.858,84
Resíduos (m ³)	7	624,14	92.991,83
PORTO VELHO – RO	96	-	31.522.509,26
Energéticos (m ³)	1	115,99	1.159,91
Madeira Processada (m ³)	79	83.693,07	31.306.069,43
Resíduos (m ³)	16	1.189,26	215.279,92

SENA MADUREIRA – AC	4	-	686.140,21
Madeira Não Processada (m³)	1	1,38	0,00
Madeira Processada (m³)	3	1.350,99	686.140,21
Total geral	243		80.435.117,68

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

Conforme pode ser observado no Quadro 26, as categorias com maior representação dentro da Macro-região Purus-Madeira são as empresas de Pequeno Porte (47%), as Microempresas (44%) e as empresas de Porte Médio (7%).

Quadro 26: Distribuição das empresas na Macro-região Purus-Madeira de acordo com o porte

Categorias	Empresas	Valor Movimentado (R\$)	Valor Médio por Empresa (R\$)
Entidade Associativa sem fins lucrativos	1	382.445,10	382.445,10
Microempresa	107	22.426.080,96	209.589,54
Porte Grande	2	1.198.999,41	599.499,71
Porte Médio	18	14.801.823,36	822.323,52
Porte Pequeno	115	41.625.768,85	361.963,21
Total geral	243	80.435.117,68	331.008,71

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

4.2.1.3 Macro-região da Calha Norte

A. Mapa da macro-região Calha Norte

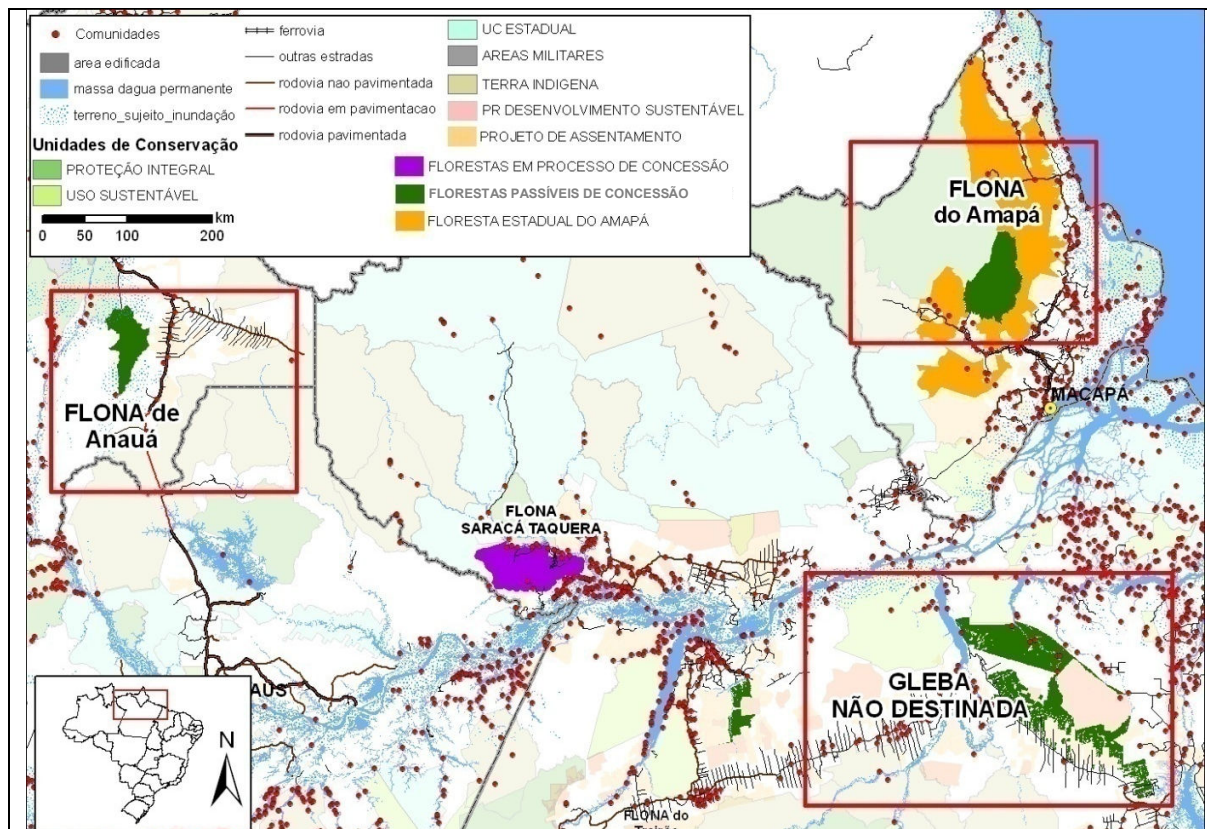


Figura 13: Florestas públicas federais da macro-região da Calha Norte passíveis de concessão em 2009
Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

B. Florestas Públicas na macro-região Calha Norte

- Número de florestas públicas: 72
- Florestas legalmente aptas para concessão: 11, sendo 7 Florestas Nacionais e 4 Estaduais. As Florestas passíveis de concessão no PAOF 2009, localizadas na Macroregião Calha Norte, são apresentadas no Quadro 27.

Quadro 27 : Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região Calha Norte

Tipo de FPF	Floresta	Estado	Município	Área (ha)
Flonas	Anauá	RR	Caracará e Rorainópolis	259.728
	Amapá	AP	Amapá, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Serra do Navio e Tartarugalzinho	459.220
Total geral				718.948

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

C. Descrição das florestas públicas passíveis de concessão na macro-região da Calha Norte

Flona de Anauá

Possui 259.728 hectares e os municípios abrangentes são Caracará e Rorainópolis. Possui conselho gestor, mas não possui plano de manejo. Fica localizada à margem esquerda do Rio Branco, entre as nascentes dos rios Itapará e Itaparazinho. Há vegetação de Campinarana (69.92%) e de Contato Campinarana-Floresta Ombrófila (30.08%).

Flona de Amapá

Possui uma extensão de 459.220 hectares e os municípios abrangentes são Amapá, Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes, Porto Grande, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Pracuúba. Não possui conselho gestor nem plano de manejo. Possui títulos minerários incidentes, todos na fase de autorização de pesquisa. O único tipo de vegetação é Floresta Ombrófila Densa e está localizada na Bacia Litoral AP. As principais espécies são: *Manilkara aff. Amazonica* (Maçaranduba), *Dinizia excelsa* (Angelim), *Caryocar villosum* (Piquiá), *Vouacapon americana* (Acapu), *Euterpe oleracea* (Palmeira Açaí), *Astrocaryum sp.* (Tucum) e *Iryartea exorrhiso* (Paxiuba).

D. Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região da Calha Norte

Quadro 28: Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região Calha Norte que abrigam as florestas públicas passíveis de concessão em 2009.

Estado	Município	População	Área (1000 ha)	Densidade Demográfica (habitantes/ha)
AP	Amapá	7.492	916,9	0,008
AP	Ferreira Gomes	5.040	504,7	0,010
AP	Pedra Branca do Amapari	7.332	949,5	0,008
AP	Porto Grande	13.962	440,2	0,032
AP	Pracuúba	3.353	495,7	0,007
AP	Serra do Navio	3.772	775,7	0,005
AP	Tartarugalzinho	12.395	671,2	0,018
PA	Faro	17.253	1.176,7	0,015
PA	Oriximiná	55.175	10.760,3	0,005
PA	Terra Santa	15.316	190,1	0,081
RR	Caracarái	17.981	4.741,1	0,004
RR	Rorainópolis	24.466	3.359,4	0,007
Total		183.537	24.981,5	0,007

Fonte: IBGE

Os municípios nos quais se localizam as florestas passíveis de concessão em 2009 ocupam uma área de aproximadamente 25 milhões de hectares e abrigam uma população de 183,5 mil habitantes (**Quadro 28**).

E. Áreas especiais e de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão

O mapa da Figura 13 permite avaliar a dispersão das comunidades identificadas pelo IBGE e a localização e distribuição de outras comunidades e áreas especialmente destinadas para uso comunitário no entorno das florestas públicas passíveis de concessão em 2009 na macro-região do Purus Madeira. Destacam-se:

Ao Redor Flona Amapá

- **Terra Indígena:** Uaçá, Waiãpi
- **APA-Federal:** do Rio Curiaú, do Arquipélago do Marajó
- **PARNA:** Cabo Orange e Tumucumaque
- **Floresta Estaudal:** Amapá
- **Número de Projetos de Assentamento:** 22
- **RDS-Federal:** Rio Iratapuru; Itatupã-Baquia
- **RESEX:** Rio Cajari
- **REBIO:** Maicuru
- **Estação Ecológica:** do Jari

No entorno da Flona Saracá-Taquera

- **Terra Indígena** - Nhamundá-Mapuera e Trombetas-Mapuera
- **FLONA:** Mulata

- **Floresta Estadual:** Trombetas e Faro
- **RESEX:** Tapajós-Arapiuns
- **Parque Estadual:** Nhamundá
- **Número de Projetos de Assentamento:** 46
- **APA-Estadual:** Inhamundá
- **REBIO:** Rio Trombetas

Ao redor da Flona Anauá

- **Terra Indígena** - Waimiri-Atroari, Trombetas-Mapuera, Jacamim, Wai-Wai, Yanomami
- **APA-Estadual** - Caverna do Maroaga
- **Área militar** - Gleba Niquiá
- **Parque Nacional** – Viruá, Serra da Mocidade
- **Floresta Nacional** – Roraima
- **Estação Ecológica** - Caracarái, Niquia
- **Número de Projetos de Assentamento** - 20

F. Pólos de Produção Florestal na macro-região Calha Norte

A Calha Norte, juntamente com a região do oeste paraense, é uma das regiões onde a floresta comporta com folga o atendimento à demanda por produção florestal. Por outro lado, esta região concentra, basicamente, Florestas Públicas e, portanto, a regulação ao seu acesso é peça chave para que seu desenvolvimento se dê em bases sustentáveis.

De acordo com o levantamento realizado pelo IMAZON (2006), cerca de 137 empresas operam na região, produzindo 450 mil m³ e gerando uma renda bruta de R\$ 50 milhões (Quadro 29).

As duas florestas selecionadas para serem incluídas no PAOF 2009 têm interface importante com políticas estaduais de desenvolvimento. A FLONA de Anauá, em Roraima, está localizada numa das áreas de maior potencial de produção florestal do Estado e poderia, eventualmente, atender a pelo menos 50% da demanda de madeira local.

A FLONA do Amapá está circundada pela recém criada Floresta Estadual do Amapá. O Estado do Amapá pretende ter na produção florestal uma forma de conservar as florestas a partir de seu manejo. Como o consumo de madeira no Estado ainda é baixo, pretende-se atrair investimentos de outras regiões, como aqueles que podem migrar do leste do Pará.

A macro-região já apresenta uma Floresta Nacional em processo de concessão, a FLONA de Saracá-Taquera, que está conectada com as Florestas Estaduais de Faro e Trombetas (criadas em 2006), ambas já em processo de elaboração do Plano de Manejo e devem ser algumas das áreas prioritárias para aplicação das concessões florestais estaduais. A concessão dessas florestas públicas devem atender boa parte da demanda existente hoje na região das ilhas no Pará.

Além disso, a região da Floresta Nacional de Saracá-Taquera abriga dezenas de comunidades quilombolas extrativistas que trabalham principalmente com Castanha-do-Pará. Sua interação com os trabalhos na Flona será um dos diferenciais desta região.

Quadro 29: Pólos de Produção Florestal da Macro-Região da Calha Norte

Pólo	Localidade	Número de empresas	Produção anual de toras (m³)	Empregos gerados (total)	Renda Bruta 2004 em US\$
Santarém	Oriximiná	11	22.401	440	2.061.705
	Santarém	25	167.599	4.490	22.985.319
Roraima	Boa Vista	9	46.349	981	8.084.437
	Caracara	2	1.780	40	155.383
	Mucaja	4	21.233	348	1.799.612
	Rorainópolis	9	45.885	746	4.612.199
Amapá	São João da Baliza	4	14.752	260	1.287.462
	Macapá	9	50.038	877	4.922.689
	Mazagão	2	4.509	122	359.310
	Pedra Branca	6	10.964	248	583.933
	Porto Grande	5	11.669	278	812.525
	Várzea Amapaense	51	52.820	703	2.574.470
Total					

Fonte: Imazon, 2006

Com relação a movimentação de produtos florestais para fora da macro-região, os dados do DOF (IBAMA, 2008) demonstram que setenta e uma empresas, atuando em seis municípios da macro-região Calha Norte, movimentaram produtos florestais entre janeiro e maio de 2008. Como pode ser observado no Quadro 29, a movimentação total de madeira processada da macro-região alcançou o volume de 16.201 m³ em cinco meses, sendo que aproximadamente 95% desse total destinaram-se aos estados de Pará (29%), Amazonas (25%), Roraima (19%), Amapá (11%), Ceará (6%) e São Paulo (5%). A produção de madeira não processada (19.369 m³) oriunda da macro-região destinou-se aos estados de Roraima (87%) e ao Amapá (13%). A produção de carvão vegetal (631 mdc) abasteceu os estados de Roraima (60%) e Amazonas (40%), os 5 m³ de energéticos produzidos destinaram-se ao estado do Amazonas e a produção de lenha (208 st) abasteceu os mercados do Amapá. Os resíduos gerados e comercializados pelas empresas da macro-região (392 m³) destinaram-se aos estados do Amapá (83%), Amazonas (13%) e Roraima (4%), e os 880 kg de serragem comercializados abasteceram o mercado do estado do Amazonas.

De acordo com os dados do DOF, mais de 86% da produção de madeira não processada da macro-região tem origem no estado de Roraima, indo ao encontro das informações do PAOF 2007-2008, que registra que esse estado tem potencial para atender pelo menos 50% da demanda dos pólos madeireiros da região.

Quadro 30: Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008

Município	Empresas	Quantidade Movimentada	Valor (R\$)
CARACARAI – RR	18	-	542.926,96
Carvão Vegetal (mdc)	1	20,00	300,00
Madeira Não Processada (m³)	9	6.096,40	236.123,09
Madeira Processada (m³)	7	1.950,38	306.267,13
Resíduos (m³)	1	10,12	236,74
ORIXIMINA – PA	1	-	1.848,00
Serragem (kg)	1	880,00	1.848,00
PEDRA BRANCA DO AMAPARI - AP	8	-	432.314,66
Lenha (st)	1	208,04	265,00
Madeira Não Processada (m³)	2	637,74	9.623,82
Madeira Processada (m³)	4	1.054,17	416.821,88
Resíduos (m³)	1	327,09	5.603,96
PORTO GRANDE – AP	7	-	1.548.540,02
Madeira Não Processada (m³)	3	1.843,27	296.718,64
Madeira Processada (m³)	4	3.287,28	1.251.821,38
RORAINOPOLIS – RR	35	-	3.382.441,75
Carvão Vegetal (mdc)	1	611,67	35.873,99
Energéticos (m³)	1	4,86	1.699,60
Madeira Não Processada (m³)	15	10.747,15	545.734,39
Madeira Processada (m³)	15	9.891,61	2.790.054,67
Resíduos (m³)	3	55,68	9.079,10
SERRA DO NAVIO – AP	2	-	13.468,28
Madeira Não Processada (m³)	1	44,73	4.473,20
Madeira Processada (m³)	1	17,97	8.995,08
Total geral	71	-	5.921.539,67

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

As categorias com maior representação dentro da Macro-região Calha Norte são as Microempresas (67%) e empresas de Pequeno Porte (31%).

Quadro 31: Distribuição das empresas na Macro-região Calha Norte de acordo com o porte.

Categorias	Empresas	Valor Movimentado (R\$)	Valor Médio por Empresa (R\$)
Microempresa	48	2.737.984,37	57.041,34
Porte Pequeno	22	2.429.472,87	110.430,59
Porte Médio	1	754.082,43	754.082,43
Total geral	71	5.921.539,67	83.401,97

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

4.2.1.4 Macro-região Amazônia Leste

A. Mapa da macro-região Amazônia Leste

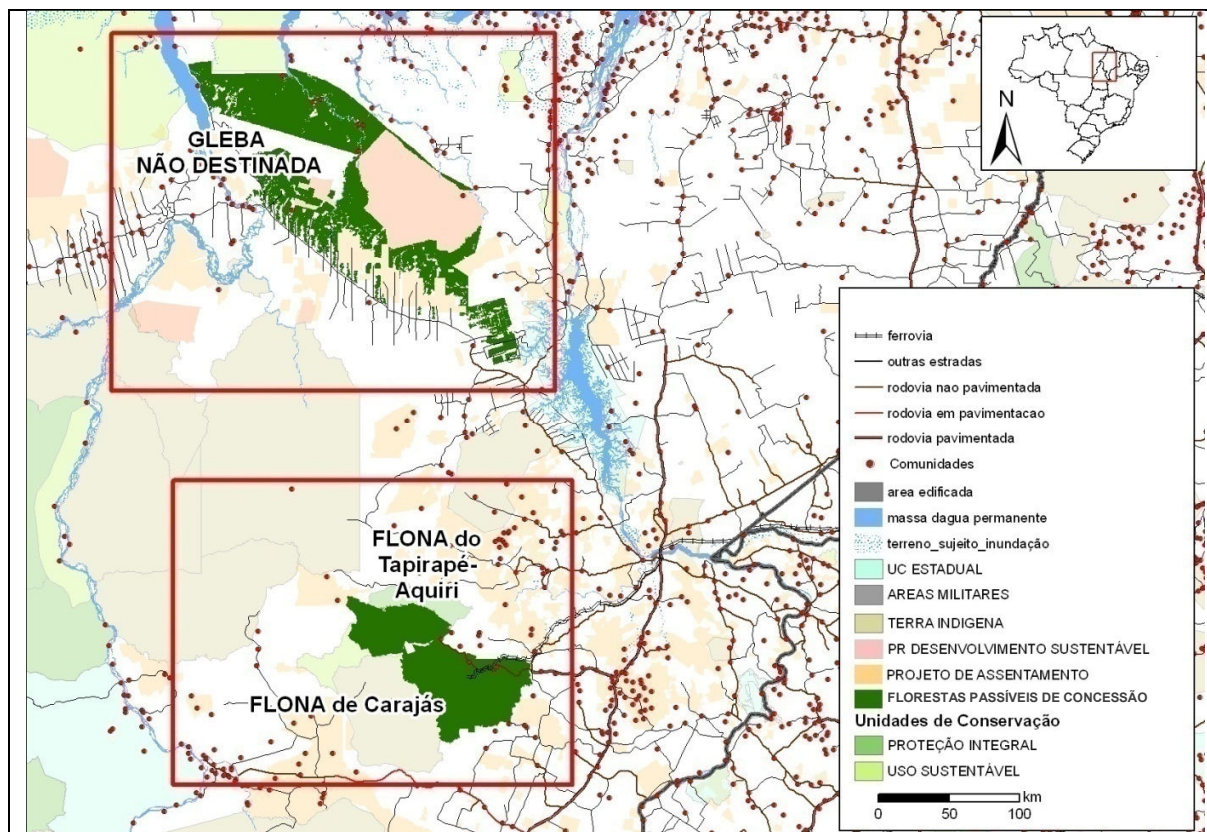


Figura 14: Florestas públicas federais da macro-região da Amazônia Leste passíveis de concessão em 2009
Fonte: CNEP / Serviço Florestal Brasileiro

B. Florestas Públicas na macro-região Amazônia Leste

- Número de florestas públicas: 70, além de 3.051.122 ha com terras não destinadas.
- Florestas legalmente aptas para concessão: 4 e todas são Florestas Nacionais.
- As florestas públicas federais passíveis de concessão no PAOF 2009, localizadas na Macroregião Amazônia Leste, são apresentadas no Quadro 32.

Quadro 32: Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região Amazônia Leste

Tipo de FPF	Floresta	Estado	Município	Área (ha)
FLONAS	Carajás	PA	Parauapebas, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte	393.331
	Tapirapé-Aquiri	PA	Marabá e São Felix do Xingu	191.933
Terras não destinadas	7 FPFs	PA	Anapu, Novo Repartimento, Pacajá, Portel, Porto de Moz, Senador José Porfírio e Tucuruí	1.019.294
Total Geral:				1.604.559

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

C. Descrição das florestas públicas passíveis de concessão na macro-região da Amazônia Leste

Flona de Carajás

Tem extensão de 393.331 hectares e os municípios abrangentes são Parauapebas, Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás. Possui conselho gestor e plano de manejo. Possui títulos minerários em fase de autorização de pesquisa, concessão de lavra, licenciamento e requerimento de lavra. Dentre os programas de utilização da flona estão: A pesquisa, a lavra, a industrialização, o transporte e a comercialização de recursos minerais; A promoção do manejo dos recursos florestais, desde que ecológica e economicamente viável; A garantia da proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas, dos sítios históricos e arqueológicos e da biodiversidade; Desenvolvimento de pesquisas científicas e de atividades relacionadas à educação ambiental; As atividades de recreação, lazer e turismo (ecoturismo).

A Flona é o primeiro exemplo de Unidade de Conservação do Brasil que engloba uma reserva de recursos minerais das maiores do mundo. São reservas gigantescas de ferro e manganês. Fora da Flona, mas dentro do contexto regional também foram encontradas ocorrências de calcários dolomíticos sobretudo na área de Xambioá, nas proximidades do Araguaia. As vegetações da flona são Floresta Ombrófila Aberta (28.5 %) e Floresta Ombrófila Densa (71.5 %). Está localizada na Bacia Tocantins. A FLONA apresenta forte pressão de atividades de mineração e garimpo.

Flona de Tapirapé-Aquiri

Extensão de 191.933 hectares e os municípios são: Marabá e São Félix do Xingu. Não possui conselho gestor nem plano de manejo. Fica à margem esquerda do rio Itacaiúnas. As atividades ocorrentes são o extrativismo, a coleta de Castanhas do Pará para comercialização e caça de subsistência pela comunidade indígena Xicrin do Cateté. As atividades conflitantes são a exploração ilegal de madeira, a garimpagem de recursos minerais, a caça e pesca predatórias como fontes de proteína para a alimentação da população do entorno. A vegetação é de Floresta Ombrófila Aberta (13.96 %) e Floresta Ombrófila Densa (86.04 %). Localiza-se nas Bacias Tocantins e Xingu. Tem sobreposição com a flona de Itacaiúnas.

D. Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região da Amazônia Leste

Os municípios nos quais se localizam as florestas passíveis de concessão em 2009 ocupam uma área de aproximadamente 17,5 milhões de hectares e abrigam uma população de 555,7 mil habitantes (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**)

Quadro 33: Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região Amazônia Leste que abrigam as florestas públicas passíveis de concessão em 2009.

Estado	Município	População	Área (1000 ha)	Densidade Demográfica (habitantes/ha)
PA	Água Azul do Norte	28.658	757,7	0,038
PA	Canaã dos Carajás	23.757	314,7	0,075
PA	Gurupá	24.384	854,0	0,029
PA	Marabá	196.468	1.509,2	0,130
PA	Melgaço	17.845	677,4	0,026
PA	Parauapebas	133.298	700,8	0,190
PA	Portel	45.586	2.538,5	0,018
PA	Porto de Moz	26.489	1.742,3	0,015
PA	São Félix do Xingu	59.238	8.421,2	0,007
Total		555.723	17.515,8	0,032

Fonte: IBGE

E. Áreas especiais e de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão

O mapa da Figura 14 permite avaliar a dispersão das comunidades identificadas pelo IBGE e a localização e distribuição de outras comunidades e áreas especialmente destinadas para uso comunitário no entorno das florestas públicas passíveis de concessão em 2009 na macro-região do Amazônia Leste. Destacam-se:

Região do Caxiuanã e Pacajá

- **Terra Indígena:** Arara, Cararaô, Cachoeira-seca, Koatinemo, Trincheira-bacajá, Araweté-igarapé-ipixuna, Parakanã, Anambé, Tracará
- **Floresta Estadual:** Amazônia (PA)
- **RDS Estadual:** Alcobaça, Pucuri-ararão
- **APA Federal:** arquipelago do Marajó
- **Resex:** Verde para Sempre, Gurupá-Melgaço, Mapuá, Terra-Grande-Pracuúba, Arioca-Pruanã, Ipaú-Anilzinho
- **Número de Projetos de Assentamentos:** 75

F. Pólos de Produção Florestal da macro-região Amazônia Leste

Quadro 34: Pólos de Produção Florestal do Leste Amazônico

Pólo	Localidade	Número de empresas	Produção anual de toras (m³)	Empregos gerados (total)	Renda Bruta 2004 em US\$
Porto de Moz	Porto de Moz	13	110.000	1.807	13.015.747
Senador José Porfírio	Senador José Porfírio	11	128.200	1.895	10.848.025
	Vitória do Xingu	1	1.799	49	140.628
Altamira	Altamira	24	156.331	2.507	18.796.434
	Brasil Novo	11	15.984	303	1.134.945
	Medicilândia	11	27.684	562	2.771.629
Pacajá	Anapu	13	53.681	2.320	6.237.563
	Pacajá	9	76.319	1.798	8.963.056
N. Repartimento	N. Repartimento	7	57.088	871	6.540.656
	Vila Maracajá	24	202.912	2.785	16.206.884
Tucuruí	Tucuruí	30	320.000	3.989	28.925.526
Breu Branco	Breu Branco	28	250.000	4.561	34.366.685
Goianésia do Pará	Goianésia do Pará	27	380.000	4.090	27.760.779
Jacundá	Jacundá	45	520.000	7.037	46.878.070
Açailândia	Açailândia	18	115.747	1.684	6.607.443
	Buriticupu	17	109.317	1.593	6.240.362
	Imperatriz	1	14.455	284	1.764.715
	Itinga do Maranhão	9	190.480	3.256	17.056.187
Dom Eliseu	Dom Eliseu	11	200.941	3.001	22.232.823
	Itinga do Pará	4	58.760	899	6.725.024
	Ligação do Pará	14	180.299	2.256	16.445.189
Ulianópolis	Ulianópolis	20	250.000	3.943	23.936.672
Rondon do Pará	Abel Figueiredo	4	73.498	1.290	7.038.138
	Rondon do Pará	26	476.502	7.343	45.000.019
Paragominas	Aurora do Pará	2	10.022	141	782.770
	Ipixuna	2	10.022	141	782.770
	Mãe do Rio	5	30.811	391	2.406.406
	Paragominas	63	1.079.144	14.844	98.533.730
Itupiranga	Itupiranga	5	100.000	2.678	13.024.538
Marabá	Marabá	16	198.526	3.910	22.561.777
	Nova Ipixuna	5	41.474	584	3.976.273
Santana do Araguaia	Cumarú do Norte	3	20.368	281	1.915.427
	Pau D'Arco	1	4.705	79	442.464
	Redenção	6	25.747	425	2.474.165
	Rio Maria	3	1.069	27	100.567
	Santana do Araguaia	8	58.110	792	5.464.678
São Felix do Xingu	Água Azul	1	6.397	98	423.527
	Eldorado dos Carajás	5	33.092	789	2.190.906
	Parauapebas	12	76.266	1.577	5.049.286
	São Felix do Xingu	12	70.022	1.418	4.637.679
	Tucumã	2	12.794	199	847.055
	Xinguara	2	11.429	189	624.271
Total					

Fonte: Imazon 2006

Está é a principal região de produção florestal da Amazônia Oriental com 5,7 milhões de m³ de demanda aparente e uma renda bruta de mais de meio bilhão de reais somente no setor de

madeira (Quadro 34). Esta região tem influência direta da demanda de 14 milhões de m³ de lenha para produção de carvão vegetal que abastece as siderúrgicas localizadas no Eixo Marabá e Açailândia

Por outro lado é a região com maior déficit de área florestal para sustentar a demanda. Os remanescentes florestais são suficientes para atender no máximo 15% da demanda somada de quase 20 milhões de m³. Nesta região a atividade de reflorestamento é prioritária.

Na região da Flona de Caxiuanã e do Rio Pacajá ainda existe uma importante área de florestas com potencial de manejo que pode dar sustentabilidade à produção florestal nos pólos associados.

De acordo com o Quadro 35, quarenta e nove empresas, atuando em três municípios da macro-região Amazônia Leste, movimentaram produtos florestais com DOF emitido entre janeiro e maio de 2008 (IBAMA – DOF). A movimentação total de madeira processada da macro-região alcançou o volume de 8.011 m³ em cinco meses, sendo que aproximadamente 91% desse total destinaram-se aos estados do Pará (29%), São Paulo (23%), Minas Gerais (23%), Distrito Federal (5%), Goiás (5%), Rio de Janeiro (3%) e Bahia (3%). A produção de energéticos atingiu 344 m³ nesse período, sendo que aproximadamente 95% destinaram-se aos estados de Minas Gerais (33%), Bahia (31%), Ceará (17%), São Paulo (8%) e Goiás (6%). A quantidade de resíduos comercializada atingiu aproximadamente 251 m³, sendo que 95% da produção destinaram-se aos estados de Minas Gerais (44%), São Paulo (40%) e Rio Grande do Sul (12%). Os 9 kg de serragem comercializados foram destinados aos estados do Tocantins (61%) e Minas Gerais (39%).

As diferenças observadas entre os dados do DOF e o relatório do Imazon (2006) para a macro-região da Amazônia Leste se devem a dois motivos: (i) não obrigatoriedade de emissão de DOF para movimentação de produtos florestais dentro do estado; e (ii) movimentação de produtos florestais sem atendimento aos requerimentos legais.

Quadro 35: Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008

Municípios	Empresas	Quantidade Movimentada	Valor (R\$)
MARABÁ – PA	18	-	3.520.868,26
Energéticos (m³)	4	173,06	18.852,32
Madeira Processada (m³)	10	4.733,30	3.487.431,05
Resíduos (m³)	3	78,04	13.990,16
Serragem (kg)	1	3,50	594,73
PARAUPEBAS – PA	5	-	144.389,72
Energéticos (m³)	1	83,56	19.742,16
Madeira Processada (m³)	3	542,39	117.600,36
Resíduos (m³)	1	89,05	7.047,20
SAO FELIX DO XINGU - PA	26	-	946.714,11
Energéticos (m³)	5	87,31	10.343,97
Madeira Processada (m³)	13	2.736,10	927.303,57
Resíduos (m³)	7	83,81	6.959,85
Serragem (kg)	1	5,54	2.106,72
Total geral	49	-	4.611.972,09

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

O Quadro 36 apresenta a distribuição das empresas que movimentaram madeira na macro-região da Amazônia Leste. A categoria com maior representação, considerando-se o número de empresas que movimentaram madeira, dentro da Amazônia Leste são as empresas de Pequeno Porte (53%) e as Microempresas (45%).

Quadro 36: Distribuição das empresas na Macro-região Amazônia Leste de acordo com o porte

Categorias	Empresas	Valor Movimentado (R\$)	Valor Médio por Empresa (R\$)
Microempresa	22	990.163,52	45.007,43
Porte Médio	1	1.425.990,75	1.425.990,75
Porte Pequeno	26	2.195.817,82	84.454,53
Total geral	49	4.611.972,09	94.121,88

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

4.2.1.5 Macro-região Nordeste

A. Mapa da macro-região Nordeste

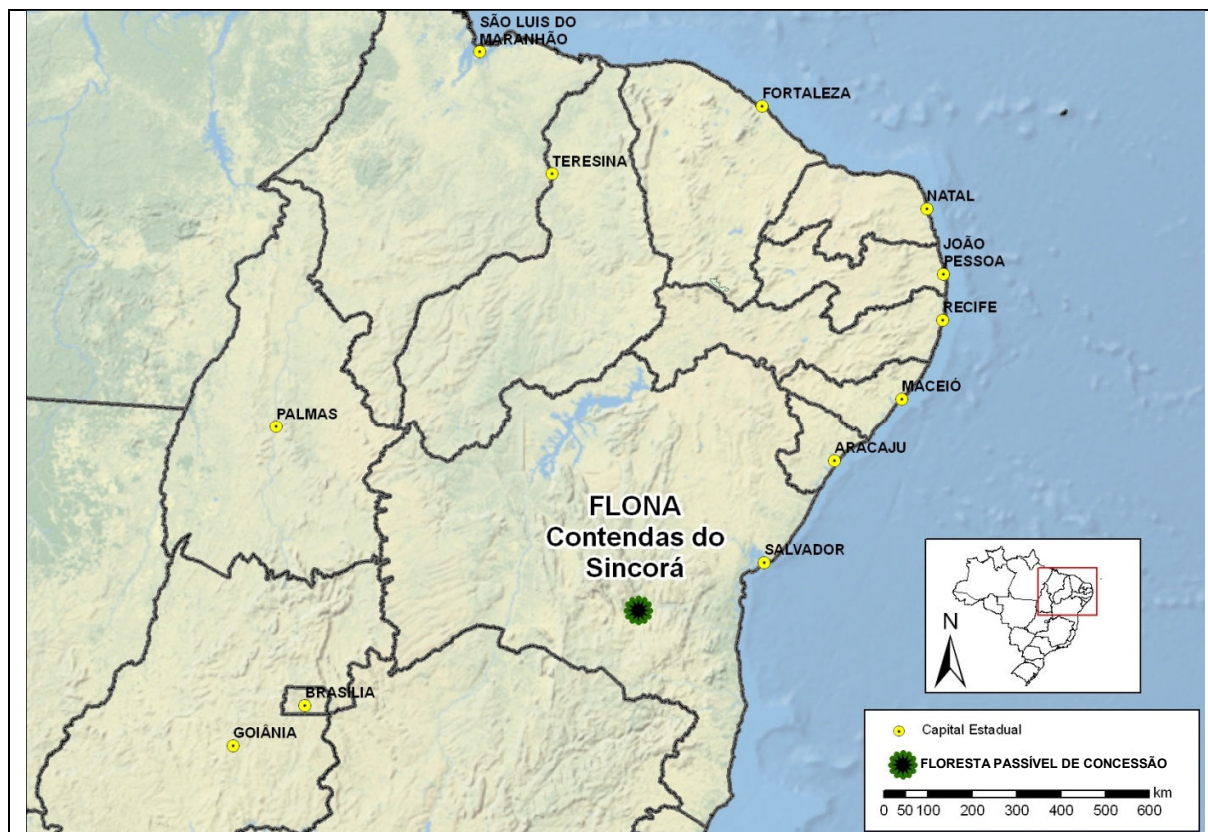


Figura 15: Florestas públicas federais da macro-região Nordeste passíveis de concessão em 2009

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

B. Florestas Públicas na macro-região Nordeste

- Número de florestas públicas: 89, além de 1.020 ha com terras não destinadas.
- Florestas legalmente aptas para concessão: 9, todas Florestas Nacionais.
- A floresta pública federal passível de concessão no PAOF 2009, localizada na Macroregião Nordeste, é apresentada no Quadro .

Quadro 37: Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região Nordeste

Tipo de FPF	Floresta	Estado	Município	Área (ha)
FLONAS	Contendas do Sincorá	BA	Contendas do Sincorá; Tanhaçu;	11.119
Total Geral				11.119

Fonte: CNEP / Serviço Florestal Brasileiro

C. Descrição das florestas públicas passíveis de concessão na macro-região Nordeste

Flona Contendas do Sincorá

Extensão de 11.119 hectares, sem conselho gestor e sem plano de manejo. Os municípios abrangentes são Contendas do Sincorá e Tanhaçu. A flona tem por objetivo promover o manejo de uso múltiplo e de forma sustentável dos recursos naturais renováveis, a manutenção e proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, a manutenção de amostras do fragmento do ecossistema caatinga e o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes.

D. Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região Nordeste

Os municípios nos quais se localizam as florestas passíveis de concessão em 2009 ocupam uma área de aproximadamente 557 mil hectares e abrigam uma população de 262,1 mil habitantes (Quadro 38).

Quadro 38: Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região Nordeste que abrigam as florestas públicas passíveis de concessão em 2009.

Estado	Município	População	Área (1000 ha)	Densidade Demografica (hab/ha)
CE	Barbalha	50.386	47,9	1,052
CE	Crato	111.198	100,9	1,102
CE	Jardim	25.853	45,7	0,566
CE	Missão Velha	33.690	65,1	0,518
CE	Santana do Cariri	17.574	76,9	0,229
BA	Contendas do Sincorá	3.857	86,2	0,045
BA	Tanhaçu	19.591	134,2	0,146
Total		262.149	556,9	0,471

Fonte: IBGE

E. Áreas especiais e de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão

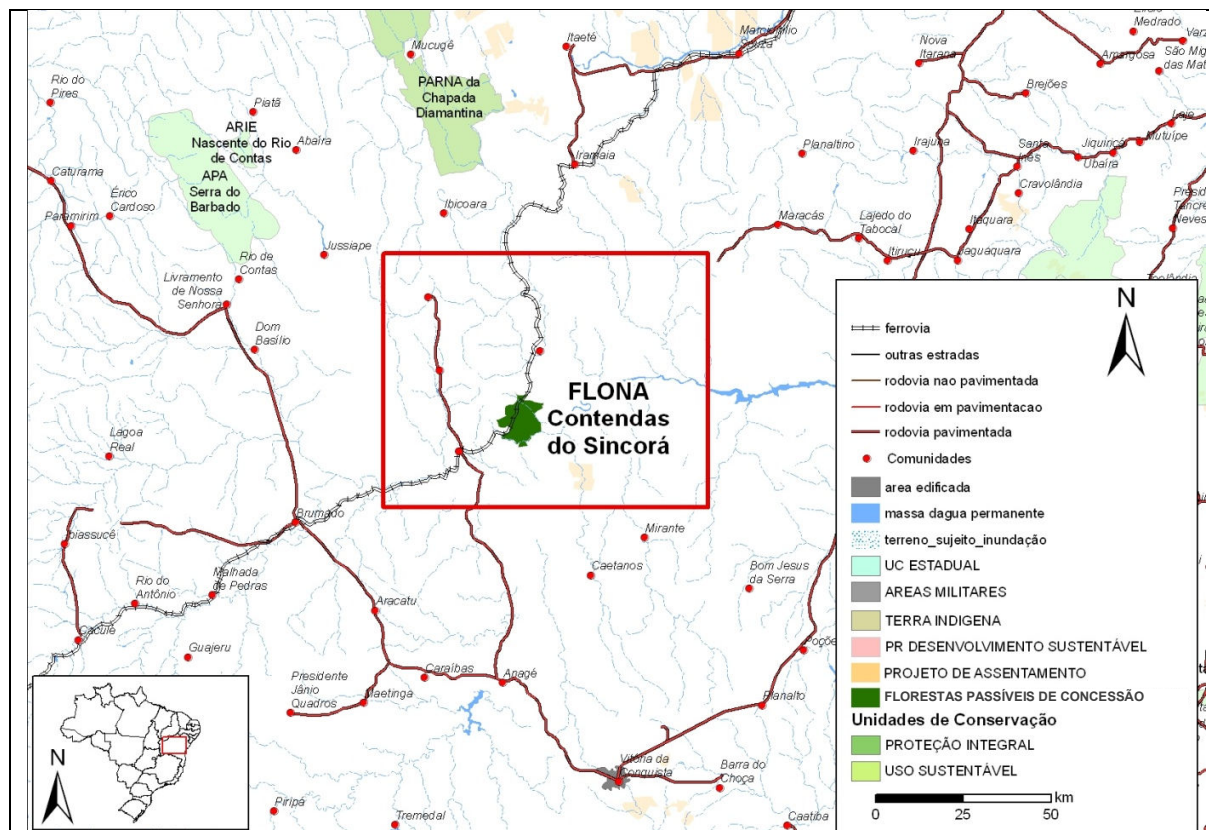


Figura 16: UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno das florestas públicas passíveis de concessão em 2009 na macro-região Nordeste.

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

No entorno da Flona Contendas do Sincorá (BA)

- **Terra Indígena** - Carauru
- **Estação Ecológica** - Wenceslau Guimarães
- **Parna** - da Chapada Diamantina
- **ARIE** - Nascente do Rio das Contas
- **Número de Projetos de Assentamento** - 19
- **Parque Estadual** - Serra do Conduru
- **APA** - Serra do Barbado, sta de Itacaré/Serra Grande, Baía de Camumu, Lagoa Encantada e Rio Almada, Tinharé Boipeva
- **Reserva Biológica** - Una

F. Pólos de Produção Florestal da Região Nordeste

Na Região Nordeste, cerca de um terço da demanda energética industrial e comercial é suprido por lenha e carvão vegetal oriundos da Caatinga. Estima-se que o consumo de biomassa para esta

finalidade seja de aproximadamente 25.000.000 st/ano. Em 2005, havia 322 Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) cadastrados nos órgãos ambientais, dos quais 250 (78%) estavam em operação (ativos), compreendendo uma área de aproximadamente 150.000 ha sob manejo florestal (Rede de Manejo Florestal da Caatinga) ou 0,17% da área do bioma Caatinga.

Considerando que o ciclo de corte médio dos Planos de Manejo em operação é de 10 anos, e que o estoque médio é de 100 mst/ha, estima-se que 15.000 ha são manejados anualmente para uma produção (oferta) de lenha da ordem de 1.500.000 mst. Portanto, apenas 6% do consumo lenha e carvão são provenientes de manejo florestal, e para atender à demanda atual seriam necessários 3.525.000 ha sob manejo florestal com ciclos de corte de 15 anos.

Nove empresas, atuando no município do Crato, pertencente a macro-região Nordeste, movimentaram produtos florestais registrados pelo Documento de Origem Florestal (DOF) do IBAMA entre janeiro e maio de 2008 (IBAMA - DOF). Os 163 m³ de madeira processada movimentados dentro da macro-região, juntamente com os 2,6 m³ de resíduos, destinaram-se integralmente ao estado do Ceará.

A movimentação de produtos florestais registrada pelo DOF é uma fração mínima da grande movimentação de produtos florestais existente na região. Com certeza é a situação mais discrepante entre as informações do DOF e do PAOF 2007-2008, e representa uma das evidências mais contundentes da movimentação ilegal de produtos florestais.

Quadro 39: Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008

Municípios	Empresas	Quantidade Movimentada	Valor (R\$)
CRATO – CE	9	166,66	99.284,43
Madeira Processada (m³)	7	163,98	98.504,03
Resíduos (m³)	2	2,67	780,40
Total geral	9	166,66	99.284,43

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

As categorias com maior representação dentre as empresas que movimentaram madeira registradas no DOF, pertencentes a Macro-região Nordeste são as Microempresas (67%) e as empresas de Pequeno Porte (33%).

Quadro 40: Distribuição das empresas na Macro-região Nordeste de acordo com o porte

Categorias	Empresas	Valor Movimentado (R\$)	Valor Médio por Empresa (R\$)
Microempresa	6	43.818,50	7.303,08
Porte Pequeno	3	55.465,93	18.488,64
Total geral	9	99.284,43	11.031,60

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

4.2.1.6 Macro-região Sul e Sudeste

A. Mapa da macro-região Sul e Sudeste

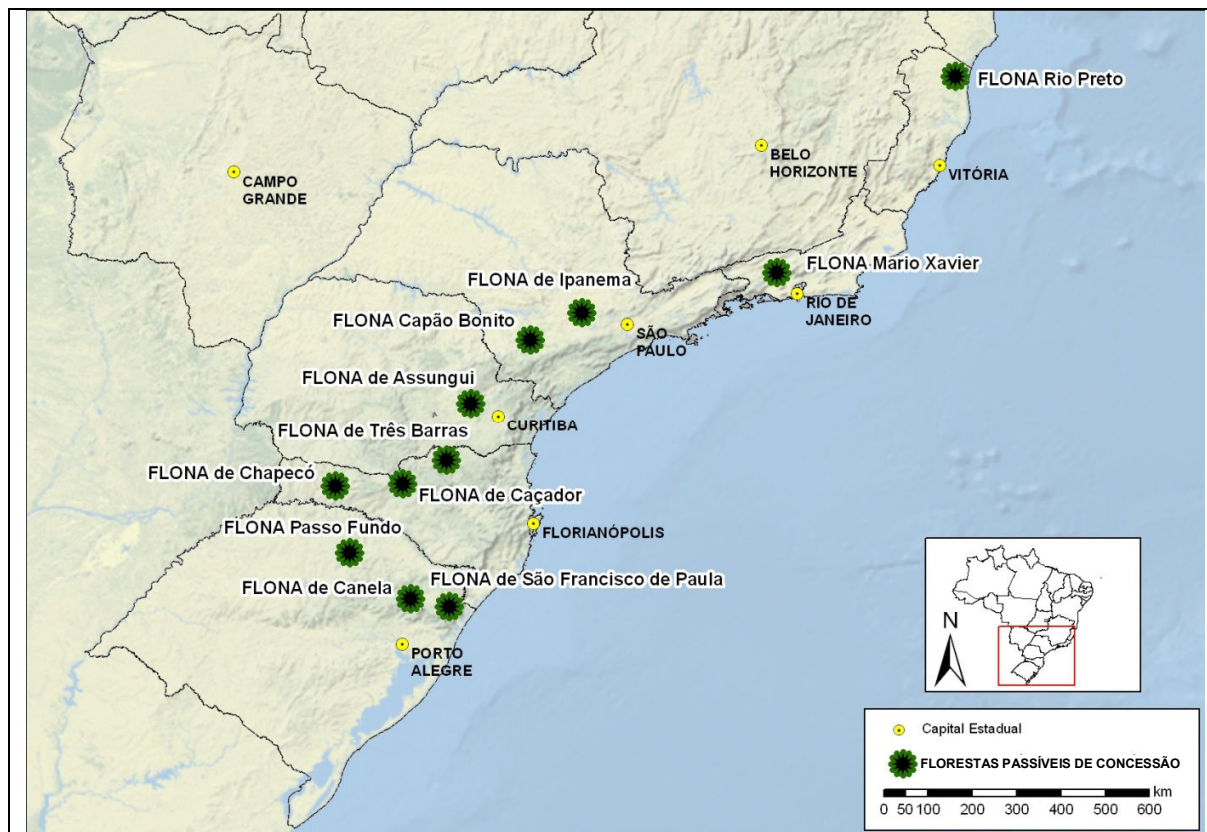


Figura 17 Florestas públicas federais da macro-região Sul e Sudeste passíveis de concessão em 2009

Fonte: CNEP / Serviço Florestal Brasileiro

B. Florestas Públicas na macro-região Sul e Sudeste

- Número de florestas públicas: 181
- Florestas legalmente aptas para concessão: 20 e todas são Florestas Nacionais.
- As Florestas públicas federais passíveis de concessão no PAOF 2009, localizadas na Macroregião Sul Sudeste, são apresentadas no Quadro 41.

C. Descrição das florestas públicas passíveis de concessão na macro-região Sul e Sudeste

Flona do Rio Preto

Extensão de 2.804 hectares, sem conselho gestor e sem plano de manejo. O município abrangido é Conceição da Barra. Tem por objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

Flona Assungui

Extensão de 548 hectares, sem conselho gestor e sem plano de manejo. O município abrangido é Campo Largo. Na Flona existem 383 hectares de reflorestamento de espécies nativas e 15 hectares de espécies exóticas.

Quadro 41: Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região Sul e Sudeste

Tipo de FPF	Floresta	Estado	Município	Área (ha)
FLONAS	Rio Preto	ES	Conceição da Barra	2.804
	Assungui	PR	Campo Largo	548
	Mário Xavier	RJ	Seropédica	485
	Canela	RS	Canela	541
	Passo Fundo	RS	Mato Castelhano	1.289
	S.Francisco de Paula	RS	São Francisco de Paula	1.609
	Caçador	SC	Caçador	708
	Chapecó	SC	Guatambú e Chapecó	1.603
	Três Barras	SC	Três Barras	4.451
	Capão Bonito	SP	Buri; Capão Bonito	4.728
	Ipanema	SP	Araçoiaba da Serra Capela do Alto Iperó	5.355
Total Geral				24.122

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

Flona Mário Xavier

Tem 485 hectares, não possui conselho gestor nem plano de manejo e o município abrangido é Seropédica. O bioma predominante é a mata atlântica. O objetivo da Flona é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

Flona Canela

Possui 564 hectares e tem conselho gestor e plano de manejo. O município abrangido é Canela. O bioma predominante é mata atlântica e a Flona tem por objetivo o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. A exploração florestal e o turismo ecológico são as atividades que mais se adequam a realidade da área. Previstas no Plano de manejo, somente a exploração florestal está sendo realizada satisfatoriamente. Embora a visitação pública seja freqüente (turistas), a FLONA carece de infra-estrutura e outros elementos próprios ao turismo, o que pretende ser solucionado através de um convênio com a prefeitura municipal de Canela. A Flona produz e explora os seus povoamentos, comercializando o seus produtos, produz mudas; recebe visitantes com vistas à educação ambiental e lazer, além de conservar e preservar o seu patrimônio natural.

Flona Passo Fundo

A Floresta Nacional de Passo Fundo tem 1.289 hectares, possui conselho gestor, mas não possui plano de manejo. A principal atividade é a exploração florestal de produtos e sub-produtos madeireiros. A produção florestal estimada pelo plano de manejo é de 17.000 metros cúbicos por ano. Outras atividades são a educação ambiental e a conservação in situ da biodiversidade local. São realizadas atividades importantes visando o uso múltiplo da Flona para turismo, recreação e lazer, além de pesquisa científica na região uma vez que representa um dos últimos grandes fragmentos de floresta ombrófila mista.

Flona São Francisco de Paula

A área da Flona é de 1.609 hectares, não possui plano de manejo, mas possui conselho gestor. O único município abrangido por essa unidade de conservação é São Francisco de Paula. O bioma é o pampa. A produção florestal estimada pelo Plano de Manejo para a comercialização de madeira é 7.000 m³/ano. A fauna é abundante e bastante diversificada, dando condições próprias para o estudo da ecologia de espécies, algumas ameaçadas de extinção. A quantidade de água de boa qualidade, com inúmeras nascentes possibilita a criação de peixes e aves aquáticas. As principais atividades são a exploração de produtos e sub-produtos florestais (madeira, erva-mate e sementes de Araucária), educação ambiental, pesquisa e investigação e conservação e preservação do patrimônio natural.

Flona Caçador

A área da floresta nacional é de 708 hectares. Não possui conselho gestor nem plano de manejo. O único município abrangido é Caçador. Devido a maior quantidade de áreas reflorestadas, o grande potencial desta Flona é a exploração madeireira. Porém, outras atividades podem ser desenvolvidas como: produção de mudas, piscicultura, produção de mel, coleta de sementes, ecoturismo, pesquisa e educação ambiental, recomposição das áreas desflorestadas. A principal atividade desta Flona é a comercialização madeireira. Entretanto, outras atividades são desenvolvidas, tais como: manutenção e conservação do Patrimônio Florestal, produção de mel e peixes.

Flona Chapecó

A área da Flona é 1.603 hectares. Possui conselho gestor, mas não possui plano de manejo. Abrange dois municípios: Chapecó e Guatambú. O bioma predominante é a mata atlântica. Possui uma vasta área nativa que poderá ser aproveitada com programas de educação ambiental. Apresenta espaço físico próprio para recreação, lazer e turismo ecológico. A fauna é abundante e diversificada, dando condições para estudos da ecologia de espécies, algumas ameaçadas de extinção. A água é de boa qualidade, com inúmeras nascentes, protegidas conforme programa de Microbacias, existente no Estado, possibilitando a criação de peixes e aves aquáticas.

A principal atividade é a exploração de produtos e sub-produtos florestais, estimado pelo Plano de Manejo. Comercializa 4.000m³/ano de erva-mate nativa (folha verde). A Flona tem programa de combate a vespa de madeira em conjunto com a Empresa SADIA S/A e experimentos em talhões com consórcio de erva-mate, Pinus sp, Eucalyptus sp em conjunto com aEPAGRI/SC.Existem outras atividades, tais como: educação ambiental, pesquisa, conservação e preservação do patrimônio natural.

Flona Três Barras

A área da Flona é de 4.451 hectares, ela possui conselho gestor, mas não tem um plano de manejo. Localiza-se no município de Três Barras e o bioma característico é a Mata Atlântica. Esta Flona possui uma área de mata nativa totalmente preservada, representada principalmente por Araucária angustifolia, com razoável quantidade de árvores de grande porte, constituindo um patrimônio incalculável e que são um dos poucos remanescentes destas matas em toda região e há também uma extensa área de várzeas junto ao rio Canoinhas. As principais atividades são a coordenação do "Projeto Semear" visando a produção de mudas com participação da rede escolar de vários municípios do Planalto Norte Catarinense; a produção e distribuição de mudas de Erva Mate e Araucaria angustifolia; experimentos em talhões de Araucária com consórcio de plantio de Erva Mate e Pinus e apresenta a maior arrecadação, dentre as Flonas, oriunda da comercialização de produtos e sub-produtos florestais.

Flona Capão Bonito

Possui uma área de 4.728 hectares, não possui conselho gestor nem plano de manejo. Abrange parte de dois municípios: Buri e Capão Bonito. Por apresentar expressiva área reflorestada, a exploração de produtos e sub-produtos florestais (madeira e resina) constitui-se no grande potencial desta Flona. Outras atividades são a coleta de sementes, a produção de mudas, a recreação e o lazer, pesquisas e educação ambiental. O bioma predominante é a Mata Atlântica.

Flona Ipanema

Abrange os municípios: Capela do Alto, Iperó e Araçoiaba da Serra. Localiza-se numa área de 5.355 hectares. Possui conselho gestor, mas não possui plano de manejo. O bioma predominante é a Mata Atlântica. Integra a bacia hidrográfica do rio Sorocaba/Médio Tietê, com sub-bacias dos rios Ipanema e Verde e ribeirões Iperó e do Ferro.

Principais atividades da Flona de Ipanema

- Projetos de florestamento, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, com a implantação do Projeto Arboreto Pau Brasil, que se transformará num banco genético, a partir da primeira florada, para a produção de sementes e mudas, conservando o pau brasil, ipê amarelo e jequitibá rosa. Os projetos florestais têm o objetivo de garantir a sobrevivência de espécies ameaçadas de extinção, assim como o de manter e expandir o habitat das 52 espécies de mamíferos, 218 de aves, 18 de anfíbios, 15 de répteis e 35 de peixes, que vivem em seu território, representando 21,6% da fauna ocorrente no Estado de São Paulo.
- Viveiro de Espécies Florestais, com identificação de matrizes e produção sementes e mudas, além de práticas de educação ambiental.
- Trilhas ecológicas, com monitores ambientais capacitados pelo Ibama, num trabalho de preservação e conservação do patrimônio natural e histórico e inclusão social, através de abertura de postos de trabalho para a população do entorno.
- Programas de educação ambiental e estudo de meio, especiais para escolas de todos os níveis.
- Centro de Visitantes, com servidores capacitados em atendimento e educação ambiental, além de exposição de acervo arqueológico e documental.

- Hospedagem para visitantes e pesquisadores em Alojamento e Casas de Hóspedes. Área de acampamento.
- Salas de aula, auditório e espaços abertos e fechados para treinamentos e eventos.
- Área de lazer com mesas para piqueniques, quiosques para churrascos e espaço de recreação.
- Aberta à visitação de terça a domingo, das 08:00 às 17:00 horas.

D. Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região Sul e Sudeste

Os municípios nos quais se localizam as florestas passíveis de concessão em 2009 ocupam uma área de aproximadamente 1,4 milhões de hectares e abrigam uma população de 525,9 mil habitantes (

Quadro 42).

Quadro 42: Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região Sul e Sudeste que abrigam as florestas públicas federais passíveis de concessão em 2009.

UF	Município	População	Área (1000 ha)	Densidade Demográfica (habitantes/ha)
ES	Conceição da Barra	26.230	118,8	0,221
RJ	Seropédica	72.466	28,4	2,552
PR	Imbituva	27.044	75,7	0,357
PR	Teixeira Soares	9.781	90,3	0,108
PR	Fernandes Pinheiro	5.688	40,7	0,140
PR	Campo Largo	105.492	124,9	0,845
RS	Canela	38.318	25,5	1,503
RS	Mato Castelhano	2.608	23,8	0,110
RS	São Francisco Paula	21.278	327,4	0,065
SC	Caçador	67.556	98,2	0,688
SC	Guatambu	4.505	20,5	0,220
SC	Três Barras	17.937	43,8	0,410
SP	Buri	17.539	119,5	0,147
SP	Capão Bonito	45.275	164,1	0,276
SP	Araçoiaba da Serra	24.022	25,6	0,938
SP	Capela do Alto	15.950	17,0	0,938
SP	Iperó	24.239	17,1	1,417
Total		525.928	1.361,3	0,386

Fonte: IBGE

E. Áreas especiais e de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão

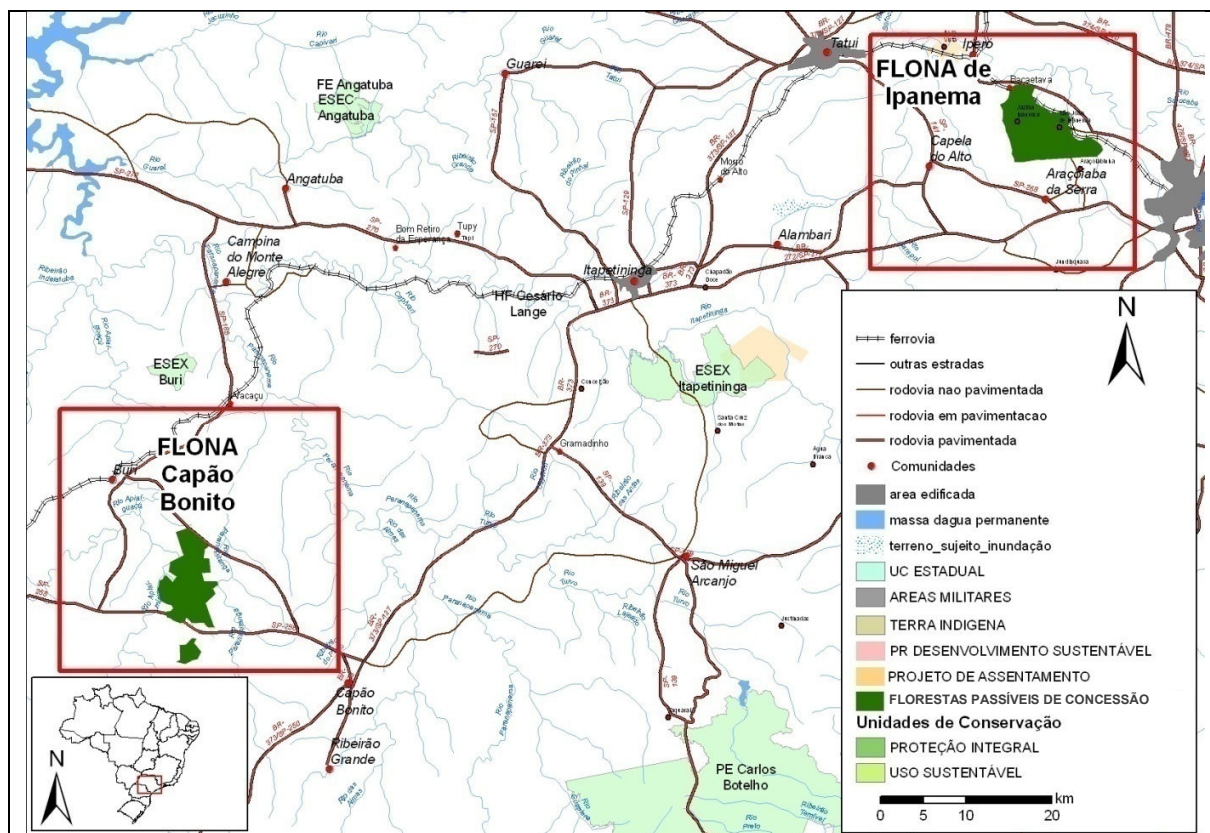


Figura 18: UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno das florestas nacionais de Ipanema e Capão Bonito.

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

No entorno das Flona Ipanema e Capão Bonito

- **Terra Indígena** – Peruíbe, Piaçaguera e Serra do Itatins
- **Estação Ecológica** – Buri, Paranapanema, Angatuba, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Itaberá,
- **Parque Estadual** – Jurupará, Carlos Botelho, Xitué, Turístico Alto do Ribeira, Jacupiranga, Serra do Mar
- **APA** - Escarpa Devoniana
- **Floresta Estadual** – Angatuba

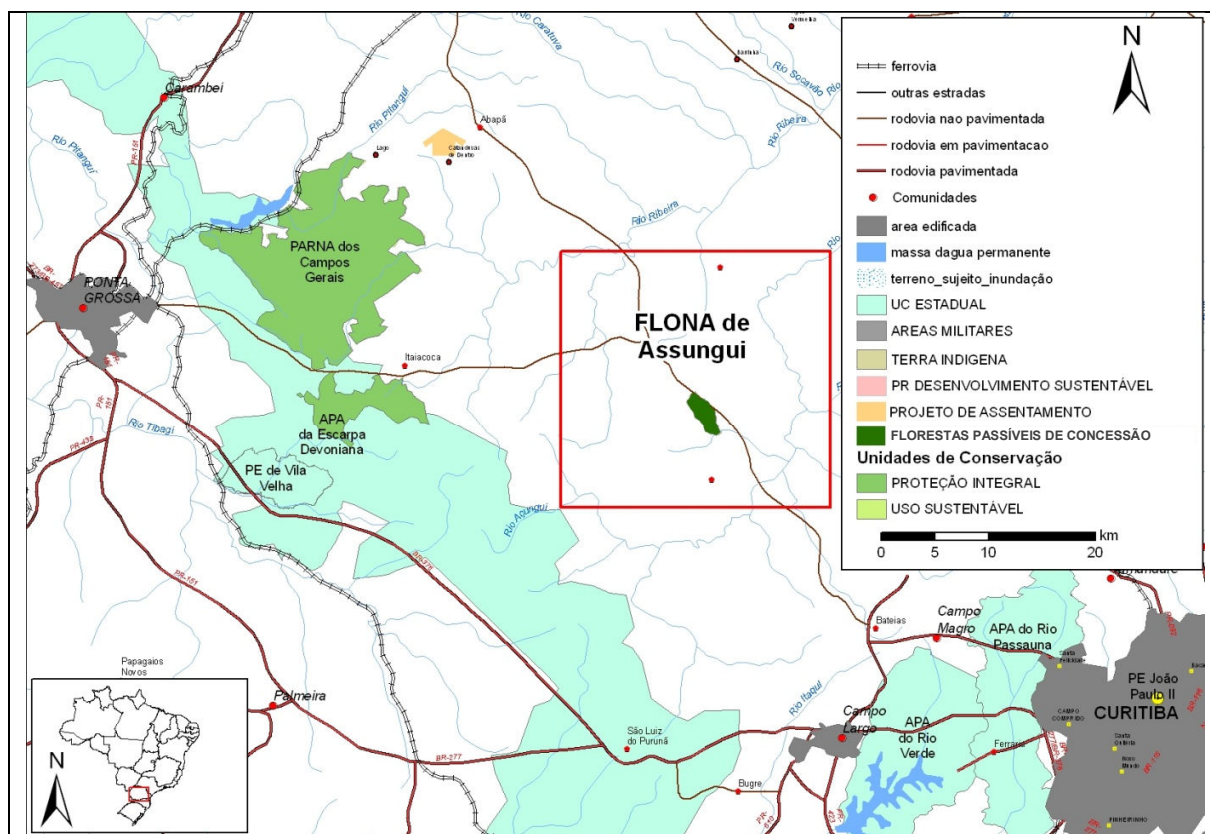


Figura 19: UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno da floresta nacional de Assungui.

Fonte: CNEP / Serviço Florestal Brasileiro

No entorno da Flona de Assungui (PR)

- **Parna - Campos Gerais**
- **Número de projetos de Assentamento - 17**
- **Estação Ecológica -** Fernandes Pinheiro, Guaraqueçaba, Parque Estadual, Vila Velha, João Paulo II, Pico Marumbi, Pico da Graciosa, Rio Irai, Serra da Baitaca, da Graciosa, Roberto Ribas Lange, das Lauráceas
- **Area de Proteção Ambiental -** Serra da Esperança, Escarpa Devoniana, Rio Verde, Rio Passaúna, Guaraqueçaba
- **Reserva Biológica -** Araucárias

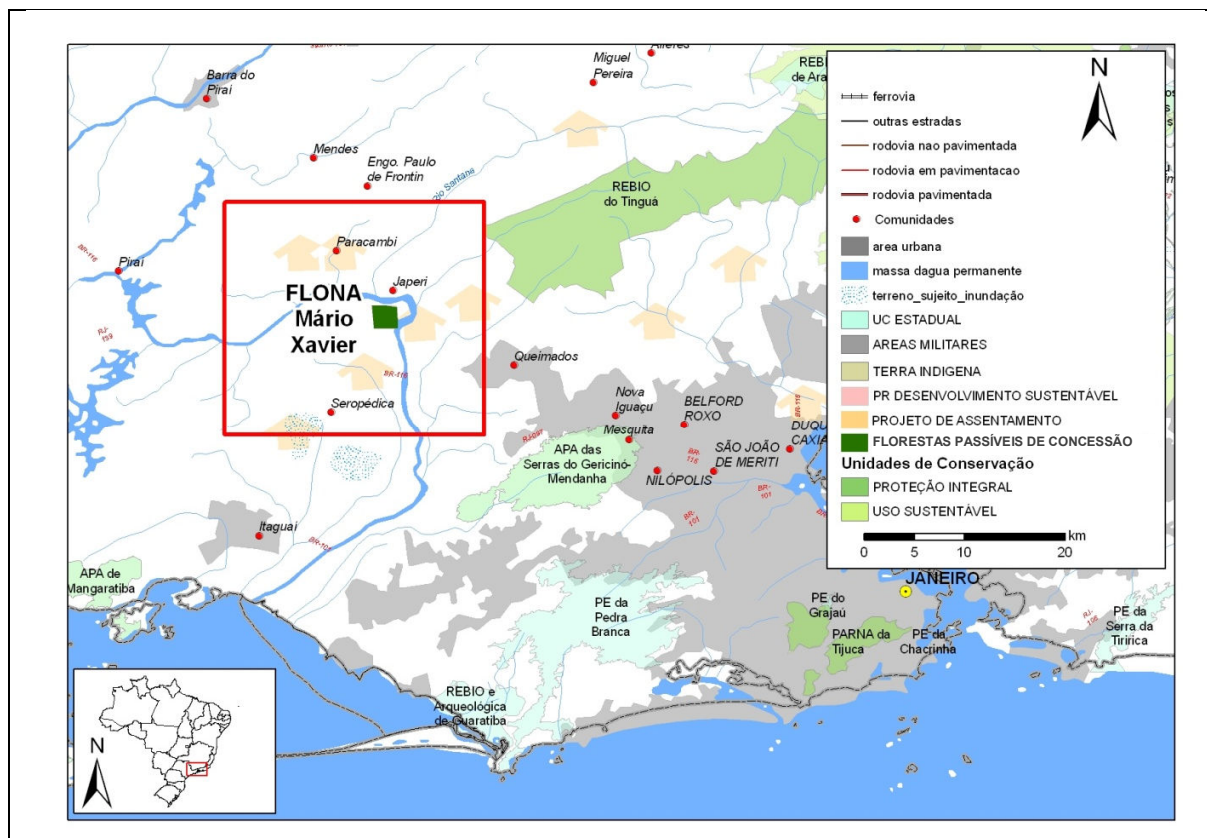


Figura 20: UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno da floresta nacional Mario Xavier.

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

No entorno da Flona Mario Xavier (RJ)

- **Parna** – Serra dos Orgãos, Itatiaia, Bocaina e Tijuca
- **Número de Projetos de Assentamento** - 13
- **Estação Ecológica** – do Paraíso e Bananal
- **Area de Proteção Ambiental** – dos frades, da região Serrana de Petrópolis, Serra do Gericinó, Bacia do rio São João/Mico leão Dourado e Guapimirim
- **Reserva Biológica** – Tinguá e Poço das Antas

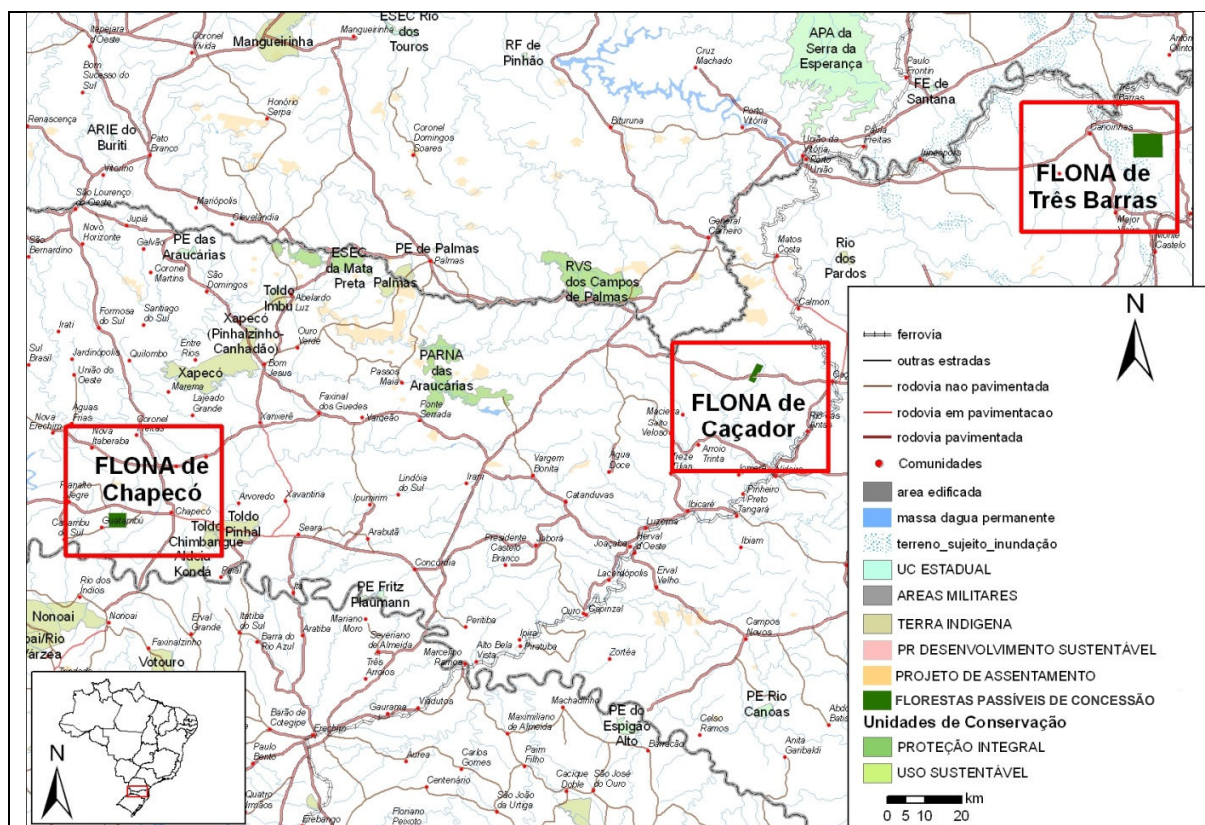


Figura 21: UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno das florestas nacionais Caçador, Chapecó e Três Barras em Santa Catarina.

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

No entorno da Flona de Caçador, Chapecó e Três Barras (SC)

- Terra Indígena – Palmas, Toldo Imbú, Rio Areira, Rio dos Pardos, Ibirama
- Parque Nacional - das Araucárias
- Refúgio de Vida Selvagem - Dos Campo de Palmas
- Estação Ecológica - da Mata Preta
- Parque Estadual - Palmas
- ARIE - Serra da Abelha
- Reserva Biológica - Sassafrás
- Número de Projetos de Assentamento: 48

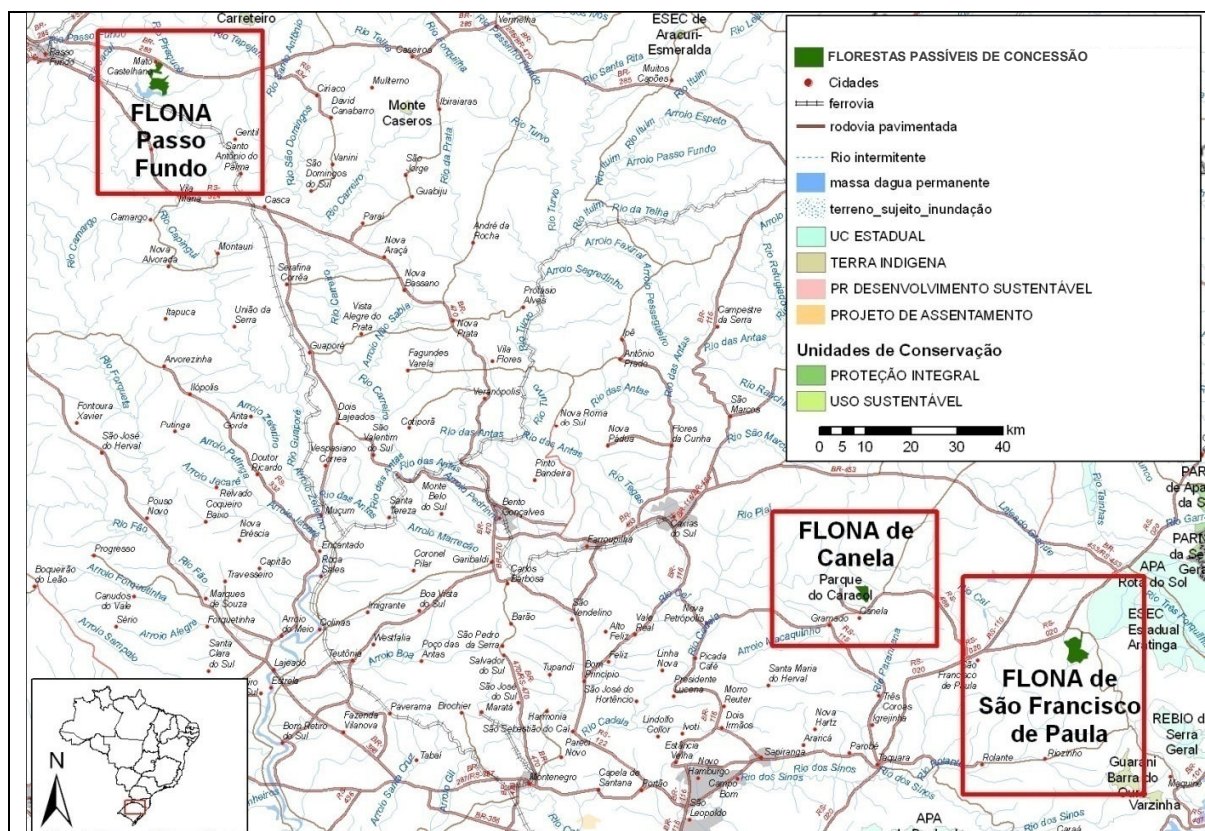


Figura 22: UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno das florestas nacionais de Passo Fundo, Canela e São Francisco de Paula no Rio Grande do Sul.
Fonte: CNEP / Serviço Florestal Brasileiro

No entorno das Flonas de Passo Fundo e São Fransisco de Paula (RS)

- Terra Indígena - Monte Caseros, Carreteiros, Guarani Barra do Ouro, Varzinha
- Parna - Aparados da Serra e Serra Geral

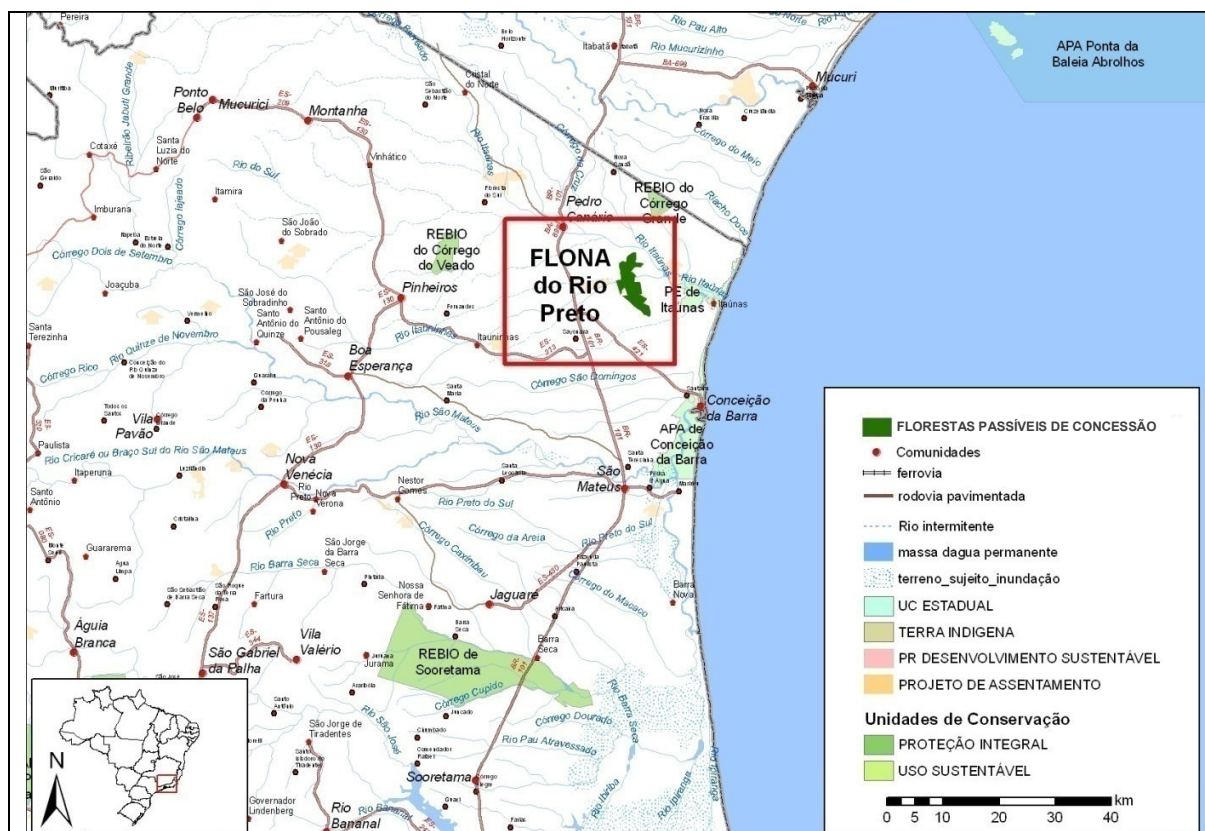


Figura 23: UCs, áreas especiais e distribuição de comunidades localizadas no entorno da floresta nacional de Rio Preto no Espírito Santo.

Fonte: CENP / Serviço Florestal Brasileiro

No entorno da Flona de Rio Preto (ES)

- Terra Indígena - Krenak
- Parque Nacional - Pontões Capixabas
- Parque Estadual – Itaúnas e Sete Salões
- APA - Conceição da Barra, Todos os Santos
- Reserva Biológica – Sooretama, Córrego Grande, Córrego do Veado
- Número de Projetos de Assentamento - 18

F. Pólos de Produção Florestal

Considerando a movimentação de produtos de origem florestal registrada pelo DOF, sessenta e sete empresas, atuando em sete municípios da macro-região Sul e Sudeste, movimentaram produtos florestais entre janeiro e maio de 2008 (IBAMA – DOF). A movimentação total de madeira processada da macro-região alcançou o volume de 5.818 m³ em cinco meses, distribuindo-se para os estados de Santa Catarina (45%), Rio Grande do Sul (30%), Paraná (15%), Rio de Janeiro (5%), São Paulo (3,5%) e Minas Gerais (0,5%). Os 2.828 m³ de madeira não processada comercializados pelas empresas da macro-região destinaram aos estados de Santa Catarina (69%) e Rio Grande do Sul (31%). Os 1.878 mdc de carvão comercializados destinaram-se aos estados de Santa Catarina (91%), Paraná (6%) e São Paulo (3%). A produção de

energéticos foi integralmente destinada ao estado de São Paulo (44 m³), e o estado do Paraná recebeu 88% (2.917 st) da produção total de lenha da macro-região (3.313 st), os 22% (396 st) restantes foram destinados ao estado de Santa Catarina. A quantidade de resíduos oriunda da macro-região atingiu aproximadamente 576 m³, sendo que 87% da produção destinou-se ao estado do Rio Grande do Sul, 10% ao estado de Santa Catarina e os 2% restantes ao estado de São Paulo.

Vale salientar que o DOF controla o transporte e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, de tal modo que os seus dados não traduzem de forma fiel a dinâmica do setor florestal na região sul e sudeste, uma vez que a grande parte da geração de riqueza e produto das empresas ligadas ao setor florestal na região utilizam matéria-prima de florestas de reflorestamento.

Paraná

Em 2003, na região paranaense de Irati-União da Vitória, o grupo constituído pelos segmentos celulose, papel e papelão (19 empresas), painéis de madeira (154 empresas) e madeira serrada (346 empresas) empregou 71,2 % da mão de obra industrial ocupada. Nesse mesmo ano, conjuntamente, essas empresas produziram 51,5 % do valor adicionado fiscal no estado. Os 6 milhões de m³ de madeira em tora produzidos no Paraná em 2003 tiveram origem nas reservas naturais e de reflorestamento na região de Irati-União da Vitória.

Santa Catarina

No total, considerando todas as atividades florestais, o estado possui aproximadamente 5,5 mil empresas e oferece cerca de 99 mil empregos diretos. A maior concentração de empresas desse ramo ocorre nos municípios dos Planaltos Norte e Serrano - São Bento do Sul, Rio Negrinho, Campo Alegre, Caçador, Lages, Otacílio Costa e Correia Pinto. São Bento do Sul desponta como o maior pólo exportador de móveis do país, contribuindo com cerca de 30% das exportações brasileiras de móveis. A indústria de móveis e laminados e compensados consome cerca de 40% da madeira bruta utilizada no processamento mecânico. O restante é consumido nas serrarias e transformado em diversos outros produtos derivados da madeira. Santa Catarina concentra no município de Caçador o seu principal pólo processador de madeira. Entre laminadoras, produtores de móveis, fábricas de papel, de compensado e outras, funcionam nesse município aproximadamente 50 empresas.

Rio Grande do Sul

A indústria de base florestal do Rio Grande do Sul é composta por cerca de cinco mil empresas que empregam diretamente 50 mil pessoas. O segmento madeira serrada é composto por 1.680 empresas e produz 720 mil m³ por ano. Já a produção de chapas e painéis é de cerca de 258 mil m³, por ano. A indústria do mobiliário, representada por 2.800 empresas, ocupa diretamente 30 mil pessoas e participa com 22% de toda a produção nacional de móveis.

São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo

As áreas selecionadas em **São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo** têm potencial para atividades de turismo e recreação dada a proximidade aos grandes centros urbanos.

Quadro 43: Movimentação de produtos florestais de janeiro a maio de 2008

Municípios	Empresas	Quantidade Movimentada	Valor (R\$)
CACADOR – SC	22	-	721.141,89
Lenha (st)	3	377,32	8.308,33
Madeira Não Processada (m³)	7	1.887,77	130.152,23
Madeira Processada (m³)	11	1.568,08	581.946,33
Resíduos (m³)	1	2,10	735,00
CAMPO LARGO - PR	7	-	41.618,92
Carvão Vegetal (mdc)	2	120,00	8.470,00
Energéticos (m³)	1	44,00	968,00
Lenha (st)	3	2.917,35	19.921,12
Madeira Processada (m³)	1	14,87	12.259,80
CANELA – RS	8	-	1.634.950,43
Madeira Não Processada (m³)	3	872,29	28.276,10
Madeira Processada (m³)	4	2.374,23	1.415.467,07
Resíduos (m³)	1	503,18	191.207,26
CAPAO BONITO - SP	1	-	1.422,30
Madeira Processada (m³)	1	2,59	1.422,30
CHAPECO – SC	23	-	1.065.554,54
Carvão Vegetal (mdc)	3	1.757,99	253.778,35
Lenha (st)	1	19,11	382,20
Madeira Não Processada (m³)	3	68,01	8.105,00
Madeira Processada (m³)	13	1.414,95	800.975,68
Resíduos (m³)	3	58,14	2.313,31
IPERO – SP	5	-	106.009,10
Madeira Processada (m³)	4	211,07	101.214,20
Resíduos (m³)	1	13,44	4.794,90
TRES BARRAS – SC	1	-	387.165,74
Madeira Processada (m³)	1	232,57	387.165,74
Total geral	67	-	3.957.862,92

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

As categorias de empresas que movimentação com maior representação dentro da Macro-região Sul e Sudeste são as Microempresas (55%), as empresas de Pequeno Porte (34%) e empresas de Porte Grande (6%).

Quadro 44: Distribuição das empresas na Macro-região Sul e Sudeste de acordo com o porte

Categorias	Empresas	Valor Movimentado (R\$)	Valor Médio por Empresa (R\$)
Entidade Pública	1	18.664,27	18.664,27
Microempresa	37	816.329,58	22.062,96
Porte Grande	4	187.462,16	46.865,54
Porte Médio	2	395.171,13	197.585,57
Porte Pequeno	23	2.540.235,78	110.445,03
Total geral	67	3.957.862,92	59.072,58

Fonte: IBAMA, Cadastro Técnico Federal, Documento de Origem Florestal (DOF)

4.2.2 Convergência com área de fronteira

De todas as Florestas Públicas federais passíveis de concessão em 2009, apenas a Floresta Nacional de Macauã no Acre encontra-se em região de fronteira. A manifestação a respeito, elaborada pelo Conselho de Defesa Nacional, é favorável à destinação dessa Flona ao manejo florestal sustentável através de processos de concessão florestal e estabelece as seguintes condições que deverão ser consideradas quando do lançamento do edital de licitação:

- participantes de processos licitatórios em terras de fronteira devem ser empresas brasileiras com maioria de capital nacional, assim como gerência e controle de brasileiros;
- as áreas concedidas para manejo florestal deverão permitir obras de infra-estrutura para a integração Sul-Americana e serão deduzidas dos contratos com o Serviço Florestal Brasileiro;
- o acesso das Forças Armadas e da Polícia Federal à área licitada deverá ser garantida, inclusive para a instalação de unidades militares; e
- o Conselho de Defesa Nacional deverá ser informado sobre eventual invasão estrangeira, ou interferências ilegais feitas por qualquer indivíduo ou grupo de pessoas na área licitada.

4.2.3 Potencial de produção esperada

Somada a área concedida nas Florestas Nacionais de Jamari e Saracá-Taquera, estima-se que a área total com unidades de manejo delimitadas em florestas públicas federais atinja o total de 4 (quatro) milhões de hectares.

Tomando em conta a tipologia florestal, as condições logísticas, os ciclos de manejo, o foco preliminar em produção de madeira com aproveitamento energético de resíduos e as limitações geográficas, estima-se uma produção anual de aproximadamente 2,44 milhões de m³ de madeira em tora e 2,68 milhões de m³ de resíduos madeireiros, incluídas as sobras do manejo florestal. A renda bruta mínima estimada como resultante desse processo de produção é de 480 milhões de reais por ano e a geração de mais 34.400 postos de trabalho.

4.2.4 Mecanismos de acessibilidade

A acessibilidade ao processo de concessão por pessoas jurídicas de pequeno porte, micro e média empresas foi prevista na Lei 11.284/2006 como forma de promover a equidade na política de gestão de florestas públicas no Brasil (artigo 33). O estabelecimento de parâmetros para a definição de tamanhos das unidades de manejo deve considerar as peculiaridades regionais, incluindo a área necessária para completar um ciclo de produção da floresta, assim como a estrutura, porte e capacidade dos agentes envolvidos na cadeia produtiva dos produtos objetos da concessão (artigo 24 do Decreto 6.063, de 2007).

A maior parte das concessões realizadas em 2009 ainda deverá ser voltada para o manejo de produtos madeireiros no Bioma Amazônico. Para essa região, o Serviço Florestal Brasileiro complementou as informações disponíveis sobre o porte das indústrias que processam a madeira produzida na Amazônia (Lentini et al, 2003; Lentini et al, 2005) com dados extraídos do sistema DOF e manteve como referência o consumo médio anual em toras (volume em metros cúbicos) para três categorias de empresas: pequenas, médias e grandes. A partir de um consumo anual de toras (m^3) para cada categoria, estimou-se a área necessária para a produção de madeira por manejo florestal sustentável. O cálculo do tamanho das Unidades de Produção Anual (UPA) e da área total de Unidades de Manejo Florestal (UMF) a serem concedidas considerou os seguintes parâmetros:

- Consumo médio anual em toras (m^3);
- Intensidade de exploração (m^3ha^{-1}) e ciclo de corte permitidos pela legislação florestal (Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente N°. 05, de 2006);
- Área da Unidade de Produção Anual (UPA), suficiente para a produção da demanda anual em toras, incluindo previsão de áreas para a rede viária e áreas de preservação permanente;
- Área de Reserva Absoluta de 5%, como previsto pelo artigo 32 da Lei 11.284, de 2006.

Para a definição final do tamanho de áreas a serem concedidas, considerou-se também a consulta a algumas entidades do setor florestal da Amazônia.

Fora da região amazônica, as concessões se voltam para os plantios florestais, produtos florestais não-madeireiros e serviços. Nesses casos foi definida uma escala diferente para caracterizar pequenos, médios e grandes empreendimentos, compatível com as áreas totais das Florestas Públicas (em geral menores do que na Amazônia).

No Quadro 45, apresenta-se as classes de tamanho a serem consideradas no planejamento de Unidades de Manejo Florestal a serem concedidas no âmbito do PAOF 2009.

Quadro 45: Classes de tamanho de Unidades de Manejo Florestal a serem consideradas no PAOF 2009.

Categoria	Aplicável na Amazônia em projetos envolvendo produção de madeira.	Todos os outros casos, incluindo concessão de florestas plantadas.
Pequenas	até 20.000 ha	Até 500 ha
Médias	20.000 a 40.000 ha	500 a 1.000 ha
Grandes	acima de 40.000 ha	Acima de 1.000 ha

Visando atender o art. 33 da Lei de Gestão de Florestas Públicas que determina “o direito de acesso às concessões florestais por pessoas jurídicas de pequeno porte, micro e médias empresas...”, cada lote de concessão lançado em editais em 2009 deverá contar com pelo menos duas das categorias citadas no Quadro 45, sendo uma obrigatoriamente de porte pequeno.

De forma similar à recomendação incluída no PAOF 2007-2008, neste plano também se mantém a determinação de que cada lote poderá outorgar a cada concessionário, individualmente ou em consórcio, apenas 1 (um) contrato; e que em dezembro de 2009, nenhum concessionário individualmente ou em consórcio poderá concentrar mais de 30% da área sob contratos de concessão florestal; e, seguindo o determinado no artigo 77 da LGFP, não poderá o concessionário ao final dos 10 primeiros anos, contados a partir da data de publicação da lei, deter mais do que 10% do total da área das florestas passíveis de concessão em cada esfera de governo.

Complementarmente, e para estimular a competição e permitir acesso ao maior número de empreendedores, não será permitido a nenhum concessionário assinar, durante o ano de 2009, individualmente ou em consórcio, mais de um contrato de concessão.

5 ATIVIDADES PREVISTAS PARA 2009

Este capítulo apresenta uma visão geral das atividades previstas para gestão de florestas públicas para o período de vigência do PAOF. Nela não se incorpora as atividades relativas aos órgãos estaduais. Grande parte das atividades é de responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro, mas existem várias ações com múltiplos executores como as atividades relativas ao monitoramento e a implementação do sistema de nacional de informações florestais.

Cadastro Nacional de Florestas Públicas

- Aprimoramento do Sistema Informatizado do Cadastro Geral de Florestas Públicas e de ferramentas para os Estados e Municípios estabelecerem seus respectivos cadastros;
- Refinamento das informações relativas às Florestas Públicas Federais por meio de cruzamento de dados e imagens de satélite;
- Delimitação de florestas com averbação do registro em cartório junto à matrícula do imóvel público;
- Demarcação das Florestas Públicas com a implantação, em campo, de marcos físicos nos limites dos polígonos das Florestas Públicas.

Apoio ao Manejo Florestal

- Identificação de áreas ocupadas por comunidades tradicionais em Florestas Públicas não destinadas;
- Apoio às iniciativas de manejo florestal comunitário em áreas de assentamento no Distrito Florestal Sustentável da BR-163 e de recuperação florestal em áreas de assentamento no futuro Distrito Florestal Sustentável da região do Araguaia-Tocantins;
- Desenvolvimento de instrumentos de incentivo e treinamento para aplicação do Manejo Florestal.

Concessões Florestais

- Elaboração de Relatórios Ambientais Preliminares para fins de Licenciamento Ambiental;
- Desenvolvimento dos indicadores e parâmetros de avaliação para aplicação de critérios socioambientais nas licitações para fins de concessão florestal;
- Lançamento da primeira rodada de licitação para concessões florestais;
- Elaboração dos contratos de concessão (art. 30 – Lei 11.284/2006);
- Gerenciamento dos contratos de concessão e dos contratos de transição.

Sistema Nacional de Informações Florestais

- Implantação da 1ª fase do Inventário Nacional de Florestas do Brasil;
- Finalização e manutenção do Portal da Gestão Florestal;
- Implementação de sistema de acompanhamento de preços de produtos e serviços florestais.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

- Implementação do FNDF e desenvolvimento de procedimentos para aplicação dos recursos;
- Constituição do Conselho Consultivo do FNDF; e
- Realização das primeiras aplicações de recursos do FNDF.

Estruturação do Serviço Florestal Brasileiro

- Realização de concurso público;
- Implementação das unidades descentralizadas.

Monitoramento de Florestas Públicas

O Serviço Florestal Brasileiro, atua:

- no monitoramento e fiscalização, em campo, dos contratos de transição das concessões florestais;
- no monitoramento, fiscalização e combate a atividades ilegais em Florestas Públicas federais;
- na implantação do sistema de auditoria independente nas áreas de concessão florestal;
- na implementação do Sistema de Detecção da Exploração Florestal Seletiva – DETEX;
- na implementação do Sistema de Rastreamento de Toras para Concessões Florestais;
- no desenvolvimento do sistema de monitoramento dos indicadores socioambientais das Florestas Públicas do Brasil;
- no desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento da dinâmica florestal em áreas de concessão.

As atividades de monitoramento de Florestas Públicas federais envolvem dois níveis de ação: (a) nas Florestas Públicas como um todo e (b) nas áreas sob contrato de concessão florestal e contrato de transição.

No primeiro caso serão monitoradas e combatidas as atividades ilegais que possam ocorrer nessas áreas e no seu entorno. Nesse sentido, serão realizados trabalhos coordenados entre Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA, ICMBio, governos estaduais e Polícia Federal. Para o monitoramento, além de incursões em campo, serão utilizados os sistemas remotos avançados de detecção de desmatamento (DETER) e de corte seletivo (DETEX) para identificar práticas de exploração florestal nas Florestas Públicas. Onde forem visualizadas atividades não autorizadas ou mesmo autorizadas, mas em desacordo com os atos autorizativos, os casos serão encaminhados à Polícia Federal por se tratar de crime federal previsto na Lei de Crimes Ambientais.

Também será desenvolvido um sistema para monitorar um conjunto de indicadores socioambientais que permita avaliar se a gestão de Florestas Públicas está caminhando na direção prevista pelos objetivos da lei 11.284 de 2007.

No caso do monitoramento das concessões florestais será fiscalizada a implementação do manejo da área em conformidade com o Plano de Manejo Florestal (IBAMA) e o cumprimento do

contrato de concessão e contratos de transição (Serviço Florestal Brasileiro). Além dos sistemas DETEX e DETER mencionados acima, também está em estudo o uso do SIRMAT, um sistema de controle da origem dos produtos florestais, baseado no rastreamento de todos os caminhões que transportam produtos florestais, oriundos de concessões florestais.

Adicionalmente, será implementado o sistema de auditorias independentes (previsto na Lei 11.284) que auditará não só o empreendedor, mas permitirá avaliar também o trabalho realizado pelo IBAMA e pelo Serviço Florestal na fiscalização das concessões.

Paralelamente, o Serviço Florestal Brasileiro está implantando um sistema de acompanhamento da dinâmica de crescimento das florestas sob concessão florestal para monitorar o efeito da exploração sobre parâmetros importantes da saúde daquele ecossistema.

Todas as informações geradas por esses sistemas de monitoramento serão publicadas na internet.

Além deste conjunto de ações será executada uma estratégia específicas de controle da exploração ilegal no entorno das regiões prioritárias para concessão ou para comunitário de forma a minimizar a competição desleal.

6 RECURSOS PARA IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES 2009

Neste capítulo é apresentada uma estimativa dos recursos humanos e financeiros necessários para implementar as atividades da gestão de florestas públicas e, em especial, as atividades de monitoramento e fiscalização, conforme determina o artigo 11 da Lei 11.284 de 2 de março de 2007. No quadro 24 são apresentadas as instituições que estarão envolvidas em cada linha de atividades previstas no PAOF.

Quadro 46: Instituições Públicas Federais envolvidas nas atividades do PAOF 2009 em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro

Grupo de Atividades	Instituições Federais Envolvidas (além do Serviço Florestal)
1. Cadastro Nacional de Florestas Públicas	CEMAM/IBAMA, ICMBio, SPU/MPOG, INCRA, FUNAI, INPE e SBF/MMA
2. Apoio ao Manejo Florestal	INCRA, FUNAI, SBF e SEDR/MMA
3. Concessões Florestais	IBAMA, SPU/MPOG e ICMBio
4. Monitoramento de Florestas Públicas	CEMAM/IBAMA, ICMBio, CENSIPAM, INPE, INPA, MPEG, INMETRO, POLÍCIA FEDERAL e SBF/MMA
5. Sistema Nacional de Informações Florestais	EMBRAPA, INPE e IBGE

Além do efetivo das instituições parceiras, o Serviço Florestal Brasileiro, como órgão gestor do sistema de gestão de Florestas Públicas, dispõe atualmente de 110 servidores e conta com 100 novos colaboradores que deverão assumir suas funções até meados de 2009. Para tanto será realizado um concurso de seleção de servidores temporário que assinarão contratos de dois anos renováveis por mais dois anos. Complementarmente, assim que amadurecido o processo de consolidação e enquadramento institucional do Serviço Florestal Brasileiro, um novo concurso deverá ser aprovado para contratação de seu quadro definitivo de servidores.

Em cada Floresta Nacional onde se pretende atuar com concessões florestais, estima-se que será necessária a presença de uma equipe mínima de cinco profissionais a serviço do ICMBio. Esses profissionais poderão atender a mais de uma unidade de conservação, dependendo da alocação dos mosaicos de UCs.

Na área relativa às concessões prioritárias, o IBAMA participará com seu efetivo regional para ações de comando e controle. Essas ações contarão também com a contribuição da polícia federal e de sistemas remotos de monitoramento.

No Quadro 47 apresenta-se a estimativa de recursos financeiros necessários para implementar as ações previstas neste plano.

Quadro 47: Estimativa de recursos financeiros necessários para implementar as ações previstas no PAOF 2009.

Atividades	Orçamento previsto (R\$ 1000)
1. Cadastro Nacional de Florestas Públicas <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do Sistema Informatizado do Cadastro Geral de Florestas Públicas e de ferramentas para os Estados e Municípios estabelecerem seus respectivos cadastros; Identificação das Florestas Públicas por meio de cruzamento de dados e imagens de satélite; Delimitação de Florestas com averbação do registro em cartório junto a matrícula do imóvel público; Demarcação das Florestas Públicas com a implantação em campo, de marcos físicos nos limites dos polígonos de Florestas Públicas. 	22.000
2. Apoio ao Manejo Florestal <ul style="list-style-type: none"> Identificação de áreas ocupadas por comunidades tradicionais em Florestas Públicas não destinadas; Apoio às iniciativas de manejo florestal comunitário em áreas de assentamento no Distrito Florestal Sustentável da BR-163 e de recuperação florestal em áreas de assentamento no futuro Distrito Florestal Sustentável da região do Araguaia-Tocantins; Desenvolvimento de instrumentos de incentivo e treinamento para aplicação do Manejo Florestal. 	5.000
3. Concessões Florestais <ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Relatórios Ambientais Preliminares para fins de Licenciamento Ambiental; Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais e APAs; Desenvolvimento dos indicadores e parâmetros de avaliação para aplicação de critérios socioambientais nas licitações para fins de concessão florestal; Lançamento da primeira rodada de licitação para concessões florestais; Elaboração dos contratos de concessão (art. 30 – Lei 11.284/2006); Gerenciamento dos contratos de concessão e de contratos de transição. 	8.000
4. Monitoramento de Florestas Públicas: <ul style="list-style-type: none"> Monitoramento e fiscalização em campo dos contratos de transição das concessões florestais; Monitoramento, fiscalização e combate à atividades ilegais em Florestas Públicas federais; Implantação do sistema de auditoria independente das áreas de concessão florestal; Implementação do Sistema de Detecção da Exploração Florestal Seletiva – DETEX; Implementação do Sistema de Rastreamento de Toras para Concessões Florestais; Desenvolvimento do sistema de monitoramento dos indicadores socioambientais das Florestas Públicas do Brasil. 	15.000
5. Sistema Nacional de Informações Florestais <ul style="list-style-type: none"> Implantação da 1ª fase do Inventário Nacional de Florestas do Brasil; Finalização e manutenção do Portal da Gestão Florestal; Implementação de sistema de acompanhamento de preços de produtos e serviços florestais. 	7.500
6. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal <ul style="list-style-type: none"> Implementação do FNDF e desenvolvimento de procedimentos para aplicação dos recursos; Constituição do Conselho Consultivo do FNDF; Realização das primeiras aplicações de recursos do FNDF. 	5.000
7. Estruturação do Serviço Florestal Brasileiro <ul style="list-style-type: none"> Realização de concurso público; Implementação das unidades descentralizadas. 	4.500
Total	67.000

7 ANEXOS

7.1 Adequação institucional das entidades federativas à Lei de Gestão de Florestas Públicas

O ordenamento institucional previsto na LGFP se baseia na existência de quatro entidades: poder concedente, órgão gestor, órgão ambiental e órgão consultivo. No nível federal, essas entidades são representadas, respectivamente, pelo Ministério do Meio Ambiente, Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA e Comissão de Gestão de Florestas Públicas.

O poder concedente é responsável pela formulação de estratégias, políticas, planos e programas para a gestão de florestas públicas e, em especial, pela definição do PAOF e das florestas a serem submetidas a concessão florestal. O poder concedente, apesar de responsável pelo processo de licitação para seleção dos futuros concessionários, pode delegar essa responsabilidade a um órgão gestor se assim considerar mais adequado.

O órgão gestor tem como responsabilidades principais propor o PAOF, disciplinar, operacionalizar e fiscalizar as concessões florestais e realizar todos os procedimentos de licitação e contratação de concessões florestais por delegação do poder concedente.

O órgão ambiental é o órgão do SISNAMA responsável pelo controle e fiscalização ambiental a quem caberá fiscalizar e garantir a proteção das florestas públicas, inclusive das unidades de manejo sob concessão florestal e expedir, em sua esfera de competência, a licença prévia e a aprovação dos Planos de Manejo para florestas públicas.

O órgão consultivo tem a função de assessorar, avaliar e propor diretrizes para a gestão de florestas públicas e de manifestar-se sobre o PAOF. No nível federal, a CGFLOP exerce a função de órgão consultivo do órgão gestor (Serviço Florestal Brasileiro).

Sistema integrado de gestão de florestas públicas - ordenamento institucional

	ESFERAS INSTITUCIONAIS			
	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS	ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Poder Concedente	MMA	Secretaria Estadual	Secretaria Municipal	
Órgão Licenciador	IBAMA	Órgão Estadual SISNAMA	Órgão Municipal SISNAMA	Fundação ligada ao SISNAMA
Órgão Gestor	Serviço Florestal			
Órgão Consultivo	CGFLOP			

O quadro acima mostra a necessidade da ação integrada de quatro entidades fundamentais para o adequado funcionamento do sistema de gestão florestal preconizado pela LGFP. Uma das primeiras ações que devem ser tomadas pelos Estados ou Municípios para implementar a Lei de

Gestão de Florestas Públicas é definir os órgãos que irão cumprir cada um desses papéis, levando em consideração que esses órgãos devem ser independentes entre si.

O processo deve ser complementado pela regulamentação de outros pontos da lei, que tratam, por exemplo, da destinação dos recursos arrecadados nos processos de concessão florestal. Estados e Municípios precisam se adequar à LGFP nas suas respectivas esferas de atuação. Vários dos temas que necessitam adequação podem seguir como exemplo a regulamentação desenvolvida na esfera federal, ainda que esta seja uma decisão a ser tomada independentemente em cada Estado e Município. A seguir são apresentados os principais temas que precisam de definições ou adequação específica por parte dos Estados e Municípios.

- *Cadastro de florestas públicas* – Estados e Municípios são responsáveis pelo estabelecimento de um cadastro das florestas públicas sob seu domínio. Esse cadastro deve ser interligado com o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro.
- *Plano Anual de Outorga Florestal* – para poder realizar concessões florestais em suas florestas públicas, Estados e Municípios devem preparar anualmente o Plano Anual de Outorga Florestal que será aplicado no ano seguinte à sua publicação. O PAOF federal deve considerar os PAOF estaduais e, portanto, é essencial a coordenação de prazos e formatos entre os Estados, Municípios e a União.
- *Destinação dos Recursos oriundos da Concessão Florestal* – Estados e Municípios devem definir a destinação dos recursos arrecadados com as concessões florestais. No caso das florestas públicas federais essa destinação é definida na LGFP.
- *Auditorias Florestais* – as auditorias independentes são obrigatórias nas concessões florestais. Os órgãos gestores dos Estados e Municípios têm como atribuição estabelecer as regras e o sistema de credenciamento dos organismos que serão autorizados a realizar as auditorias florestais. No nível federal, essa normatização será feita em parceria envolvendo o Serviço Florestal e o INMETRO.
- *Sistema de Monitoramento, Controle e Fiscalização* – Estados e Municípios devem estabelecer os instrumentos, as regras e o arranjo institucional que irá realizar o trabalho de monitoramento, controle e fiscalização das florestas públicas.
- *Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas* – os órgãos gestores são responsáveis por elaborar um relatório anual sobre a gestão das florestas públicas. O formato e conteúdo desse relatório devem ser normatizados pelos Estados e Municípios.
- *Contratos de Transição* – a lei prevê que PMFS incidentes em florestas públicas aprovados e em execução antes da publicação da LGFP podem ter continuidade por até 24 meses mediante atendimento de condições previstas no art 70 da LGFP. Os Estados e Municípios que quiserem fazer uso dessa disposição transitória precisam regulamentar a aplicação do dispositivo e dar especial atenção às vistorias do órgão fundiário e ambiental, aos preços a serem pagos e ao formato do contrato.

Em alguns temas, as definições dos Estados podem ser independentes da definição federal, como, por exemplo, a destinação dos recursos da concessão florestal. Em outros casos, deve-se considerar a sua compatibilização com a esfera federal, como no caso do Plano Anual de Outorga Florestal e do Cadastro de Florestas Públicas. Informações complementares e detalhadas sobre os demais passos podem ser encontradas no “*Roteiro de adequação à Lei de Gestão de Florestas Públicas*” disponível nas páginas web do Serviço Florestal Brasileiro (<http://www.florestal.gov.br>)

7.2 Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP)

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) é um instrumento de planejamento da gestão florestal, instituído pela Lei nº 11.284 de 02 de março de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.063 de 20 de março de 2007, e tem seus procedimentos fixados pela Resolução nº 02 de julho de 2007 do Serviço Florestal Brasileiro.

O CNFP é formado pelo Cadastro de Florestas Públicas da União, pelos Cadastros de Florestas Públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios e será interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Seu objetivo é reunir dados georreferenciados sobre as Florestas Públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e dados com informações relevantes para a gestão florestal, condicionando os processos de destinação comunitária, a criação de unidades de conservação, a realização futura das concessões florestais e contribuindo para a transparência das informações florestais e para a participação social nos processos de gestão.

Num primeiro momento, a primeira versão do Cadastro geral de Florestas Públicas da União. Por sua complexidade e pela quantidade de informações abrangidas, sua implementação será realizada em etapas e os produtos serão continuamente atualizados e aprimorados.

Cadastro Geral de Florestas Públicas da União (CGFPU)

O CGFPU identifica as Florestas Públicas federais (FPF) que correspondem às áreas cobertas por florestas naturais ou plantadas incidentes sobre terras de domínio da união e suas entidades da administração indireta.

O CGFPU inclui:

- Áreas inseridas no Cadastro de Terras Indígenas;
- Unidades de conservação federais, com exceção das áreas privadas localizadas em categorias de unidade que não exijam a desapropriação;
- Florestas localizadas em imóveis urbanos ou rurais, matriculados ou em processo de arrecadação em nome da União, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O cadastramento das Florestas Públicas segue três etapas:

1. **Identificação** - definição das florestas localizadas nas áreas públicas federais com presença de cobertura florestal;
2. **Delimitação** – averbação do perímetro da floresta junto à matrícula do imóvel público;
3. **Demarcação** - implantação de marcos topográficos e colocação de placas informativas no campo.

As Florestas Públicas federais são classificadas em três tipos:

- **Florestas Públicas do TIPO A (FPA)** - São as florestas que se encontram localizadas em áreas que tenham sido destinadas à proteção e conservação do meio ambiente (Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável) e ao uso de comunidades tradicionais (ex. terras indígenas e Resex), os assentamentos e outras formas de destinação previstas na lei.
- **Florestas Públicas do TIPO B (FPB)** – São as florestas que se encontram localizadas nas áreas públicas arrecadadas pelos entes da federação que ainda não foram objeto de destinação específica por parte do órgão gestor da terra pública.
- **Florestas Públicas do TIPO C (FPC)** – São as florestas localizadas em áreas de dominialidade indefinida, comumente chamadas de terras devolutas.

Este mapa apresenta os polígonos de Florestas Públicas federais em processo de identificação e incluindo apenas Florestas Públicas dos tipos A e B. Este mapa poderá diferir do futuro mapa de Florestas Públicas identificadas em função de inconsistências com os dados base utilizados.

Em breve, será disponibilizada para consulta o banco de dados de Florestas Públicas, pelo qual será possível fazer pesquisas em relação às Florestas Públicas já identificadas e todas as informações a elas relacionadas: como código, tipo, UF, município, bioma, área, grupo de destinação, entre outros dados.

Para a execução do ***Mapa de Florestas Públicas da União em Fase de Identificação*** trabalhou-se em três frentes:

- ***Levantamento de informações de terras públicas;***
- ***Levantamento da cobertura florestal existente;***
- ***Cruzamento das informações.***

1. Levantamento de informações sobre terras públicas federais

As informações referentes às terras públicas levantadas pelo Serviço Florestal Brasileiro são oriundas dos órgãos gestores dessas terras. Nesta primeira fase, foram levantadas as informações da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (Terras Indígenas - TI), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA (Unidades de Conservação Federais - UCs) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (projetos de assentamento e terras arrecadadas não destinadas).

Nesta fase, foram utilizadas apenas informações que já se encontravam georeferenciadas pelos órgãos fornecedores da informação.

As informações provenientes do INCRA ainda não estão completas. Existem projetos de assentamento e glebas arrecadadas não destinadas que ainda não foram georeferenciados/plotadas ou não se encontram na base de dados oferecida para o órgão. Além disso, os dados de propriedade e glebas arrecadadas não destinadas referem-se apenas à Amazônia Legal. Portanto, apenas TI e Ucs estão identificadas no cadastro para as regiões Sul, Sudeste, Nordeste e parte do Centro-Oeste.

Pode haver inconsistências entre as áreas calculadas a partir dos polígonos identificados no CNFP e aquelas declaradas nos respectivos instrumentos de criação/demarcação das unidades de conservação, terras indígenas e glebas arrecadadas. Entre os fatores que podem explicar estas inconsistências estão a diferença de projeção cartográfica no cálculo de área do polígono georreferenciado e o método de determinação de área antes do georreferenciamento (especialmente em processos mais antigos).

Essas inconsistências serão eliminadas no decorrer das fases de delimitação de demarcação das Florestas Públicas.

Nesta fase do cadastro, não foram incluídas as florestas localizadas em áreas devolutas e áreas estaduais ou municipais.

2. Levantamento da cobertura florestal existente

A identificação das Florestas Públicas deve ser feita com base na cobertura florestal existente em março de 2006, quando foi sancionada a Lei 11.284. O mapa definitivo da cobertura florestal do Brasil para o ano de 2006 será elaborado no decorrer de 2008.

Para a primeira versão do cadastro foi necessário identificar a cobertura florestal apenas na região amazônica e foram utilizados os dados do Programa de Monitoramento de Desflorestamento da Amazônia por Satélite – PRODES desenvolvido pelo INPE. Os dados do PRODES consideram como não-floresta as áreas desmatadas no passado, independente de sua recuperação. Portanto, áreas de floresta secundária recuperada podem não ter sido capturadas.

As próximas atualizações do Cadastro devem incluir os dados do Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros produzidos pelo PROBIO em 2006 (base de dados do ano 2002) na identificação das áreas florestais (já incluímos ... construir tabela resumo). Ele deve complementar

áreas não identificadas na Amazônia (até 2002) e boa parte das áreas de floresta nos demais biomas.

3. Cruzamento das informações

Em um ambiente de sistema de informações geográficas – SIG, as informações georreferenciadas foram cruzadas a fim de conhecer os aspectos qualitativos das Florestas Públicas identificadas.

Os procedimentos adotados pré-qualificam as Florestas Públicas ao estágio de identificação. O próximo passo consiste no delineamento preciso das Florestas Públicas sobre folhas cartográficas e imagens de satélite.

Uma Floresta Pública no cadastro corresponde a um polígono contínuo identificado por um código único composto da seguinte forma:

- FPA-5534967W-451436S

Onde:

- Os três primeiros dígitos correspondem ao tipo de Floresta Pública (A, B ou C)
- Os demais dígitos correspondem às coordenadas geográficas (grau e grau decimal) correspondentes ao centróide do polígono.

7.3 Referência ao PAOF na Lei 11.284/2006

Menções ao Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF na Lei 11.284 / 2006

TÍTULO II - DA GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO IV - DAS CONCESSÕES FLORESTAIS

Seção II - Do Plano Anual de Outorga Florestal

Artigo 10

Seção V - Do Licenciamento Ambiental

Artigo 18, parágrafo quarto

Seção IX - Do Contrato de Concessão

Artigo 33

Artigo 34, item II

Artigo 34, parágrafo único

Seção XIV - Das Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais

Artigo 48, parágrafo primeiro

TÍTULO III - DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO I - DO PODER CONCEDENTE

Artigo 49, item I

CAPÍTULO III - DO ÓRGÃO CONSULTIVO

Artigo 51, item II

CAPÍTULO IV - DO ÓRGÃO GESTOR

Artigo 53, item I

TÍTULO V - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 74

Artigo 75

Artigo 78

7.4 Referências ao PAOF no Decreto nº 6.063/2007

Menções ao Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF no Decreto 6.063 /2007

CAPÍTULO I- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1

CAPÍTULO IV- DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL

Artigo 19

Artigo 19, parágrafo único

Artigo 20

Artigo 20, item IX, letra b

Artigo 21

Artigo 22

Artigo 23

Artigo 23, parágrafo primeiro

Artigo 23, parágrafo segundo

Artigo 24

CAPÍTULO VI- DA LICITAÇÃO

Artigo 29, item I

Artigo 29, parágrafo segundo

CAPÍTULO IX- DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 61

7.5 Lista dos contratos de transição

Será elaborada e atualizada quando da obtenção da versão definitiva deste PAOF.
Para efeito desta versão, os interessados deverão consultar os dados disponíveis no site do Serviço Florestal Brasileiro (www.florestal.gov.br).

7.6 Lista de FPF passíveis de concessão (Tipo A)

Quadro 48: Florestas públicas federais passíveis de concessão (Tipo A).

UF	NOME	Código da floresta pública no CNFP	Área (ha)
	FLONA do Macauã	FPA-6939230W-956083S	176.148
AM	FLONA de Humaitá	FPA-6230017W-84912S	440.211
AP	FLONA do Amapá	FPA-5139270W-122899N	459.220
BA	FLONA Contendas do Sincorá	FPA-415355W-1356553S	11.199
ES	FLONA do Rio Preto	FPA-3950844W-1823544S	2.804
PA	APA do Tapajós	FPA-5637171W-627285S	1.641.139
	FLONA de Altamira	FPA-555698W-556409S	761.232
	FLONA de Carajás	FPA-5019394W-610429S	393.331
	FLONA de Itaituba I	FPA-5632926W-525183S	220.223
	FLONA de Itaituba II	FPA-5629361W-53517S	421.027
	FLONA do Amana	FPA-5731430W-519742S	542.620
	FLONA do Crepori	FPA-575941W-629044S	742.197
	FLONA do Jamanxim	FPA-5547095W-726243S	1.301.390
	FLONA do Tapirapé-Aquiri	FPA-5046613W-547679S	191.933
	FLONA do Trairão	FPA-5534967W-451436S	250.406
	FLONA Saracá-Taquera*	FPA-5637802W-139199S	441.151
PR	FLONA de Assungui	FPA-4938734W-2510808S	548
RJ	FLONA Mário Xavier	FPA-4340021W-2240011S	485
RO	FLONA Jamari*	FPA-6256331W-912919S	222.494
	FLONA de Humaitá	FPA-6230017W-84912S	21.128
	FLONA de Jacundá	FPA-632897W-827482S	220.784
RR	FLONA de Anauá	FPA-6053068W-044036N	259.728
RS	FLONA de Canela	FPA-5048497W-2919001S	541
	FLONA de São Francisco de Paula	FPA-5023561W-2925699S	1.609
	FLONA Passo Fundo	FPA-5211200W-2818838S	1.289
SC	FLONA de Caçador	FPA-5112102W-2645297S	708
	FLONA de Chapecó	FPA-5245010W-276866S	1.603
	FLONA de Três Barras	FPA-5014992W-2612320S	4.451
SP	FLONA Capão Bonito	FPA-4830972W-2354720S	4.728
	FLONA de Ipanema	FPA-4737327W-2325811S	5.355
TOTAL			8.078.038

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

* Florestas com processos de concessão em andamento

7.7 Lista de FPF passíveis de concessão (Tipo B)

Quadro 49: Florestas públicas federais passíveis de concessão Tipo B.

UF	NOME	Código da floresta pública no CNFP	NOME_MUNICIPIO	Área (ha)
PA	132 Gl. Pacoval	FPB-5421631W-259801S	Santarém	43.382
	140 Gleba Curua	FPB-5511826W-728236S	Altamira	3.037
			Novo Progresso	26.855
	142 Gleba Curua	FPB-5513229W-640094S	Altamira	193.659
			Itaituba	71.845
			Novo Progresso	95.225
	145 Gleba Curua	FPB-5522345W-721478S	Novo Progresso	36.366
	146 Gleba Curua	FPB-5530011W-653691S	Novo Progresso	11.897
	147 Gleba Curua	FPB-5536672W-624765S	Novo Progresso	2.312
	Belo Monte	FPB-5115976W-35472S	Anapu	165.711
			Pacajá	83.541
			Portel	57.722
			Senador José Porfírio	19
	Gleba Curua	FPB-5515340W-716782S	Novo Progresso	3.243
		FPB-5519564W-78929S	Novo Progresso	971
		FPB-5534669W-636596S	Novo Progresso	26.074
	Gleba Curuaes	FPB-5427578W-930574S	Altamira	7.099
		FPB-5431097W-918843S	Altamira	16.667
		FPB-5441458W-926606S	Altamira	19.355
		FPB-5451213W-915000S	Novo Progresso	21.912
			Novo Progresso	5.308
		FPB-5454680W-93059S	Altamira	6.602
	Gleba Gototire	FPB-5512685W-759334S	Novo Progresso	4.329
		FPB-5512686W-85298S	Altamira	1.213
			Novo Progresso	1.603
	Gleba Imbauba	FPB-5534465W-713949S	Novo Progresso	7.698
		FPB-5546118W-79015S	Novo Progresso	5.785
	Gleba Jamanxim	FPB-5539802W-617828S	Novo Progresso	1.072
		FPB-5543591W-68533S	Itaituba	16.080
	Gleba Surubim	FPB-5543591W-68533S	Itaituba	28.229
		FPB-5640560W-649283S	Itaituba	73.819
	Gleba Belo Monte	FPB-5648669W-650575S	Itaituba	1.013
			Itaituba	1.013
		FPB-5110532W-32287S	Anapu	2.061
		FPB-5139456W-31770S	Portel	11
			Anapu	1.486
	Gleba Belo Monte	FPB-5139456W-31770S	Senador José Porfírio	31
			Senador José Porfírio	31
	Gleba Belo Monte	FPB-5142182W-33834S	Anapu	998
			Anapu	998

Versão preliminar para consulta pública

	Gleba Curuaes	FPB-5448428W-825853S	Altamira	201.036
		FPB-555195W-89980S	Altamira	7.828
		FPB-556174W-840842S	Altamira	34.307
			Novo Progresso	28.520
	Gleba Gorotire	FPB-5455179W-751517S	Altamira	160.309
			Novo Progresso	37.150
		FPB-5513568W-822034S	Altamira	17.871
			Novo Progresso	29.616
		FPB-5522653W-745573S	Novo Progresso	148.269
	Gleba Imbauba	FPB-5529897W-712576S	Novo Progresso	30.767
		FPB-5533555W-659403S	Novo Progresso	7.351
		FPB-5543985W-619714S	Novo Progresso	2.283
	Gleba Manduacari	FPB-5050648W-342479S	Pacajá	1.222
		FPB-5052880W-329554S	Pacajá	1.551
		FPB-5052964W-337631S	Pacajá	4.608
		FPB-5056380W-330359S	Pacajá	2.527
		FPB-512652W-333077S	Pacajá	3.767
		FPB-516654W-330359S	Pacajá	1.540
	Gleba Pacajazinho	FPB-5031612W-347460S	Pacajá	1.306
		FPB-5036967W-346782S	Pacajá	978
		FPB-504187W-44789S	Novo Repartimento	4.812
			Pacajá	243
			Tucuruí	2.358
	Gleba Pium	FPB-5423246W-318678S	Placas	11.235
			Santarém	44.776
			Uruará	17
	Gleba Sumauma	FPB-565809W-631137S	Itaituba	200.182
			Novo Progresso	396
	Pacajazinho	FPB-5022828W-336742S	Novo Repartimento	341
			Pacajá	151.503
			Portel	44.470
			Tucuruí	12.749
	Pracupi	FPB-5131010W-228774S	Portel	312.726
			Porto de Moz	42.595
	Tuere	FPB-511685W-231578S	Portel	118.417
TOTAL				2.713.859

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

7.8 Área de FPF passíveis de concessão por município

Quadro 50: Áreas por município incidente em florestas públicas federais passíveis de concessão, inseridas no PAOF 2009.

UF	MUNICÍPIO	Área não-Destinada (ha)	Área em Unidades de Conservação (ha)	Total (ha)
AC	Sena Madureira		176.148	176.148
AM	Humaitá		440.211	440.211
AP	Amapá		16.521	16.521
	Calçoene		7	7
	Ferreira Gomes		205.582	205.582
	Pedra Branca do Amapari		203	203
	Porto Grande		691	691
	Pracuúba		233.944	233.944
	Serra do Navio		1.373	1.373
	Tartarugalzinho		900	900
BA	Contendas do Sincorá		10.888	10.888
	Tanhaçu		311	311
ES	Conceição da Barra		2.804	2.804
PA	Água Azul do Norte		3.431	3.431
	Altamira	669.375	537.703	1.207.078
	Anapu	170.256		170.256
	Canaã dos Carajás		119.575	119.575
	Faro *		115.906	115.906
	Itaituba	391.168	2.431.555	2.822.722
	Jacareacanga		993.158	993.158
	Marabá		163.767	163.767
	Novo Progresso	534.613	1.300.889	1.835.503
	Novo Repartimento	5.153		5.153
	Oriximiná *		273.213	273.213
	Pacajá	252.787		252.787
	Parauapebas		270.325	270.325
	Placas	11.235		11.235
	Portel	533.346		533.346
	Porto de Moz	42.595		42.595
	Rurópolis		52.685	52.685
	Santarém	88.158		88.158
	São Félix do Xingu		28.167	28.167
	Senador José Porfírio	50		50
	Terra Santa *		52.033	52.033

Versão preliminar para consulta pública

	Trairão		564.243	564.243
	Tucuruí	15.107		15.107
	Uruará	17		17
PR	Campo Largo		548	548
RJ	Seropédica		485	485
RO	Candeias do Jamari **		65.611	65.611
	Cujubim **		10.391	10.391
	Itapuã do Oeste **		211.615	211.615
	Machadinho D'Oeste		3.643	3.643
	Porto Velho		173.146	173.146
RR	Caracará		1.190	1.190
	Rorainópolis		258.538	258.538
RS	Canela		541	541
	Mato Castelhano		1.289	1.289
	São Francisco de Paula		1.609	1.609
SC	Caçador		708	708
	Guatambú		1.603	1.603
	Três Barras		4.451	4.451
SP	Araçoiaba da Serra		172	172
	Buri		2.592	2.592
	Capão Bonito		2.136	2.136
	Capela do Alto		75	75
	Iperó		5.108	5.108
TOTAL		2.713.859	8.741.684	11.455.544

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

* Área da Flona Saracá-Taquera incluída ** Área da Flona Jamari incluída

Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro
SCEN Trecho 2 - Ed. Sede – Bloco H
CEP 70818-900 - Brasília-DF
Tel. 3307-7274
Fax. 3307-7279
www.florestal.gov.br